

NICE QUEIROZ SILVA CIABOTTI

**OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O NOVO
ENFOQUE DADO AO ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR DE UBERABA (MG)**

Universidade de Uberaba
Uberaba, 2003

NICE QUEIROZ SILVA CIABOTTI

**OS PARÂMETROS CURRICULARES NACIONAIS E O NOVO
ENFOQUE DADO AO ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO
ESCOLAR DE UBERABA (MG)**

Dissertação apresentada ao Programa de
Mestrado em Educação da Universidade de
Uberaba para a o exame de defesa.
Orientadora – Professora Doutora Célia
Maria de Castro Almeida.

UNIUBE
2003

Banca Examinadora

Orientadora: 
Prof.^a Dr.^a Célia Maria de Castro Almeida / UNIUBE

1º Membro: 
Prof.^a Dr.^a Silvia Maria Cintra da Silva / UFU

2º Membro: 
Prof.^a Dr.^a Sueli Ferreira / UNIUBE

Uberaba (MG), 19 de dezembro de 2003

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central da UNIUBE

Ciabotti, Nice Queiroz Silva
C48p Os parâmetros curriculares nacionais e o novo enfoque
dado ao ensino de arte na educação escolar de Uberaba (MG) /
Nice Queiroz Silva Ciabotti. -- 2003
151 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de
Uberaba, Uberaba, MG
Orientadora: Profª. Drª. Célia Maria de Castro Almeida

1. Arte - Ensino. 2. Parâmetros curriculares nacionais -
Arte. 3. Formação continuada de professores. I. Título.

CDD 707

AGRADECIMENTOS

*Inútil, você?
Como acreditar que Deus tenha criado algo sem utilidade?
Se até o grão de areia cumpre nobre missão, seria você, “criado à imagem e semelhança do Pai”,
a dizer-se sem valor?
A semente é berço de muitas vidas.
A gota d’água, para o sedento, é mais valiosa que a pérola.
Como as abelhas trabalhariam no fabrico do mel sem o pólen das flores?
Arreda esse pensamento sombrio que lhe paralisa as forças criativas.
Você é muito importante no contexto da criação.
Deus conta com você no melhoramento do mundo.
Não precisasse da sua presença, Ele não o teria criado.
Segue para diante de cabeça erguida, realizando o melhor.*

Albino Teixeira

Assim como diz o autor “você é importante”, quero agradecer àqueles que me ajudaram a construir este trabalho; foram muitas as pessoas que contribuíram com observações, idéias, críticas... Portanto, não poderia deixar de agradecer a colaboração destas pessoas: à Profa. Dra. Célia Maria, orientadora exigente, dotada de percepção que muito me ajudou na abordagem realizada; aos professores de Arte do Ensino Fundamental, Especialistas, Inspetores, Diretores de Escolas e Diretores de Departamento da Secretaria de Educação do Município, que me acolheram tão carinhosamente, viabilizando a pesquisa; à Therezinha Queiroz e ao Prof. José Thomaz, queridos pais, constantes incentivadores na minha vida pessoal e profissional; à Marco Antonio Ciabotti, meu companheiro e digitador do trabalho, e aos meus filhos, José Nelson, Marina, Marco Augusto e Mariana, pelas horas de atenção que lhes foram suprimidas, a fim de que pudesse escrever esta dissertação. E a todos que, de uma forma ou de outra, fizeram parte deste estudo.

RESUMO

A pesquisa buscou conhecer as práticas educativas e concepções relacionadas ao ensino de arte de professores de escolas municipais de educação básica de Uberaba, verificar se os PCN-arte foram aceitos e incorporados ao trabalho desses professores, e identificar as ações de apoio à implantação dos PCN, desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Educação de Uberaba (SEDUC). Os dados foram colhidos através de questionários com questões abertas, dirigidos aos professores regentes de classes do primeiro ao terceiro ciclo, professores especialistas, diretores, inspetores escolares e diretores de departamento da SEDUC. A análise dos resultados obtidos permitiu identificar um quadro de adesão às propostas dos PCN-arte, ainda que, na organização da prática pedagógica das escolas isto não se revele consistente, apontando a necessidade de se buscar estratégias de formação continuada de professores capazes de inseri-los numa prática educativa mais coerente com os princípios e estudos contemporâneos sobre ensino de arte, sistematizados nos PCN-arte.

Palavras-chave: PCN-arte; ensino de arte; formação de professores; concepções e práticas educativas; educação básica.

ABSTRACT

The research intention was to know educational practices and the conceptions related to teacher's Arts teaching in municipal schools of elementary education in Uberaba, to verify if the PCN-art were accepted and had been incorporated to the work of these teachers and to identify the actions that were supporting the implantation of the PCN, developed by the department of Education from Uberaba (SEDUC). The data was analyzed by questionnaires with opened questions, directed to the main teachers of classrooms from the first to the third cycle, expert teachers, school directors and inspectors, and managers of SEDUC department. The analysis of those results permitted identify a certain level of adhesion to PCN-art's proposes, although in the organization of pedagogical practice in schools, that doesn't seem to be consistent, pointing the necessity to search strategies of continuing degreement of teachers, capable to insert them in a more coherent educative practice to the contemporary principles and studies about Arts teaching set in PCN-art.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 01 – Avaliação dos D E: proposta para a Educação Artística apresentadas nos PCN . . .	49
Gráfico 02 – Avaliação dos D E: providências administrativas adotadas face a esta proposta . .	52
Gráfico 03 – Avaliação dos D E: formação dos professores para trabalhar com arte na escola .	53
Gráfico 04 – Avaliação dos D E: mudanças ocorridas no planejamento a partir dos PCN	55
Gráfico 05 – Avaliação dos D E: mudanças ocorridas no currículo a partir dos PCN.	56
Gráfico 06 – Avaliação dos D E: mudanças ocorridas na avaliação a partir dos PCN	56
Gráfico 07 – Avaliação dos D E: dificuldades para implantação dos PCN	58
Gráfico 08 – Avaliação dos D E: experiências positivas alcançadas	58
Gráfico 09 – Avaliação dos D E: resistências à implantação dos PCN	59
Gráfico 10 – Avaliação dos E: proposta para a Educação Artística apresentadas nos PCN	61
Gráfico 11 – Avaliação dos E: providências administrativas/pedagógicas face a esta proposta .	63
Gráfico 12 – Avaliação dos E: forma de promover a formação dos professores	64
Gráfico 13 – Avaliação dos E: mudanças ocorridas no planejamento a partir dos PCN	67
Gráfico 14 – Avaliação dos E: mudanças ocorridas no currículo a partir dos PCN	67
Gráfico 15 – Avaliação dos E: mudanças ocorridas na avaliação a partir dos PCN	68
Gráfico 16 – Avaliação dos E: dificuldades para implantação dos PCN	70
Gráfico 17 – Avaliação dos E: experiências positivas alcançadas a partir dos PCN	71
Gráfico 18 – Avaliação dos E: resistências à implantação dos PCN	71
Gráfico 19 – Avaliação dos PII: desenvolvimento das atividades de Educação Artística.	72
Gráfico 20 – Avaliação dos PII: contemplação da Educação Artística no PGI da escola	73
Gráfico 21 – Avaliação dos PII: quanto aos que trabalham com os PCN-arte	74
Gráfico 22 – Avaliação dos PII: dificuldades para implementar as propostas dos PCN-arte	74
Gráfico 23 – Avaliação dos PII: dificuldades apontadas para implementar as propostas	75
Gráfico 24 – Avaliação dos PII: quanto aos avanços para o ensino de arte	78
Gráfico 25 – Avaliação dos PII: sugestões para melhoria do ensino da arte	79
Gráfico 26 – Avaliação dos PI: desenvolvimento das atividades de Educação Artística.	80
Gráfico 27 – Avaliação dos PI: contemplação da Educação Artística no PGI da escola	81
Gráfico 28 – Avaliação dos PI: quanto aos que trabalham com os PCN-arte	82
Gráfico 29 – Avaliação dos PI: dificuldades para implementar as propostas dos PCN-arte	82
Gráfico 30 – Avaliação dos PI: dificuldades apontadas para implementar as propostas	82
Gráfico 31 – Avaliação dos PI: quanto aos avanços para o ensino de arte	85
Gráfico 32 – Avaliação dos PI: sugestões para melhoria do ensino da arte	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 01 – Quantidades de questionários por segmento.	28
Quadro 02 – Sujeitos pesquisados (formação e experiência docente).	39
Quadro 03 – Síntese das respostas à pergunta n. 03 dada pelos diretores de escola.	54
Quadro 04 – Síntese das respostas à pergunta n. 04 dada pelos diretores de escola.	57
Quadro 05 – Síntese das respostas à pergunta n. 03 dada pelos especialistas de escola.	65
Quadro 06 – Síntese das respostas à pergunta n. 04 dada pelos especialistas de escola.	68
Quadro 07 – Projetos culturais citados pelos Professores II	76
Quadro 08 – Projetos culturais citados pelos Professores I	84

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	09
1 O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS ..	14
1.1 O ensino de arte na nova Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional	14
1.2 A proposta dos PCN para o ensino de arte	17
1.3 Da arte como cultura à arte como educação	22
2 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS	25
2.1 O universo da pesquisa	29
2.1.1 Estrutura e funcionamento do sistema educacional municipal ..	29
2.1.2 Caracterização das escolas	30
2.2 Os sujeitos da pesquisa	37
3 O ENSINO DE ARTE NA VISÃO DE EDUCADORES DE UBERABA	40
3.1 Resultados obtidos através de questionários	40
3.1.1 Respostas dos Diretores da Secretaria Municipal de Educação .	40
3.1.2 Respostas dos Inspectores da Secretaria Municipal de Educação .	44
3.1.3 Respostas dos Diretores de Escolas Municipais.	47
3.1.4 Respostas dos Especialistas de Escolas Municipais	60
3.1.5 Respostas dos Professores PII	71
3.1.6 Respostas dos Professores PI	79
3.2 Interpretando o pensamento dos educadores de Uberaba sobre os PCN-arte	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
REFERÊNCIAS	102
APÊNDICE A – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS	104
APÊNDICE B – SÍNTESES DOS DADOS	110

INTRODUÇÃO

Pelos caminhos da arte e educação, fiéis testemunhas da construção de minha história, fui, pouco a pouco, construindo minha trajetória de vida.

Nos últimos anos, o fazer artístico no ensino fundamental da escola pública municipal tem sido o centro de minhas preocupações: ao rememorar minha história de vida, percebo que a trajetória desta pesquisa iniciou-se muito antes do curso de mestrado.

No baú de minhas reminiscências encontro, já na minha infância, o desejo de ser pianista. Aos nove anos dizia em voz alta e confiante que, um dia, seria professora de música.

Fiz os meus primeiros estudos no Grupo Escolar “Minas Gerais”, um dos mais conceituados e antigos estabelecimentos de ensino de Uberaba.

Nessa escola estadual estudei a 1ª, 2ª e 3ª séries do antigo curso primário. Em seguida, meus pais julgaram por bem me transferir para outra escola, a Escola Estadual “Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”, onde poderia dar continuidade aos estudos.

No Grupo Escolar “Minas Gerais” sempre estive entre os alunos que participavam dos números festivos, das apresentações teatrais, das festas juninas e competições esportivas.

Nessa fase da minha infância, havia, em Uberaba, uma apresentação dos números do Cirquinho do Chuchu - palhaço Chuchu, que promovia, nos auditórios das rádios, e até nos palcos dos cinemas, as mais divertidas brincadeiras das quais tive a oportunidade de participar: números de canto, sorteios, competições de dança e muitas outras atividades artísticas e circenses.

Mais tarde, na 5ª série, na nova escola, foram duas as primeiras providências: conhecer os professores e incorporar-me a alguma atividade artística como expressão corporal, dança ou teatro.

Naquela época, a Educação Artística era a minha matéria preferida. Essas aulas me fascinavam, porque nelas tínhamos oportunidade de desenvolver nossas potencialidades artísticas. No segundo grau, influenciada pelo meu pai, também professor, optei pelo magistério, mesmo sabendo das grandes dificuldades inerentes à carreira; como eminente educador influenciou fortemente minha escolha e carreira. Os anos foram passando e de menina me vi moça.

Em 1978 obtive a licenciatura em Ciências nas Faculdades Integradas “Santo Tomás de Aquino” – FISTA, Uberaba MG, mantida e dirigida pelas Irmãs Dominicanas. O curso de pós-graduação (*lato-sensu*), na área de educação, intitulado “O Processo Ensino Aprendizagem: Uma Fundamentação Filosófica-Antropológica e Técnico-Pedagógico” na União das Faculdades Claretianas – UNICLAR, Unidade Batatais SP, concluí em 1998.

À minha mãe devemos, eu e minhas duas irmãs, a formação em piano. Desde pequena, incentivou-nos a estudar piano, primeiramente com aulas particulares e depois no Conservatório Estadual de Música “Renato Frateschi”, em Uberaba. No ano de 1975 concluí o “Ciclo Colegial do Curso de Instrumento” no Conservatório. Após este, fiz a Faculdade de Música na “Academia de Música Lorenzo Fernández”, no Rio de Janeiro (RJ), obtendo o título de Bacharel em Piano no ano de 1980. Na mesma Faculdade, fiz a Licenciatura em Música concluindo-a no ano de 1982.

Aos 17 anos ainda estudante, comecei a lecionar Educação Artística (da 5ª à 8ª série) na Escola Estadual “Marechal Humberto de Alencar Castelo Branco”, onde havia estudado. A partir dessa primeira experiência como professora comecei a encarar o meu

curso de outra forma, pois deparei-me com dois problemas: Que conteúdo ensinar? Como ensinar arte?

Fiz muitas confusões no início, talvez algumas bobagens, mas fui, aos poucos, definindo, na prática, que tipo de professora deveria ser e o que deveria ensinar. Para isso foram muito importantes todas as leituras e a troca de experiências nas conversações mantidas com os colegas, quando cursava a Licenciatura em Música e Educação Artística.

A “Castelo Branco” era uma escola grande, com dois mil alunos, e tinha um grupo de professores jovens, recém-formados, cheios de sonhos, o que muito contribuiu para a minha formação como professora.

Algumas atividades desenvolvidas no Conservatório Estadual de Música, onde atuo há vinte e três anos, e na Escola Municipal “Professora Olga de Oliveira” (classes de 6 a 14 anos), onde exerço a função de Diretora desde 1995, quando fui promovida e nomeada após Concurso Público realizado pela Prefeitura Municipal de Uberaba, também me marcaram profundamente, como professora e como pessoa.

Forjada na experiência adquirida nestas duas escolas – “Castelo Branco” e “Conservatório” – e sempre interessada em aperfeiçoar-me, busquei outras experiências educativas, nas quais pudesse continuar minha formação como professora.

Reconhecendo que o professor é um eterno aprendiz e que todos temos a necessidade de estar em contínua formação, ingressei no Mestrado em Educação, da Universidade de Uberaba, em 1999.

O Mestrado proporcionou-me novos conhecimentos, possibilitando-me construir outra visão pedagógica sobre a educação.

A idéia de aprofundar estudos sobre o ensino de arte na educação básica começou a ser forjada em 1995, a partir de um trabalho que elaborei no Curso Superior de Música e Educação Artística, intitulado “Reverendo a Nomenclatura no Ensino de Arte”. Na ocasião,

fiquei impressionada com as novas metodologias propostas para o ensino e aprendizagem de arte nas escolas, relatadas no livro *Arte na Educação Escolar*, de Maria Felisminda de Rezende e Fusari e Maria Heloísa Corrêa de Toledo Ferraz (1993).

Essa leitura me levou a refletir sobre a importância da arte na educação. Naquela época, escrevi: “O ser humano que não conhece a arte tem uma experiência de aprendizagem limitada. Escapa-lhe a dimensão do sonho, da força comunicativa dos objetos à sua volta, da sonoridade instigante da poesia, das criações musicais, das cores e formas, dos gestos e luzes que buscam o sentido da vida... Venha estudar arte!”

Alguns anos mais tarde, atuando como diretora de uma escola municipal de ensino fundamental (classes de 6 a 14 anos) cresceu meu interesse pelas experiências de educação em arte.

Isto se deu com a chegada dos Parâmetros Curriculares Nacionais à escola pública fundamental; apesar de atuar como diretora, dada a minha formação, interessou-me, particularmente as propostas dos PCN-arte. A prática vivenciada na escola e os estudos de tal documento me levaram ao desenvolvimento desta pesquisa. Nela procuro conhecer a visão dos educadores sobre a proposta oficial para o ensino de arte e as dificuldades para implantação desta proposta.

Para tanto, foram definidos como objetivos da pesquisa:

- a) Analisar as concepções sobre o ensino de arte dos professores que atuam nas escolas de educação básica de Uberaba;
- b) Conhecer as práticas relacionadas ao ensino de arte, trabalhadas nas escolas de educação básica de Uberaba;
- c) Verificar se os PCN-arte foram aceitos e incorporados ao trabalho dos professores;

- d) Conhecer as mudanças ocorridas em relação ao planejamento, currículo e avaliação, a partir dos PCN;
- e) Verificar as dificuldades relacionadas à prática pedagógica encontradas pelos professores (PI e PII) que trabalham com arte nas escolas municipais de Uberaba;
- f) Identificar as ações de apoio à implantação dos PCN desenvolvidas pela SEDUC-Uberaba;
- g) Discutir condições e ações que contribuam para a melhoria do ensino escolar de arte.

A pesquisa foi desenvolvida numa abordagem metodológica qualitativa; foram aplicados questionários com questões abertas a todos os profissionais envolvidos direta ou indiretamente com o meu objeto de estudo (dos profissionais da administração do sistema aos professores de escolas públicas da rede municipal de Uberaba).

O relatório da pesquisa, sistematizado nesta dissertação, compõe-se de três capítulos: o primeiro discute os referenciais teóricos; o segundo capítulo apresenta a problemática, os objetivos, universo e metodologia da pesquisa; o terceiro apresenta as respostas dos sujeitos sociais pesquisados, e as interpretações que permitiram, ao final, chegar às inferências e considerações finais sobre o problema estudado.

Espero que o estudo realizado possa contribuir para a reflexão de todos aqueles que, continuamente, se dedicam ao aprimoramento da prática educativa da Rede Municipal de Uberaba, em particular, e do ensino de arte em geral.

1 O ENSINO DE ARTE NA EDUCAÇÃO BÁSICA: ASPECTOS LEGAIS E CONCEITUAIS

1.1 O ensino de arte na nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

A nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei Federal n. 9.394/96), de 20/12/96, considera a arte como obrigatória na educação básica, ao prescrever em seu artigo 26, parágrafo 2º que “[...] o ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório dos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.”

Desta forma, a nova LDBEN avança em relação à legislação anterior - a Lei Federal n. 5.692/71, que estabelecia um núcleo comum a todo território nacional para o então denominado ensino de 1º e 2º graus. O ensino de arte era mencionado nesta lei no seu artigo 7º, onde constava que o currículo deveria contemplar também “atividades” educativas, entre elas a Educação Artística. O Parecer n. 540/77, do Conselho Federal de Educação (CFE), ao tratar dos componentes curriculares que compunham o artigo 7º da Lei 5692/71 (Educação Moral e Cívica, Educação Artística, Programa de Saúde, Ensino Religioso e Educação Física) os categorizou como atividades “prevalentemente formativas”, reafirmando um posicionamento que as distanciava da condição de conteúdos curriculares voltados para o ensino de conhecimentos específicos imprescindíveis à educação integral.

As críticas dos educadores à Lei n. 5.692/71 fundavam-se no fato de que, sendo considerada atividade, a Educação Artística não tinha o “*status*” das demais disciplinas; não sendo considerada uma área de conhecimento, não tinha um objeto de estudo próprio,

razão porque não era considerada como sendo merecedora de um espaço no conjunto de disciplinas centrais dos currículos escolares. Ainda por ser uma atividade, a Educação Artística não exigia, além da frequência, nenhuma forma de avaliação para a promoção entre as séries. Isto contribuía para que os alunos, pais e direção da escola dela não fizessem questão, deixando o professor da Educação Artística sem respaldo institucional (ou seja, regimental) para atuar e, até mesmo, para exigir recursos técnicos e materiais para trabalhar, prioritariamente destinados para as disciplinas “nobres” do currículo.

Nos anos 70 e 80 o princípio da livre expressão enraizou-se e espalhou-se pelas escolas, fazendo com que o conceito de criatividade se tornasse presença obrigatória nos programas de ensino da Educação Artística, que incluíam atividades teatrais, artes plásticas e educação musical. Como resultado, desencadeou-se a aplicação indiscriminada de idéias vagas e imprecisas sobre o ensino de arte, descaracterizando progressivamente este componente curricular.

Já a nova LDBEN (Lei n. 9.394/96) assegura que em todas as escolas seja garantida a igualdade de acesso dos alunos a uma Base Nacional Comum, de maneira a legitimar a unidade e qualidade da ação pedagógica. Nesta nova lei a arte deixa de ser considerada uma atividade e passa a integrar a parte diversificada do currículo da educação básica como área de conhecimento. Mais ainda, a nova legislação valoriza a integração e a articulação entre as diferentes áreas de conhecimento do currículo escolar, o que confere à arte um espaço muito mais significativo no currículo escolar, se comparado à sua posição anterior.

É necessário ressaltar, no entanto, que este novo enfoque dado à arte na educação escolar pela Lei n. 9.394/96 não assegura que efetivamente ocorram mudanças na prática pedagógica dos professores de arte. Considerando-se esta problemática, algumas buscam levar os professores à reflexão: “Que tipo de conhecimento caracteriza a arte? Qual a

função da arte na sociedade? Qual a contribuição específica que a arte traz para a educação do ser humano?” (BRASIL, 1998, p. 24).

A necessidade de se encontrar respostas a estas questões tem levado os educadores brasileiros à discussão de práticas e teorias de educação escolar em arte que sejam mais adequadas para a realidade contemporânea do país.

Vive-se um momento histórico onde se tem consciência de que é preciso criar outras formas de atuação para promover a melhoria do ensino da arte nas escolas. Os profissionais da área reclamam uma orientação didática que os ajude a realizar as atividades e intervenções educativas junto aos educandos nos domínios do conhecimento artístico e estético; reclamam idéias e práticas sobre métodos e procedimentos que viabilizem o aperfeiçoamento dos saberes dos alunos em arte. Mas, não quaisquer métodos e procedimentos, e, sim, aqueles que possam levar em consideração o valor educativo da ação cultural da arte na escola.

A partir da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/96), diferentes projetos têm sido desenvolvidos pelo governo brasileiro, visando intervir no ensino para responder aos novos desafios postos pela rápidas mudanças que transformam o mundo e que, no Brasil, exigem que se enfrente, por exemplo, as dificuldades para se promover o acesso a uma educação de qualidade que atenda às múltiplas formas de cultura presentes na nossa sociedade.

Entre estes projetos ressalta-se o conjunto de documentos intitulados Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), elaborados pela Secretaria de Ensino Fundamental do MEC, com a colaboração de uma equipe de especialistas das diversas áreas do conhecimento de que tratam os Parâmetros.

1.2 A proposta dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o ensino de arte

Os PCN são conceituados pela Secretaria do Ensino Fundamental (SEF) do MEC, como: “[...] um referencial para fomentar a reflexão tanto sobre o que couber à planificação do currículo na sua dimensão Nacional, quanto no que couber aos currículos estaduais ou municipais, respeitada a autonomia dos entes federativos [...]” (BRASIL, 1998, p. 24).

Os PCN foram apresentados aos profissionais da educação como instrumentos orientadores da prática pedagógica da sala de aula, produzidos para garantir a coerência das políticas de melhoria da qualidade do ensino. Assim, o MEC orienta que os documentos devem ser considerados: na formação inicial e continuada de professores; nos diferentes momentos em que os docentes discutem questões relativas ao planejamento e avaliação do processo ensino aprendizagem; na análise e seleção de livros didáticos e de outros recursos didáticos; na avaliação nacional do ensino fundamental e médio.

Entre o conceito de documento orientador proclamado pelo MEC e a exposição desta sua função situam-se os elementos que estão na base das críticas feitas à sua proclamada condição de “referência aberta e flexível”.

As declarações do MEC de que estes documentos não se imporiam como diretriz obrigatória ficam prejudicadas, por exemplo, quando as competências e habilidades neles contidas tornam-se a referência básica das avaliações externas realizadas pelo MEC, no sistema educacional. É pertinente, portanto, a crítica de Maura Penna (1997, p.09) ao afirmar que os documentos são impositivos, embora isto não transpareça de forma explícita.

Outra crítica feita aos PCN é que eles foram elaborados a partir de recomendações

da Conferência Mundial de Educação Para Todos, realizada em 1990, na Tailândia, promovida pela UNESCO, UNICEF, PNUD e Banco Mundial, cuja decisão básica está voltada especialmente para a luta pela satisfação das necessidades básicas, da aprendizagem para todos, no contexto do “[...] projeto neoliberal de globalização e da política de investimento do Banco Mundial que financia o setor social como medida de alívio e de redução da pobreza no Terceiro Mundo”. (ALVES et al. 1997, p.19).

Assim, quando busca contemplar a promoção da igualdade de oportunidades, a política educacional brasileira, atrelada aos interesses dos organismos internacionais, concebe a educação como bem de consumo e instrumento de adestramento de mão-de-obra para o mercado de trabalho.

Neste cenário, a educação passa a ser vista simplesmente como instrumento para se atingir metas econômicas e financeiras, esperando-se que responda aos imperativos da qualidade e da produtividade, no contexto de uma economia globalizada (FONSECA et al. 2001, p.17).

A presença destes propósitos, com estratégias de controle da qualidade da educação através da criação de mecanismos de natureza avaliativa, apontam para a intenção de se controlar o funcionamento da escola pública, de acordo com a lógica racionalizadora dos organismos internacionais. Isto se dá em relação ao currículo escolar no seu todo, atingindo, portanto, em conseqüência, a área artística.

Para legitimar o seu pretense caráter democrático, após terem sido elaborados por uma equipe de especialistas que atuaram como consultores do MEC, pareceristas das universidades brasileiras deram apoio aos PCN. Não houve, portanto, consulta às bases e nem mesmo uma socialização do documento junto aos profissionais da educação que atuam nos vários sistemas escolares.

A legitimidade atribuída aos PCN através dos pareceres de especialistas contratados pelo MEC frustrou a imensa maioria dos professores, porque

[...] tais pareceristas oriundos das instituições universitárias, muitas vezes desconhecem a realidade educacional das escolas de 1º e 2º graus. [...] Assim, os PCN, que serão enquadrados dentro da atual estrutura do ensino fundamental, estão sendo propostos sem amparo numa reforma educacional mais consistente, o que implica um confronto com limitações conjunturais do sistema educacional.” (ALVES et al. 1997, p.23-24).

A despeito destas críticas, há de se reconhecer que os PCN dirigidos à área artística de certa forma atenderam a

[...] um conjunto de expectativas nutridas por diversos estudiosos da área que esperam oportunidade de tentar propiciar um trabalho escolar consistente e duradouro [...] de modo especial, identificando a Área como Arte (e não mais como Educação Artística) e de incluí-la na estrutura curricular como área com conteúdos próprios, ligados à cultura artística e não apenas como atividade. (ALVES, et al. 1997, p.25).

Entre as inúmeras críticas feitas ao conjunto de documentos que constituem os Parâmetros Curriculares Nacionais, situam-se aquelas que consideram a ausência de uma postura conceitual explícita como responsável pelo tom de verdade absoluta dos autores do documento, dificultando a reflexão e o debate docente.

Esta crítica também é pertinente no que se refere aos PCN para a área de arte, já que eles não deixam claros os posicionamentos epistemológicos adotados: “[...] há uma apropriação não declarada da proposta triangular, enfatizando-se o fazer, o fruir (que é a leitura da imagem) e o refletir (a contextualização) [...]” (ALVES, et al. 1997, p.23).

Além de adotar a proposta triangular de Ana Mae Barbosa (1991) de maneira generalizada, sem uma referência explícita a esta proposta, os PCN-arte fazem referências a conceitos não dominados pela imensa maioria dos professores da área.

Ainda no que diz respeito à fundamentação teórica os PCN-arte declaradamente assumem que a arte deve ser entendida como um campo de estudo com conhecimentos próprios, além de considerarem a leitura e apreciação da obra de arte como objetos a serem

trabalhadas na educação escolar. Assim, os PCN-arte, conforme Ana Mae Barbosa (1991) apontam para uma atuação pedagógica “pós-moderna” pois, enquanto na modernidade a educação artística privilegiou a expressão criadora dos educandos, na pós-modernidade busca, também, promover a compreensão da arte através da apreciação.

Embora esta concepção pós-moderna seja declarada, ao longo do documento ela se perde, porque o mesmo é permeado por uma visão romântica da arte, com forte ênfase na transmissão e recepção de emoções (PENNA e ALVES, 1997, p.55).

A supervalorização da emoção, com ênfase na sensibilidade inventiva e na espontaneidade, quase resvalando para a exaltação da genialidade, caracteriza uma concepção romântica de arte e, por isso, incompatível com uma concepção mais contemporânea de arte. Ao fazer esta crítica, Maura Penna ressalta que os PCN-arte não desconsideram o caráter expressivo da arte, mas entende que o referido documento combina

[...] várias concepções contraditórias o que fragiliza sua proposta; não é, como foi demonstrado, simplesmente o uso dos termos “expressão” e “comunicação” que revelam sua concepção romântica, mas, sim a sua subordinação a uma concepção de arte que dá primazia à emoção, considerando todos os processos relativos à arte como dependentes, de modo praticamente exclusivo, dos sentimentos. (PENNA e ALVES, 1997, p.71).

Ao analisar as possibilidades e os limites do uso dos PCN, Maura Penna (2001, p. 43–49) considera que a própria natureza do documento traz, em si, determinadas dificuldades para sua implementação, já que foi proposto como algo flexível, que se presta à reflexão, abrindo espaço para o professor se fazer descobridor de suas próprias propostas de trabalho.

Conforme analisa a autora, aos professores é concedida ampla liberdade de atuação e, conseqüentemente, uma grande responsabilidade, o que é problemático, uma vez que os professores, na sua maioria, não têm formação profissional que lhes dê condição para

decidir com segurança sobre as propostas pedagógicas a implementar em sua prática.

Ainda segundo Maura Penna, orientações específicas não prejudicariam o caráter flexível e aberto da proposta e contribuiriam para uma melhor qualidade do ensino, na medida em que não deixariam os professores inseguros e à mercê das escolhas que, em última instância, passam a ser feitas pelos autores de livros didáticos, pois é a eles que os professores, inseguros, acabam por recorrer. Ao se posicionar assim, a autora não retira o mérito da preocupação dos PCN com a flexibilidade, a qual se justifica pelas diferenciadas condições das escolas do país, de modo especial no que diz respeito aos recursos humanos.

A autora justifica este seu posicionamento demonstrando, por exemplo, que ao tratar das orientações didáticas, os PCN-arte o fazem de maneira fortemente marcada pela perspectiva das artes plásticas, sem se deter no específico de outras modalidades da expressão artística – música, teatro, dança.

Um outro aspecto criticado por Maura Penna é a indicação do “trabalho por projetos” como abordagem metodológica para se viabilizar as propostas dos PCN-arte.

Nos termos dos PCN-arte, o trabalho por projetos consiste em se integrar atividades e conteúdos em torno de temáticas selecionadas pelos alunos, encaminhando-se a prática pedagógica na perspectiva de articulação das diferentes linguagens artísticas, assim otimizando sua potencialidade educativa.

Trata-se de abordagem metodológica que favorece a participação ativa dos alunos, uma aprendizagem significativa, o crescimento em autonomia e a incorporação de linguagens artísticas que não tenham sido contempladas no currículo em andamento.

O trabalho por projetos proposto é desencadeado pelo interesse dos alunos por determinado tema que, uma vez problematizado, orienta atividades e conteúdos com o objetivo de estruturar um produto determinado, qual seja uma apresentação artística, uma proposta de intervenção, uma peça de teatro. Este tipo de abordagem, no entanto, ainda que

seja fundamental para tornar significativa a aprendizagem para o aluno, não esgota o conhecimento específico a ser tratado no currículo escolar.

Para Maura Penna, se por um lado esta indicação tem o mérito de levar para a dimensão da prática a renovação pretendida, por outro lado, pode reafirmar o papel do professor de arte como “organizador de eventos”.

Para embasar, então, os novos posicionamentos que fazem avançar a presença da arte no currículo da educação básica, necessário se torna que os educadores cheguem a uma clareza conceitual maior, o que envolve discutir a arte na sua relação com a cultura.

1.3 Da arte como cultura à arte como educação

O ensino de arte, no âmbito dos processos educativos, tanto por seu conteúdo quanto por suas metodologias, relaciona-se com a cultura vigente, assim refletindo, numa dada época e contexto, o modo de agir humano, as relações humanas que aí se dão, o estágio de desenvolvimento do conhecimento humano em que se encontra este povo e esta cultura. A articulação das experiências subjetivas do educando com seu meio influenciam sua maneira de ler o mundo e os fatos que se dão ao seu redor, nos quais está imerso.

Neste sentido, a arte no currículo escolar desempenha um papel mediador entre o universo cultural do aluno e os saberes próprios do universo cultural sistematizado, ao longo da história da humanidade. No dizer de Heliana Nardim e Mara Ferraro (2001, p. 213–214), os conteúdos e os interesses dos alunos, resultantes das experiências do contexto em que vivem, devem ser tomados como elementos de articulação com o cotidiano da escola, como recurso para ajudá-los a melhorar sua compreensão da realidade.

Trata-se de um pressuposto teórico, tornado princípio na legislação do ensino em vigor, que passa a exigir o entrecruzamento do exercício da pesquisa, com debates, releituras, execução de projetos, visitas a museus / exposições / *ateliês*, diálogos com artistas etc., que fornecem os elementos necessários à reflexão, e vão permitir ao educando desenvolver um olhar crítico na interpretação dos fatos e das coisas com as quais se depara no seu cotidiano, o que amplia a dimensão educativa do ensino da arte na escola. O que se supõe incoerente com a dimensão conceitual de uma abordagem contextualizada e significativa para o aluno é, por exemplo, o trato convencional e enciclopédico da história da arte, o que ainda ocorre em muitas escolas.

Numa abordagem contextualizada o aluno passa a reconhecer que a produção e a fruição cultural têm a ver com a maneira simbólica de se pensar a realidade, já que ambas são afetadas pelo meio histórico-social. O educador, ao mediar esta compreensão, potencializa a integração da arte com outros componentes curriculares, buscando na história, na filosofia, na sociologia, ou seja, nos diferentes campos do conhecimento, os argumentos que esclarecem as dúvidas dos alunos e que lhes oferecem o necessário para construir seu próprio conhecimento, dando sentido a esta interlocução com o mundo da arte:

Se até então, o trabalho de educação estética era pensado como sinônimo de deleite com o belo, e pautado pelos benefícios da transcendência espiritual, a partir de agora, deverá ser reorganizado para suscitar reflexão sobre as intrínsecas relações que a arte estabelece com seu meio de origem e com a própria história das tradições artísticas. (NARDIM e FERRARO, 2001, p. 221).

Este processo contínuo de reflexão e reconstrução dos conteúdos próprios de uma dada área de conhecimento, tendência derivada das teorias construtivistas, possibilitou a reabilitação do papel do educador como mediador do acesso ao conhecimento o que, somado aos reflexos da produção artística pós-moderna, vem reafirmar a necessidade de

uma revisão no ensino de arte.

Sob este aspecto, destaca-se a necessidade de se rever conceitualmente a noção de criatividade que, hoje, contrapõe ao entendimento de sua natureza espontânea o reconhecimento da carga cultural sobre a qual a criatividade se constrói (OSINSKI, 2001).

Na primeira metade do século XX, um entendimento equivocado da livre expressão resultou na

[...] generalização do *laissez-faire* como prática de sala de aula, com a conseqüente omissão do professor de suas responsabilidades de educador, que resultaram num decréscimo considerável do nível qualitativo das atividades pedagógicas em arte, implicando um desprestígio desta disciplina frente às demais do currículo escolar e a desvalorização do professor de arte, visto como um profissional encarregado de uma tarefa não – séria. (OSINSKI, 2001, p. 101).

A revisão do ensino de arte está fundada no entendimento de que o processo criativo não é espontâneo, mas sofre a influência da cultura. Em conseqüência, o educando passa a ser visto como um fruidor potencial de todo o patrimônio artístico construído pela humanidade, que traz em si um dado conhecimento específico, o qual possibilita discussão e análise dos trabalhos artísticos e dos contextos culturais onde os mesmos foram produzidos.

Nesta concepção, a arte na escola não pode se reduzir a encorajar o educando para se expressar livremente, mas deve se preocupar, também, em desafiá-lo para chegar à compreensão e interação com a produção artística (OSINSKI, 2001, p. 105–107).

Assim, de produtor espontâneo o educando passa a ser visto como fruidor do patrimônio artístico da humanidade. Deste modo, o ensino escolar de arte se preocupa em buscar um equilíbrio entre expressão e conhecimento, o que irá permitir a superação do caráter meramente instrumental anteriormente conferido à arte na educação escolar.

2 A PROBLEMÁTICA DA PESQUISA E OS PROCEDIMENTOS INVESTIGATIVOS

Com a finalidade de investigar a influência dos PCN-arte no trabalho dos educadores da rede municipal de Uberaba (MG) e de verificar como vem ocorrendo o ensino da arte na educação fundamental, optei pela utilização de alguns princípios e procedimentos que caracterizam a investigação qualitativa, conforme Bogdan & Biklen (1994).

Esse estudo foi motivado por indagações e hipóteses surgidas durante minha experiência como professora de música há vinte e três anos no Conservatório Estadual de Música de Uberaba (MG), como professora de Educação Artística na rede estadual e, como diretora, há sete anos, numa escola municipal de educação básica. Sempre me preocupei com esta disciplina, desvalorizada ou desconsiderada como forma de conhecimento no currículo escolar. Este interesse pessoal ampliou-se no sentido de verificar quais e como as atividades artísticas vêm sendo desenvolvidas nas escolas municipais de Uberaba, e ainda, quem são os profissionais que trabalham com arte nestas escolas.

Durante o ano de 2000, atuando como diretora na Escola Municipal Prof. Olga de Oliveira, procurava verificar os conhecimentos e concepções que os educadores detinham sobre o ensino de arte, bem como suas inquietações em relação ao ensino e aprendizagem de cada linguagem artística, no que diz respeito aos objetivos, conteúdo e critérios de avaliação.

Minhas observações também contemplaram estudos continuamente realizados nos chamados “dias escolares” (dias reservados no calendário das escolas municipais para atualização pedagógica e reflexão sobre a prática), além de estudos no Centro de Formação dos Professores (CEFOP) da Secretaria Municipal de Educação.

A observação do desempenho e interesse dos educandos, manifestados na sala de aula, possibilitou-me suscitar questionamentos, buscando ser coerente com as concepções que fui construindo ao longo de minha trajetória profissional.

Estes momentos de reflexão sobre processos do cotidiano escolar vinculados ao ensino da arte, observados na própria escola onde atuo, desencadearam a presente pesquisa, cujo problema que a norteia revela a preocupação de buscar respostas para a questão central neste estudo: O ensino de arte, na escola fundamental da rede pública municipal de Uberaba, apresenta mudanças significativas em decorrência da implantação/implementação das propostas dos PCN-arte?

Esta questão foi desdobrada, em outras, a saber:

1. Como vem ocorrendo o ensino de arte nas salas de aula de ensino fundamental da rede municipal de Uberaba?
2. Os professores vêm trabalhando com as propostas dos PCN-arte?
3. Os PCN-arte desencadearam mudanças relacionadas ao planejamento, ao currículo e à avaliação? Quais foram essas mudanças?
4. Quais as maiores dificuldades que os professores enfrentam na implantação dos PCN-arte? Quais as experiências positivas? Existe resistência dos professores em relação aos PCN-arte?
5. Quais sugestões os professores apresentariam para melhorar o ensino de arte nas escolas?
6. Que ações foram desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Ensino (SEDUC) para implantar as propostas dos PCN-arte?

Para responder a estas perguntas e, a partir delas, ao problema central do estudo proposto, defini os seguintes objetivos:

- a) Analisar as concepções sobre o ensino de arte dos professores que atuam nas escolas de educação básica de Uberaba;
- b) Conhecer as práticas relacionadas ao ensino de arte trabalhadas nas escolas de educação básica de Uberaba;
- c) Verificar se os PCN-arte foram aceitos e incorporados ao trabalho dos professores;
- d) Conhecer as mudanças ocorridas em relação ao planejamento, currículo e avaliação, a partir dos PCN;
- e) Verificar as dificuldades encontradas pelos profissionais que trabalham com arte nas escolas municipais de Uberaba;
- f) Identificar as ações de apoio à implantação dos PCN desenvolvidas pela SEDUC-Uberaba;
- g) Discutir condições e ações que contribuam para a melhoria do ensino escolar de arte.

Na pesquisa a coleta de dados deu-se através de questionários com perguntas abertas (Apêndice A, p.104). Foram cinco os instrumentos de pesquisa utilizados:

- a) Questionário n. 01, dirigido aos Diretores de Departamento da SEDUC: Departamento de Desenvolvimento do Ensino; Departamento de Cultura, Programas e Projetos Especiais; Departamento de Capacitação Docente;
- b) Questionário n. 02, dirigido aos Inspectores Escolares;
- c) Questionário n. 03, dirigido aos Supervisores, Orientadores e Psicólogos que atuam nas escolas;
- d) Questionário n. 04, dirigido aos Diretores de escola;

- e) Questionário n. 05, dirigido aos Professores do ensino fundamental (PI) e aos Professores de Educação Artística (PII) classe de 11 a 14 anos.

Os questionários foram entregues aos diretores escolares em dia de reunião dos mesmos no CEFOR. Foi-lhes solicitado que distribuíssem os questionários aos profissionais de suas respectivas. Aos diretores de departamento e inspetores da SMED entreguei os questionários em mãos.

Os questionários foram recolhidos de formas diversas: alguns foram entregues a mim pelos diretores de escola por ocasião de uma das reuniões ocorridas no CEFOR; outros me foram enviados pelo correio e outros recolhidos por mim nas escolas. De um total de 152 questionários distribuídos foram recebidos de volta 96 questionários preenchidos, conforme se especifica no Quadro 01.

QUADRO 01

Quantidades de questionários por segmento:

Segmento	Questionários Enviados	Questionários Respondidos
Diretores Depto. SEDUC	03	03
Inspetores Escolares	09	09 (em grupo)
Diretores de Escolas	35	25
Especialistas, Orientadores, Psicólogos	35	22
Professores PI (6-10 anos)	35	24
Professores PII (11-14 anos)	35	13
Total	152	96

A análise do conteúdo das respostas dos questionários foi feita por grupos de sujeitos pesquisados. Os posicionamentos dos respondentes foram transcritos, às vezes na íntegra, as vezes em parte, considerando-se tão somente o que era esclarecedor em relação à pergunta. Na medida do necessário fiz a junção das mesmas respostas ou daquelas que expressavam a mesma opinião, procurando resumi-las com poucas palavras e definindo quantos sujeitos assim se expressavam.

A frequência das características observadas nas informações levantadas foi organizada em categorias. Um tratamento gráfico dessa fase do estudo possibilitou a visualização das respostas, orientando, assim, a análise descritiva.

2.1 O universo da pesquisa

2.1.1 Estrutura e funcionamento do sistema educacional municipal

A Rede Municipal de Ensino de Uberaba tem o seu ensino fundamental organizado em três ciclos, correspondendo aos estágios de desenvolvimento humano:

- 1º Ciclo (Infância – 06, 07 e 08 anos).
- 2º Ciclo (Pré-adolescência – 09, 10 e 11 anos).
- 3º Ciclo (Adolescência – 12, 13 e 14 anos).

Mantém, também, a educação infantil, um projeto de ensino alternativo que se transformou no Centro de Atendimento, Diagnóstico, Orientação e pesquisa em Educação Especial (CADOPE) e no Centro de Formação de Professores (CEFOP).

A Secretaria Municipal de Educação conta com os seguintes departamentos:

- Departamento de Assistência ao Educando,
- Departamento de Recursos Humanos,
- Departamento de Programas e Projetos Especiais,
- Departamento de Desenvolvimento do Ensino,

- Departamento Administrativo e Apoio Logístico,
- Departamento de Desporto.

Além disso, a educação em Uberaba, já que se constitui um Sistema Municipal de Educação, possui o Conselho Municipal de Educação, como órgão do consultivo, normativo e deliberativo no seu âmbito de atuação.

É no CEFOR que se desenvolve um programa permanente de apoio à prática pedagógica das escolas da rede municipal, onde são ministrados, durante todo o ano escolar, cursos de capacitação para docentes, especialistas e gestores.

O Sistema Municipal de Educação mantém um processo anual de avaliação de desempenho que, entre outros fatores, leva em consideração a participação docente nos cursos do CEFOR, de modo a incentivar e, ao mesmo tempo, cobrar do professor o interesse por seu próprio crescimento profissional.

Dessa forma, põe-se em prática o pressuposto da qualidade de ensino, assumido pelo projeto político-pedagógico da “Escola Cidadã”¹ de Uberaba, no sentido de que a formação continuada do docente esteja na base de uma educação de qualidade.

2.1.2 Caracterização das escolas

¹ “Escola Cidadã é aquela que se assume como um centro de direitos, como um centro de deveres. A formação se dá dentro de um espaço de tempo. O que caracteriza a Escola Cidadã é uma formação para a cidadania. A Escola Cidadã é a escola que viabiliza a cidadania de quem está nela e de quem vem a ela. É uma escola, que brigando para ser ela mesma, viabiliza ou luta para que os educandos e os educadores também sejam eles mesmos, como ninguém pode ser só, a Escola Cidadã é uma escola de comunidade, de companheirismo” (FREIRE, 2000, p.3).

A pesquisa envolveu profissionais de 25 escolas da rede municipal de ensino de Uberaba, composta de 35 escolas de educação infantil e fundamental.

Escola Municipal “Adolfo Bezerra de Menezes”: situada no bairro Abadia, na Rua Patos, nº 391, oferece as modalidades educação infantil, ensino fundamental, além de projetos voltados para a educação de jovens e adultos – Projeto Acertando o Passo I e II. No ano 2000, sua matrícula total era de 1.003 alunos. Funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, dois supervisores pedagógicos, dois orientadores educacionais e 43 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

Escola Municipal “Professor Anísio Teixeira”: situada no Jardim Triângulo, na Rua Aristides de Abreu, nº 65, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, sua matrícula total era de 940 alunos. Funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, dois supervisores pedagógicos, dois orientadores educacionais e 36 professores. A biblioteca funciona nos dois turnos, com dois auxiliares e uma bibliotecária.

Escola Municipal “Boa Vista”: situada no bairro Boa Vista, na rua Avenida Elias Cruvinel, nº 1045, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, tinha um total de 1.914 alunos. Funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, dois supervisores pedagógicos, dois orientadores educacionais e 63 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

Escola Municipal “Celina Soares de Paiva”: situada na zona rural do município, na rodovia - MG 427 – km 04, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000 contava com um total de 304 alunos. A escola funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, três supervisores

pedagógicos e 24 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com uma professora auxiliar em cada turno, desenvolvendo projetos de apoio pedagógico na biblioteca.

Escola Municipal “Padre Eddie Bernardes”: situada no conjunto habitacional Silvério Cartafina, na Rua Bruno Martinelle, nº 370, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, tinha uma matrícula total de 733 alunos. A escola funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, quatro supervisores, uma orientadora e 22 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

Escola Municipal “Frederico Peiró”: situada no bairro rural de Peirópolis, na Rua Principal, s/nº, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, contava com um total de 135 alunos. A escola funciona em dois turnos (matutino e vespertino) e seu corpo docente é composto de uma diretora, uma vice e 11 professores. A biblioteca esta sendo implantada, conta com duas bibliotecárias e irá funcionar em dois turnos, numa anexa ao Museu Paleontológico, cedida pela Fundação Cultural de Uberaba.

Escola Municipal “Frei Eugênio”: situada no Bairro São Benedito, na Rua Marechal Deodoro, nº 95, oferece as modalidades educação infantil, ensino fundamental e CIEM. No ano 2000, sua matrícula era de 1.316 alunos. Funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, dois supervisores pedagógicos, três orientadores educacionais, um psicólogo e 60 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, sob orientação de um professor, por turno. Eles executam um projeto específico, visando desenvolver o gosto pela literatura e pela pesquisa; trata-se de uma proposta contida no Projeto Político Pedagógico da escola.

Escola Municipal “Gastão Mesquita Filho”: situada no bairro Ponte Alta, na Rua Santo Antonio, nº 60, oferece as modalidades educação infantil, ensino fundamental e médio. No ano 2000, funcionou com um total de 645 alunos, em três turnos; conta com um

diretor, dois vice-diretores, duas especialistas e 34 professores. A biblioteca é comunitária, funciona nos três turnos, sob orientação de um professor por turno.

Escola Municipal “Geni Chaves”: situada no bairro Abadia, na Rua São Mateus, nº 486, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, sua matrícula total era de 561 alunos. Funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, um vice-diretor, dois supervisores pedagógicos e 25 professores. A biblioteca funciona nos dois turnos, com uma bibliotecária e dois auxiliares.

Escola Municipal “Joãozinho e Maria”: situada no conjunto habitacional Morada do Sol, na Rua Dr. Sebastião da Costa, nº 192, oferece apenas a modalidade de educação infantil. No ano 2000, sua matrícula total era de 260 alunos. A escola funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, um vice-diretor, um supervisor pedagógico e dez professores. Não tem biblioteca.

Escola Municipal “José Geraldo Guimarães”: situada no Bairro Pontal, na Rua Pássaro Preto, nº 55, a escola oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, funcionava com um total de 503 alunos, nos três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, três supervisores pedagógicos e 35 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três auxiliares e uma bibliotecária.

Escola Municipal “José Macciotti”: situada no Bairro de Lourdes, na Rua Topázio, nº 645, a escola oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, funcionava com um total de 740 alunos, nos três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, três supervisores pedagógicos e 24 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

Escola Municipal “Deputado José Marcos Cherém”: situada no Bairro Capelinha do Barreiro, na Rua 03, nº 08, oferece as modalidades educação infantil, ensino

fundamental, projeto Acertando o Passo I e II e tele-sala. No ano 2000, sua matrícula era de 350 alunos. A escola funciona em dois turnos, vespertino e noturno, e conta com um diretor, um vice-diretor, dois supervisores pedagógicos, um orientador educacional e 24 professores. A biblioteca funciona nos dois turnos (vespertino e noturno), sob orientação de duas bibliotecárias. O espaço físico também é utilizado para projeção de vídeo, apresentação da Hora do Conto, interpretação e montagem de textos, dramatizações etc...

Escola Municipal “Joubert de Carvalho”: situada no bairro Vallim de Melo I, na Avenida Iolanda Mota Leite, esquina com a Rua Adelino José Pereira, s/nº, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, tinha um total de 1.162 alunos. A Escola funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, dois supervisores pedagógicos, três orientadores educacionais e 46 professores. A biblioteca é comunitária e funciona sob orientação de um professor por turno.

Escola Municipal “Madre Maria Georgina”: situada no Conjunto Volta Grande, na Rua Dona Marat Pontes, nº 625, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, sua matrícula total era de 837 alunos. Funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, um vice-diretor, dois supervisores pedagógicos, dois orientadores educacionais e 25 professores. A biblioteca funciona nos dois turnos, com dois auxiliares e uma bibliotecária.

Escola Municipal Maria Carolina Mendes: situada na zona rural, nas margens da Rodovia BR - 050 – km 124, oferece as modalidades educação infantil, ensino fundamental e Projeto Acertando o Passo I e II. No ano 2000, a escola possuía um total de 320 alunos, funcionando em três turnos; seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, três especialistas e 20 professores. A biblioteca funciona nos três turnos,

com uma bibliotecária. Caso não seja o horário de trabalho da bibliotecária, o atendimento é feito pela direção, auxiliar da direção ou pedagogas.

Escola Municipal “Professora Maria Lourencina Palmério”: situada no bairro Jardim Uberaba, na Avenida Santa Hermínia, nº 232, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, tinha, ao todo, 550 alunos. A escola funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, três supervisores pedagógicos e 31 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, sendo o vespertino com o noturno em dias alternados, sob coordenação de duas bibliotecárias.

Escola Municipal “Monteiro Lobato”: situada no bairro Recreio dos Bandeirantes, na Rua Abílio Monteiro, nº 493, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, possuía, ao todo, 538 alunos. A escola funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, três supervisores pedagógicos e 24 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

Escola Municipal “Professora Olga de Oliveira”: situada no bairro Parque das Américas, na Rua José Kathalian, nº 195, oferece as modalidades educação infantil, ensino fundamental e Projeto Acertando o Passo I e II. No ano 2000, tinha, ao todo, 1.059 alunos, funcionando em três turnos; seu corpo docente é composto de um diretor, dois vice-diretores, três supervisores pedagógicos e 39 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

Escola Municipal “Pequeno Príncipe”: situada no bairro Leblon, na Alameda das Acácias, nº 145, oferece a modalidade de educação infantil. No ano 2000, possuía 170 alunos, funcionando em dois turnos (matutino e vespertino) com um corpo docente composto de um diretor, um vice-diretor e seis professores. Não tem biblioteca, porém o

acervo bibliográfico é razoável e as atividades são desenvolvidas na própria sala de aula, pelos professores.

Escola Municipal “São Judas Tadeu”: situada no bairro Fabrício, na Rua Argentina, nº 392, oferece a modalidade de educação infantil. No ano 2000, a escola contava com 367 alunos. A escola funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, um vice-diretor, um supervisor pedagógico e 14 professores. Não tem biblioteca.

Escola Municipal “Sebastião Antonio Leal”: situada no bairro rural da Baixa, na Rua “A”, s/nº, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, sua matrícula total era de 340 alunos. Funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, um vice-diretor, dois supervisores pedagógicos e 20 professores. A biblioteca funciona nos dois turnos, com uma auxiliar e uma bibliotecária.

Escola Municipal “Sítio do Pica Pau Amarelo”: situada no bairro Tutunas, na Praça Evandro Pereira, nº 22, oferece a modalidade de educação infantil. No ano 2000, sua matrícula era de 144 alunos. A escola funciona em dois turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, um vice-diretor e oito professores. Não tem biblioteca, porém em cada sala de aula existe um espaço organizado com livros, denominado “Cantinho da Leitura”, que é utilizado por professores e alunos regularmente.

Escola Municipal “Astella Chaves”: situada no bairro Alfredo Freire, na Rua Alfredo Peghini Netto, s/nº, oferece as modalidades educação infantil, ensino fundamental, além de projetos voltados para a educação de jovens e adultos – Projeto Acertando o Passo I e II. No ano 2000, sua matrícula total era de 1.190 alunos. Funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, três supervisores pedagógicos, dois orientadores educacionais e 40 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três auxiliares e uma bibliotecária.

Escola Municipal “Uberaba”: situada no bairro Fabrício, na Praça Estevam Pucci, nº 288, oferece as modalidades educação infantil e ensino fundamental. No ano 2000, sua matrícula total era de 1009 alunos. Funciona em três turnos e seu corpo docente é composto de um diretor, três vice-diretores, três supervisores pedagógicos, dois orientadores educacionais e 54 professores. A biblioteca funciona nos três turnos, com três bibliotecárias.

2.2 Os sujeitos de pesquisa

Os sujeitos de pesquisa foram parte dos profissionais de educação da rede municipal de ensino de Uberaba (MG) responsáveis pela implantação/implementação do Plano Curricular, na Área de Conhecimento – Arte, a saber: diretores de departamento e inspetores da Secretaria Municipal de Educação, especialistas, diretores de escolas, professores de Educação Artística atuantes em classe com alunos de 11-14 anos e professores de ensino fundamental atuantes em classe com alunos de 6-10 anos.

Diretores de departamentos da Secretaria Municipal de Educação de Uberaba

Os diretores que responderam ao questionário atuam no Departamento de Desenvolvimento do Ensino, Departamento de Programas e Projetos Especiais, Departamento de Inspeção e na Seção de Capacitação Docente, todos com formação em nível superior, com especialidade em Administração Escolar e, alguns, com pós-graduação ou habilitação em Educação Artística. O tempo de experiência no magistério destes profissionais varia entre 10 a 20 anos. A carga horária perfaz seis horas diárias.

Especialistas (supervisores, orientadores, inspetores e psicólogos) que atuam nas escolas.

Todos os especialistas respondentes ao questionário têm formação em nível superior. O tempo de experiência no magistério destes profissionais varia entre 2 a 20 anos. A carga horária perfaz quatro horas diárias.

Diretores de escolas de ensino fundamental.

Os diretores de escolas têm todos formação em nível superior, com especialidade em Administração Escolar. O tempo de experiência na direção varia entre 2 a 12 anos, e a carga horária é de oito horas diárias.

Professores de Educação Artística (PII)

Os professores de Educação Artística (PII) que responderam ao questionário atuam em classes com alunos de 11 a 14 anos. A maioria dos professores nessa categoria tem a formação em Magistério do Ensino Superior, alguns com Licenciatura Plena em Educação Artística ou Especialização em Arte Educação. O tempo de experiência no magistério desses professores varia entre 1 a 20 anos. A carga horária desses professores é distribuída em três turnos, de 18 a 36 aulas semanais, observando-se que a mesma é complementada por outras matérias como, Português, Valores Humanos e outras.

Professores do ensino fundamental (PI)

Também responderam ao questionário professores do ensino fundamental (PI), regentes de classes de alunos com idade entre 6 a 10 anos. A maioria dos professores dessa categoria tem a formação de Magistério do Ensino Médio e, em menor número, alguns têm Licenciatura Curta ou Plena. O tempo de experiência no magistério desses professores

varia entre 1 a 15 anos. A carga horária desses professores é distribuída em até três turnos, de 18 a 36 aulas semanais.

No quadro 02 resume-se a formação e experiência dos sujeitos.

QUADRO 02

Sujeitos pesquisados (formação e experiência docente):

Sujeitos	Formação	Experiência docente	Carga horária de trabalho
Diretores/SED UC	Ensino Superior: Administração Escolar. Pós-graduação na especialidade.	De 10 a 20 anos.	30 horas semanais.
Especialistas	Ensino superior: conforme especialidade.	De 2 a 20 anos.	20 horas semanais.
Diretores/escolas	Ensino superior: Administração Escolar. Pós-graduação na especialidade.	De 2 a 12 anos.	40 horas semanais.
Professor PII	Ensino médio: Magistério. Ensino superior: Licenciatura Curta e Plena em Educação Artística – habilitação em Artes.	De 1 a 20 anos.	De 18 a 36 horas semanais, complementadas por outras matérias.
Professor PI	Ensino médio: Magistério. Ensino superior: licenciatura curta e plena em Educação Artística.	De 1 a 15 anos.	De 18 a 36 horas semanais.

3 O ENSINO DE ARTE NA VISÃO DOS EDUCADORES DE UBERABA

3.1 Resultados obtidos através de questionários

Neste capítulo apresento os dados recolhidos através de questionários encaminhados aos sujeitos da pesquisa: Diretores de Departamento da SEDUC, Inspectores Escolares, Especialistas, Diretores escolares e por último, as respostas dos Professores do ensino fundamental (PI e PII).

3.1.1 Respostas dos Diretores da Secretaria Municipal de Educação

Em relação à pergunta, “Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?” (Apêndice A, p.104) a avaliação dos respondentes é bastante positiva. Um dos diretores diz que “[...] a proposta é abrangente, contempla todas as áreas de expressão e promove real conhecimento artístico e cultural do ser humano”. Outro diretor sugere que

[...] os PCN apontam caminhos que contribuirão para que a escola possa ser um espaço humanizador do homem. Enfim, a arte possibilitará ao educando interagir com os objetos de conhecimento da arte e com os aspectos sociais envolvidos nessa interação, o que altera o modo de ensinar e aprender arte na escola.

Um terceiro diretor entende que “[...] os PCN propiciam o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética; o aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e a imaginação”.

Em relação à pergunta “Como a SEDUC se organiza para adequar-se às novas propostas, e quais as providências administrativas adotadas para viabilizá-las?”, um dos diretores diz que

[...] houve a criação de grupos de estudos, onde se elaboraram as Diretrizes Curriculares de Arte Educação, sendo que, no Departamento Cultural – Seção de Arte e Cultura, vários projetos são implementados com base nos PCN, como é o caso dos projetos “Inteligência Musical na Escola” e “Teatro na Escola”.

Outro diretor sugere que “[...] se devem mobilizar os professores para conhecer, refletir e perceber que a arte pode e deve permear a ação educativa”. Para este diretor é preciso

[...] criar espaços para que a arte possa estar presente na vida da escola, organizar projetos interdisciplinares, garantir uma carga horária específica para a arte, reuniões de reflexão, visitas a ateliês de artistas e visitas de artistas à escola; enfim, promover um clima favorável às experiências artísticas na escola, o que implica medidas administrativas, como promoção de reuniões, utilização do espaço físico da escola, por exemplo, e também medidas de caráter pedagógico, como a organização das aulas, construção de projetos, montagem de exposição, programação de visitas, etc.

O terceiro diretor diz que

[...] a SEDUC procura adequar as várias linguagens artísticas – arte visual, dança, música e teatro com as outras disciplinas do currículo. A Secretaria oferece, também, projetos culturais – Tremeu, Musicalização, Arte Educação – artes visuais, Leitura e Expressão Criativa e Biblioteca em Ação, oportunizando o convívio com a arte, assegurando aos alunos experiências artísticas que consistem em contribuições para a educação da criança e do adolescente no campo da arte.

Com relação à formação contínua dos professores de 1º e 2º ciclo e professores da Educação Artística do 3º ciclo, para trabalharem arte na escola, um dos diretores diz que “[...] os profissionais são orientados a partir de cursos promovidos pelo Centro de

Formação dos Professores (CEFOR), que contempla vários cursos, à escolha do participante.” Outro diretor lembra que

[...] o CEFOR tem procurado, como preocupação inicial, oportunizar aos professores que atuam no ensino fundamental e educação infantil um contato efetivo com a arte, através de cursos de aperfeiçoamento em arte/educação. Os professores estão compreendendo a transversalidade da arte na escola. O CEFOR, desta forma, tem procurado suprir a grande deficiência dessa área na nossa cidade, uma vez que não contamos com uma escola superior de formação de professores de arte.

Para um terceiro diretor

[...] o Departamento de Cultura, Programas e Projetos Especiais sempre procura envolver toda a rede municipal de ensino em projetos culturais, nos eventos realizados pela SEDUC e vice-versa, a SEDUC apóia as iniciativas culturais das escolas e ainda oferece, no CEFOR, cursos de capacitação, que propiciam a formação de profissionais em arte.

Sobre mudanças ocorridas em relação ao planejamento, ao currículo e à avaliação, a partir dos PCN, um dos diretores afirma que o planejamento passou a ser específico, de acordo com cada área de expressão (artes visuais, música, teatro e dança), o que contribuiu para enriquecer o currículo, tornando o ensino mais interessante e prático. Outro diretor diz que os conteúdos gerais da arte passam a não ser só conceituais e procedimentais, mas sobretudo atitudinais. “Existe, também, a preocupação com os conteúdos relacionados a valores, normas e atitude”. O terceiro diretor afirma que “[...] as mudanças ocorridas no ensino de arte, segundo os PCN, eliminam os exercícios repetitivos, de imitação, mecanização de modelos prontos, estereotipados”. E prossegue afirmando que “[...] as propostas dão ênfase às atividades auto-estimulantes, que propiciam compreender melhor os processos de criação, desenvolvendo o fazer e o pensar sobre a arte, exercitando a expressão e a comunicação”.

Quanto à avaliação, um dos diretores diz que “[...] a mesma é integrada em todo o processo”. Outro afirma que “[...] o professor é um descobridor de proposta de trabalho de

arte, juntamente com o aluno, respeitando o ritmo de cada um e avaliando o processo de integração, durante o momento de realização dos trabalhos”, enquanto outro não se manifesta a respeito.

Em relação às dificuldades encontradas pelos diretores para a implantação dos PCN, um dos diretores atribui à falta de profissionais qualificados um dos empecilhos para implantação dos PCN. Outro acredita que

[...] a maior dificuldade fica por conta de questões mais amplas que afetam a vida do educador e dos trabalhadores, de modo geral, hoje: falta de perspectiva de melhoria de condições de trabalho; falta de tempo para se dedicar aos estudos; raízes culturais que, separando a arte como algo distante do homem comum, tem prejudicado a visão da arte, como parte das preocupações da escola.

Para o terceiro, a maior dificuldade enfrentada decorre da resistência de algumas escolas em aderir a projetos da SEDUC, ainda que a maioria acate as propostas.

Quanto às experiências positivas, um dos diretores cita, como exemplo,

[...] a satisfação e o entusiasmo que professores têm demonstrado, emitindo opiniões favoráveis à continuidade dos cursos, no próximo ano, como aprofundamento, deixando professores do CEFOR motivados a desempenhar, cada vez mais, um trabalho dinâmico e produtivo.

Para outro as experiências positivas “[...] só acontecerão na medida em que a conscientização do educador acontecer; amplia-se também a visão sobre o que significa educar o ser humano hoje”. O terceiro diretor diz que

[...] tem experiências significativas, como os Projetos de Leitura/2000 e O Menino Maluquinho – Vinte anos em festa, que atingiram quase toda a rede de ensino municipal, estadual e particular de Uberaba, e ainda cidades vizinhas, num evento de caráter interdisciplinar, privilegiando as artes visuais, dança, música, leitura, teatro, etc.

Quanto às resistências aos projetos da SEDUC, apenas um dos respondentes sugere que existam. Ressaltando, no entanto, que,

[...] se a escola se posicionar como agência de construção coletiva da educação, as resistências às mudanças, às inovações, às buscas, à criatividade serão dissipadas. Isso porque, sendo co-participante da

construção de um projeto educativo escolar e não mero executor desse projeto, o educador construirá um novo olhar sobre o espaço da escola.

3.1.2 Respostas dos Inspectores da Secretaria Municipal de Educação

O grupo de Inspectores da SEDUC, composto por nove elementos, respondeu conjuntamente ao questionário (Apêndice A, p.105) que lhe foi proposto. Trata-se de uma recomendação administrativa interna, procurando opinar de forma abrangente e coerente com a política normativa e pedagógica da SEDUC.

Em relação à pergunta, “Como o serviço de inspeção recebeu as propostas apresentadas nos PCN?” o grupo lembrou a Lei de Diretrizes e Bases, n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que

[...] introduz várias inovações no que se refere à educação básica. A análise da lei permite inferir que a autonomia, a flexibilidade e a liberdade são condições necessárias ao resgate dos compromissos da escola e dos educadores, com uma aprendizagem de qualidade e, especialmente, que essa aprendizagem seja ministrada de maneira alegre e prazerosa e que o aluno se sinta feliz no ambiente escolar.

O grupo completou dizendo ainda que “[...] o serviço de inspeção escolar vem estudando e analisando toda a legislação que regulamenta a LDB, orientando as unidades escolares em todas as mudanças”.

Em relação às perguntas “Como a inspeção se preparou, se organizou para a adequação das escolas a essas medidas?” e “Quais as providências administrativas e pedagógicas adotadas?”, o grupo descreve como providência administrativa, a elaboração da “[...] legislação municipal em todas as suas publicações, no que se refere à base nacional comum, que valoriza o ensino da arte e a coloca como conteúdo obrigatório, no plano

curricular”. E, ainda afirma que “[...] na parte diversificada, várias escolas municipais introduziram, no currículo, conteúdos tais como: canto coral, teatro e expressão corporal”.

Como outros exemplos de providências administrativas e pedagógicas, o grupo citou leis complementares, portarias, instruções internas, regimentos e planos, quais sejam:

- a) Portaria Interna SEDUC, n. 13 de 17/09/99, que propõe uma escola competente, alegre e prazerosa;
- b) Portaria Interna SEDUC, n. 15 de 08/10/99, que no parágrafo único do Art. 2º, diz: “A educação artística e suas manifestações, tanto no projeto Acertando o Passo I, como no projeto Acertando o Passo II, serão desenvolvidas de forma integrada aos demais componentes das áreas do conhecimento”;
- c) Instrução Interna SEDUC, n. 03 de 19/11/99, cita que o ensino da educação artística constituirá componente curricular obrigatório, em todos os ciclos do ensino fundamental de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos;
- d) regimento comum das escolas municipais de Uberaba, “Escola Cidadã”, além de ter a educação artística entre os conteúdos obrigatórios do currículo, aborda a questão como: estética, expressão de emoções, sentimentos, pensamentos, produções culturais, etc.;
- e) Plano Global Integrado (PGI), que se refere ao perfil da instituição, são identificados projetos pedagógicos valorizando o ensino da arte na educação básica, como por exemplo, coral na escola e semana da poesia. Outras escolas ainda resistem aos projetos voltados para a arte, muitas vezes, por desconhecer o seu valor pedagógico;
- f) Lei complementar n. 133 de 25/42/98, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério municipal de Uberaba, foi elaborada tendo em vista

a previsão de professores específicos de educação artística, para todas as classes de 11 a 14 anos e outros para projetos específicos nas classes de 06 a 10 anos, relacionados com a educação artística – professores nível II.

O grupo destacou ainda, como medida administrava, que apesar de obrigatório não há, na rede, professor nível I específico para conteúdo de Educação Artística, e portanto a área de conhecimento “arte”, está sendo ministrada pelo professor regente.

Em relação ao preparo do pessoal envolvido - professores de alunos com 6 a 10 anos (1º e 2º ciclos) e professores de Educação Artística do 3º ciclo - para trabalhar arte na escola, os Inspectores conferiram ao CEFOR um papel significativo em relação às mudanças propostas:

[...] a rede municipal de ensino mantém o Centro de Formação de Professores (CEFOR), com cursos que oferecem oportunidades de formação continuada, visando ao crescimento profissional, ao aperfeiçoamento, à capacitação e atualização dos professores em todos os conteúdos curriculares, inclusive na educação artística.

Sobre o posicionamento das inspetoras da rede municipal diante dos PCN, elas ressaltam que “[...] os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) funcionam como elemento catalisador de ações, na busca de uma melhoria da qualidade de ensino e da educação”.

Segundo os respondentes, os PCN foram estudados e utilizados na elaboração tanto do Regimento Comum das Escolas Municipais de Uberaba como dos Planos Curriculares destas escolas.

As dificuldades em relação à implantação das propostas do PCN-arte citadas pelos inspetores foram: “[...] a postura tradicional por parte do corpo docente; falta de momentos oportunos para leitura, estudo e análise do material; falta de hábito de leitura por parte dos professores” e também a falta de exemplares dos PCN para uso de todos os professores.

3.1.3 Respostas dos Diretores de Escolas Municipais

Em relação à pergunta, “Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?” (Apêndice A, p.106), nove diretores ressaltam que a nova proposta “[...] privilegia e valoriza os modos de expressão do aluno, sua sensibilidade e criatividade”, valoriza “[...] o potencial, a sensibilidade e a imaginação dos alunos”, possibilita o “[...] desenvolvimento de competências estéticas e artísticas e a expressão de sentimento, anseios, conflitos e a visão do mundo”, oportuniza à escola “[...] abrir seus horizontes, no sentido de desenvolver no aluno a sensibilidade, a percepção e a imaginação.”

Afirmam, ainda os diretores das escolas municipais que os PCN-arte estão em consonância com a LDB, uma vez que buscam promover o desenvolvimento cultural dos alunos. Segundo eles, quando o aluno é trabalhado no seu lado artístico, desenvolve sua percepção e imaginação. Para os diretores “[...] os PCN trouxeram grande abertura para o aluno desenvolver arte, propiciando assim o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética”. Ou ainda: “[...] a arte além do desenvolvimento artístico e estético propicia ao aluno aprender com mais sentido, ao estabelecer relações na apresentação de sua produção. A arte, assim, representa um espaço constante para incorporação de todas as áreas”.

Seis diretores descrevem que o PCN-arte é um ganho para o conteúdo didático/pedagógico, pois, além de reconhecer a importância da arte para a formação do aluno, oferece subsídios para que os professores desenvolvam ações que contribuam para a melhoria da aprendizagem e do ensino da arte, estabelecendo não só o conhecimento, mas também seus modos de aplicação. Ressaltam esses diretores que, “[...] na educação infantil,

esse documento serve como guia de reflexão para o professor com objetivos, conteúdos e orientações didáticas, ou seja, um apoio técnico para que os profissionais enriqueçam suas aulas”.

Um dentre os diretores ressalta o fato de que os PCN podem incentivar a “[...] criatividade, pois traz a idéia de que não precisa ser artista para gostar de arte, que a aula de arte é divertida, mas não é recreio e muito ainda deve ser feito para que a arte possa ser vivenciada nas escolas de forma significativa e prazerosa”.

Outro diretor acredita que, a partir do momento em que foram criados os PCN, a proposta deles amplia a estrutura dentro de um novo espaço teórico e metodológico, facilitando a atividade nesse conteúdo curricular.

Houve também quem apontasse o fato de que o PCN-arte possibilita o desenvolvimento de um trabalho interdisciplinar.

Sete diretores consideram que as propostas dos PCN valorizam a arte, pois se pedia para “[...] identificar a educação artística por área de Arte, com conteúdos próprios ligados à cultura e não apenas como atividade, envolvendo a arte a outros conteúdos”. Também afirmam que o documento veio “[...] enfatizar todas as expectativas que tínhamos de um referencial sobre a arte”, já que, com a nova proposta está “[...] havendo um crescimento significativo com relação à programação anterior, dando ênfase nas artes visuais, permitindo trabalhar de forma prazerosa e dinâmica”, e também, “[...] dando ênfase à arte como forma de expressão e linguagem antes menos contempladas”.

Os diretores também afirmaram que a proposta “[...] vem corrigir uma grande falha no conteúdo, sendo, hoje (a arte), tão importante quanto qualquer outra disciplina”. Afirmaram ainda que o documento apresenta uma “perspectiva inovadora” e “contribui significativamente com os projetos escolares”. Um diretor entende que a proposta é “boa”, mas falta ser aceita pelos professores.

Até o momento a análise dos dois grupos de sujeitos, diretores de departamento e inspetores, foi descritiva. A partir da análise dos diretores escolares, em função da maior quantidade de sujeitos envolvidos na pesquisa (Quadro I, p.28), passei a selecionar trechos representativos do conteúdo das respostas de cada grupo, fazendo-se a síntese dessas respostas através de tratamento gráfico.

O gráfico 01 permite visualizar que a maioria dos respondentes avaliou positivamente a proposta dos PCN-arte, já que apenas 12% deles não se manifestaram e os restantes 88%, de uma forma ou de outra, fizeram uma apreciação favorável. Isto se deu na medida em que um grupo ressaltou o estímulo à criatividade, à sensibilidade, à percepção, enfim, das competências estéticas e artísticas do aluno; outro enfatizou que o documento é um guia de reflexão e amplia a estrutura dentro de um novo espaço teórico e metodológico, melhorando o conteúdo didático/pedagógico do professor, e um terceiro grupo destacou que a Educação Artística passa a ser considerada como área de Arte, promovendo e valorizando a arte na escola.

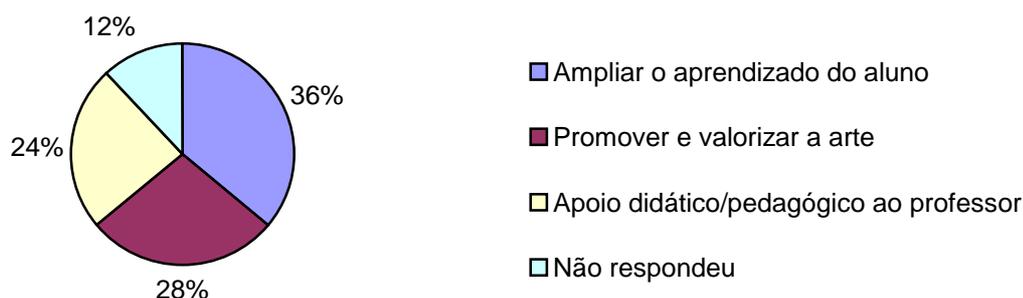


GRÁFICO 01 – Avaliação dos diretores escolares quanto à proposta para a Educação Artística apresentadas nos PCN.

Em relação às perguntas “Como se organiza para adequar a escola a esta proposta?” e “Quais as providências administrativas adotadas?”, quatro diretores disseram que as providências iniciais foram o planejamento e estudos pedagógicos, sendo que três adaptaram o Plano Global Integrado (PGI) da escola considerando os PCN; destes, um salientou que viabilizou várias atividades artísticas com a Fundação Cultural de Uberaba; outro criou um projeto juntamente com a comunidade, onde a arte é desenvolvida de forma extra curricular, tendo a professora de arte como coordenadora das atividades. Outro diretor disse que abordou a nova proposta com o planejamento e estudos pedagógicos e, posteriormente, promoveu o estudo e análise desta nova proposta juntamente com os professores e com a equipe dirigente.

Dentre os diretores entrevistados, quatro procuraram investir no aprimoramento e capacitação do docente, sendo que um buscou um professor com perfil adequado, com experiência e criatividade, tendo disponibilidade para o aperfeiçoamento na área

pedagógica. Outro diretor buscou oportunizar aos educadores a inclusão da arte no seu conteúdo, incentivando-os para reuniões e cursos voltados para a área. Houve quem apostasse na dinamização das atividades artísticas, procurando superar estereótipos e possibilitando a capacitação do docente; e um outro apoiou os professores dando-lhes suporte pedagógico.

Seis diretores posicionaram-se valorizando projetos relativos à arte:: um disse que valoriza os projetos em desenvolvimento, adequando-os à realidade escolar; outro considerou que o trabalho pedagógico realizado na escola sempre enfatizou a arte, tanto na educação infantil quanto nos ciclos e que os PCN vieram para garantir a melhoria e inovação do que a escola já realizava.

Com o objetivo de adequar a escola a este tipo de proposta, um diretor realizou na escola o projeto “Ciranda da Expressão”. com atividades de dança, cujo objetivo foi trabalhar as diversas áreas de expressão. Um quarto diretor disse que desenvolveu projetos que enfatizam o aprendizado na escola, buscando a igualdade de participação e compreensão sobre produção de arte; também afirmou que os professores da sua escola aproveitam os módulos semanais de reunião para se reunirem e questionar, discutir e montar, em grupo, os projetos relativos à arte, procurando adequá-los tanto administrativa quanto pedagógica e preservando um espaço para as artes, garantindo as manifestações artísticas no cotidiano da vida da escola.

Oito diretores integraram a arte com as demais áreas: um dos respondentes, disse que esta integração foi feita levando-se em conta a maturidade dos educandos, interesse e vivência, com adaptação dos conteúdos e integração com as demais áreas, em consonância com a SEDUC; um diretor de uma escola específica de educação infantil defendeu que a arte não pode estar desvinculada do aprendizado dos seus alunos. Dentre estes oito diretores, um explicou que promove as artes em sua escola com apresentações de vídeo,

leituras, procurando fazê-lo de uma forma prazerosa e interdisciplinar; outros dois disseram que a arte é trabalhada de forma interdisciplinar, havendo um envolvimento de toda a comunidade escolar; dois diretores disseram também que orientaram os professores para integrar a arte com outras disciplinas, que dão liberdade de ação ao professor de artes e que fornecem materiais e espaço físico para o desenvolvimento das atividades artísticas.

Um diretor afirmou pedir aos professores para buscarem, a todo momento, a arte como ponto de referência na prática educativa; outro entende que deveria ter a autonomia na contratação do professor de arte, pois quem ministra essas aulas são os professores regentes e/ou professores de língua portuguesa. Finalmente, um dos diretores informou que a escola não foi organizada para a nova proposta.

O gráfico 02 indica que a maioria dos diretores já está se organizando para adequar a escola à nova proposta. As atitudes são tanto administrativas, ao definir um planejamento prévio, adaptando-se o PGI e o aperfeiçoamento e capacitação do docente, quanto pedagógico, quando se valoriza a arte através de projeto específico, e integrando-a com as demais áreas (interdisciplinaridade).

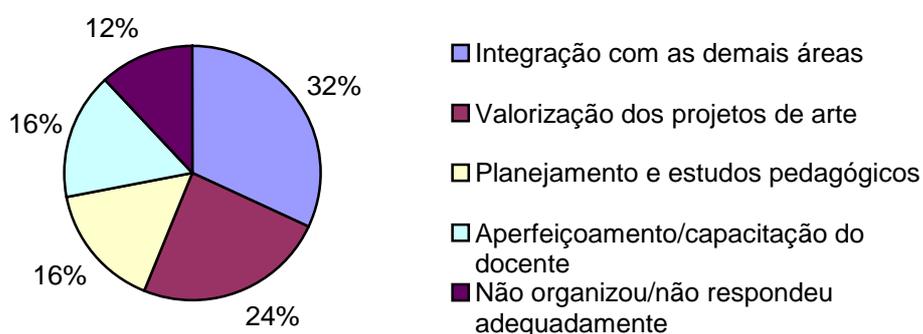


GRÁFICO 02 – Avaliação dos diretores escolares quanto à adequação da escola e/ou providências administrativas adotadas face a esta proposta.

Com relação à formação contínua dos professores de 1º e 2º ciclo e professores da Educação Artística do 3º ciclo para trabalhar arte na escola, catorze diretores dizem que procuram incentivar os professores a freqüentar os cursos do Centro de Formação do Professor (CEFOP).

Para dez diretores a promoção dos dias escolares e reuniões para estudos sensibiliza os professores, mostrando-lhes a necessidade da arte para todos, permitindo questionamentos e a troca de experiências entre si, orientando-se nos PCN, preparando a equipe de acordo com a realidade dos alunos. Um dos diretores disse que “[...] na sua escola não há preparação direta do professor, embora o pedagogo oriente o docente”. Um diretor disse que possui profissional capacitado, o segundo não opinou, enquanto o terceiro não respondeu diretamente à pergunta.

Uma das preocupações do MEC em relação à elaboração e implantação dos PCN, de modo geral, foi a de que a qualidade da última etapa deste processo – ou seja, sua operacionalização no nível da sala de aula – fosse preservada através de medidas prévias que partiriam da compreensão da proposta e culminariam com a sua adequação a cada realidade escolar em particular.

Neste sentido, uma das referências usadas durante a pesquisa realizada trabalha com a concepção de que, para que tudo transcorra bem, a prática da sala de aula é resultante de várias combinações feitas pelo professor antes, durante e depois das aulas, exigindo-lhe ser um bom pesquisador, incentivador e avaliador do processo educativo.

Por outro lado, então, esta concepção conduz a outra ordem de exigências, que está evidenciada no que o gráfico 02: a necessidade de uma série de articulações, sob a responsabilidade dos gestores escolares, de modo a se oferecer aos professores as condições básicas para uma atuação nos moldes do conceito da referência teórica assumida nesta pesquisa.

No gráfico 03, a questão tratada anteriormente – condições básicas para o professor avançar nesta proposta – é confirmada sob a ótica do aperfeiçoamento docente. As respostas confirmam que um maior número de professores, vem apoiando e aperfeiçoando-se nos cursos promovidos pelo CEFOR. Outros complementam sua formação e trocam experiências nas reuniões dos “dias escolares” para o estudo da matéria na própria escola.

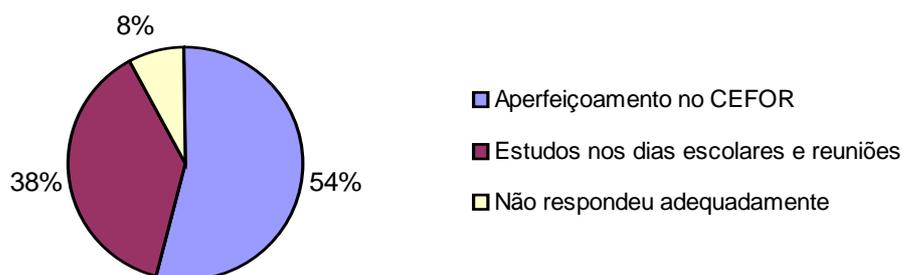


GRÁFICO 03 – Avaliação dos diretores escolares quanto à preparação e/ou formação dos professores para trabalhar com arte na escola.

Em relação à pergunta, “Houve mudanças ocorridas em relação ao planejamento, ao currículo e à avaliação, a partir dos PCN?”, elaborou-se o quadro abaixo, para melhor verificação das respostas dadas:

QUADRO 03

Síntese das respostas à pergunta n. 03 dada pelos diretores de escola:

D	Planejamento	Currículo	Avaliação
D1	Reformulação do PGI	Não respondeu	Diagnóstica
D2	PCN base do planejamento	Não respondeu	Contínua
D3	Flexibilidade	Valorização profissional	Diagnostica
D4	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D5	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Não respondeu
D6	Não houve mudança	Não respondeu	Não houve mudança
D7	Flexibilidade	Não respondeu	Não respondeu
D8	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D9	Flexibilidade	Valorização profissional	Não respondeu
D10	Não houve mudança	Valorização profissional	Contínua
D11	Participativo	Diferenciado	Sistêmica
D12	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Não respondeu
D13	Flexibilidade	Não respondeu	Não respondeu
D14	Flexibilidade	Contextualizado	Diagnostica
D15	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D16	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D17	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Competência do aluno
D18	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Contínua
D19	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D20	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Não respondeu
D21	Flexibilidade	Não respondeu	Não respondeu
D22	Não respondeu	Promove herança cultural	Não respondeu
D23	Flexibilidade	Respeita diferenças culturais	Competência do aluno
D24	Flexibilidade	Não respondeu	Contínua
D25	Não respondeu	Diferenciado	Contínua

Sobre as mudanças ocorridas em relação ao planejamento, um diretor disse que estas se dão através da reformulação do PGI. Para outro, os PCN passaram a ser a base do planejamento. Sete diretores citaram que os PCN trazem, em seu bojo, uma flexibilidade dinâmica, possibilitando um planejamento dosado e outro falou que o planejamento é diferenciado, dando a entender também que permite maior flexibilidade. Seis disseram que a mudança decorrente dos PCN é a de permitir que diversas áreas do conhecimento se incorporem umas às outras, ou mais especificamente à interdisciplinaridade da arte com os demais conteúdos. Um disse que houve uma mudança substancial, passando a ser participativa a elaboração do planejamento. Dois disseram que não houve mudanças. Sete não responderam.

Quanto às mudanças ocorridas no currículo, três responderam que houve uma mudança significativa, levando em consideração a formação e valorização do profissional de arte; dois entenderam que a mudança está na vivência do currículo diferenciado, que privilegiam temas sociais oriundos da realidade vivida pelos alunos. Um disse que “os conteúdos são contextualizados”; outro disse que “o novo currículo promove a herança cultural” e outro que “o currículo respeita as diferenças culturais, regionais e locais”. Dezesesseis diretores não responderam à questão.

Quanto à avaliação, cinco disseram que a avaliação passou a ser contínua, isto é, dando ênfase ao desenvolvimento do aluno; três destacaram que a avaliação é diagnóstica e o erro do aluno é o ponto de partida do professor para retomar suas ações na continuidade da aprendizagem e que “é positivo em função do respeito ao ritmo da aprendizagem do aluno”; um disse que a avaliação é sistêmica; dois destacaram que a avaliação é pautada na competência do aluno; um disse que não houve mudança na avaliação do aluno. Treze não responderam à questão.

Os três gráficos que se seguem permitem a visualização destas respostas.

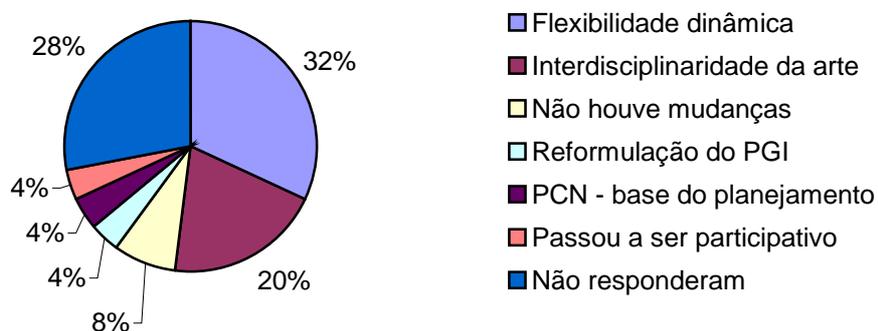


GRÁFICO 04 – Avaliação dos diretores escolares quanto às mudanças ocorridas no planejamento a partir dos PCN-arte.

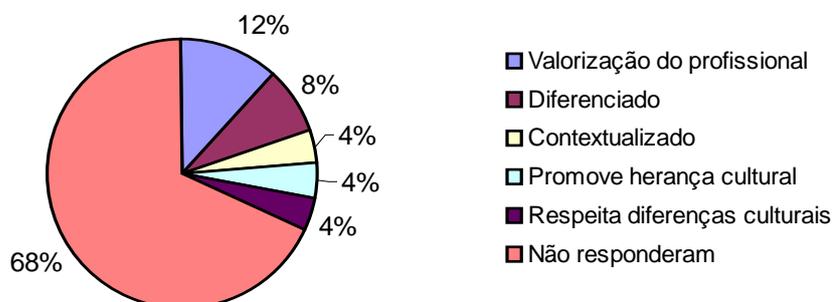


GRÁFICO 05 – Opinião dos diretores escolares quanto às mudanças ocorridas no currículo a partir dos PCN-arte.

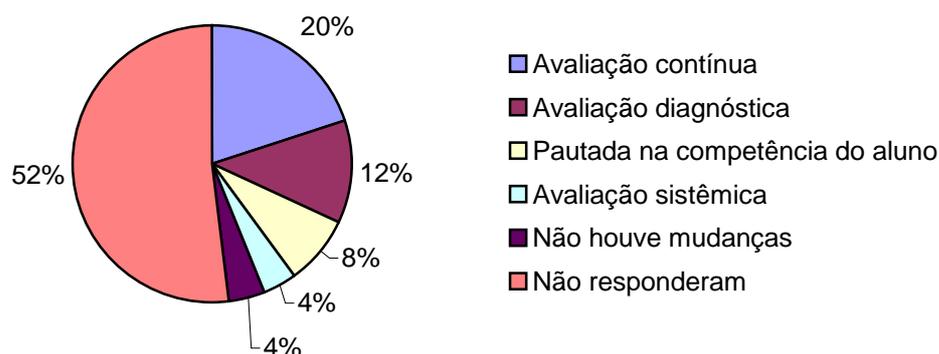


GRÁFICO 06 – Avaliação dos diretores escolares quanto às mudanças ocorridas na avaliação do aluno a partir dos PCN-arte.

As respostas dadas pelos diretores de departamentos da SEDUC, pelos inspetores e até mesmo pelos diretores escolares foram claramente positivas, com um baixo índice de abstenção; no entanto, nestas questões apresentadas aos diretores – aqueles que estão próximos da prática pedagógica, desencadeada pelos professores – todas elas voltadas para ao essencial da prática educativa escolar (planejamento, currículo, avaliação), o índice de diretores que não respondeu às mesmas é muito grande. Senão vejamos:

- a) no gráfico 04, 28% (planejamento);
- b) no gráfico 05, 68% (currículo);
- c) no gráfico 06, 52% (avaliação).

Os respondentes entendem que a mudança mais relevante no planejamento foi permitir uma maior flexibilidade, onde diversas áreas do conhecimento se incorporem umas a outras, principalmente com a arte, respeitando as diferenças culturais, regionais e locais, valorizando a formação do professor, dando ênfase à avaliação contínua, observando o desenvolvimento do aluno.

Em relação às perguntas “Houve dificuldades para a implantação dos PCN?”, “Quais as experiências positivas alcançadas?”, “Houve resistência à implantação dos PCN?”, elaborou-se o quadro a seguir, para melhor visualização das respostas:

QUADRO 04

Síntese das respostas à pergunta n. 04 dada pelos diretores de escola:

D	Dificuldades	Experiências. positivas	Resistência
D1	Não respondeu	Melhor qualidade do ensino	Não respondeu
D2	Qualificação do docente	Não respondeu	Não respondeu
D3	Escassez de material	Não respondeu	Não houve
D4	Falta de espaço físico	Inclusão conteúdo arte	Não houve
D5	Não há dificuldades	Inclusão conteúdo arte	Não houve
D6	Não há dificuldades	Não respondeu	Não respondeu
D7	Não há dificuldades	Não respondeu	Pouca resistência
D8	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D9	Falta espaço físico	Boa receptividade	Não houve
D10	Qualificação do docente	Boa receptividade	Não houve
D11	Medo do novo	Melhor qualidade do ensino	Pouca resistência
D12	Tempo para estudos	Não respondeu	Pouca resistência
D13	Qualificação do docente	Não respondeu	Não respondeu
D14	Tempo para estudos	Não respondeu	Não houve
D15	Qualificação do docente	Não respondeu	Não respondeu
D16	Falta de espaço físico	Não respondeu	Não respondeu
D17	Não há dificuldades	Boa receptividade	Não respondeu
D18	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
D19	Qualificação do docente	Não respondeu	Não respondeu
D20	Não há dificuldades	Não respondeu	Não houve
D21	Qualificação do docente	Não respondeu	Pouca resistência
D22	Não há dificuldades	Boa receptividade	Não houve
D23	Medo do novo	Não respondeu	Pouca resistência
D24	Falta de compreensão pais	Não respondeu	Pouca resistência
D25	Medo do novo	Inclusão conteúdo arte	Não houve

Quanto às dificuldades encontradas para a implementação das propostas dos PCN-arte, seis diretores disseram que a maior dificuldade está na qualificação do docente e para convencê-lo de que, para se fazer educação, temos que estar atualizados. Um disse que é a escassez de material para estudo; outros três diretores citaram a falta de espaço físico na escola; seis dizem que não há dificuldades; três diretores acreditam que a dificuldade foi a superação da prática tradicional, ou seja, o medo do novo; dois reconhecem a dificuldade em conciliar tempo para estudos; um relata que a dificuldade foi a falta de compreensão de alguns pais e três não responderam.

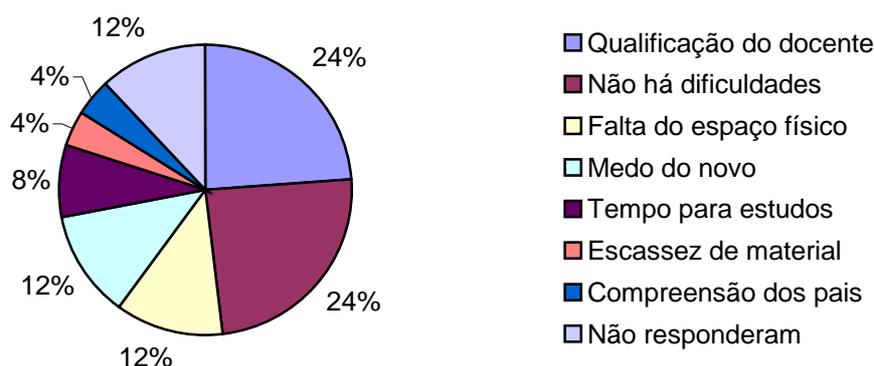


GRÁFICO 07 – Avaliação dos diretores escolares quanto às dificuldades para implantação dos PCN.

Quanto às experiências positivas, dois diretores entendem que o ponto positivo é a oferta da melhor qualidade de ensino; três dizem que o positivo na inclusão do conteúdo arte foi a culminância de projetos como: teatro, literatura, música e ainda murais, colagens, mosaico e outras atividades artísticas; quatro consideram como positivo, há receptividade dos projetos pelos alunos e dezesseis diretores não responderam diretamente à questão.

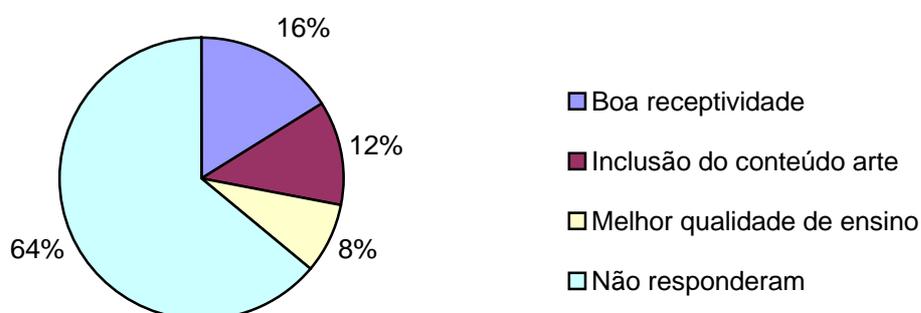


GRÁFICO 08 – Avaliação dos diretores escolares quanto às experiências positivas alcançadas.

Quanto à resistência dos professores à implantação dos PCN, nove diretores responderam que não houve resistência; seis diretores disseram que houve pouca resistência e dez diretores não responderam à questão.

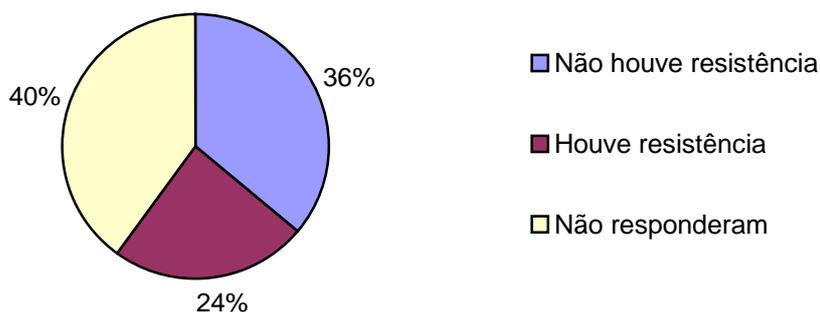


GRÁFICO 09 – Avaliação dos diretores escolares quanto à resistência para implantação dos PCN-arte.

Os diretores escolares apontaram que as maiores dificuldades estão, na falta de qualificação do docente, no medo do novo, na forma de conciliar o tempo para estudos, na falta do espaço físico, e a escassez de material. Os três primeiros motivos são inter-relacionados e envolvem diretamente os docentes; eles consideram que quem é desqualificado teme as mudanças e cria desculpas. Mesmo a falta de espaço físico passa a ser mais uma delas, embora até a rua à frente da escola possa tornar-se, esporadicamente, um espaço para realização de projetos artísticos.

Apesar, também, da manifestação geral e explícita de valorização do CEFOR, sua prática e aceitação, a maior dificuldade apontada pelos diretores, para a implantação dos PCN, diz respeito à qualificação docente: 24% (ver gráfico 07).

Fica uma indagação sobre o pretense significado elevado do CEFOR para o sistema e para as inovações curriculares em andamento, quando o que é mostrado no gráfico 07, é reforçado por dois índices presentes no gráfico 09: 24% das respostas dadas sustentam que houve resistência à implantação dos PCN e 40% não respondeu a esta questão. Por que?

O exposto nestes gráficos chama atenção para o fato de que, apesar dos segmentos de chefes de departamento e inspetores terem se pronunciado, o tempo todo, como se as coisas estivessem fluindo da maneira mais desejável possível, os diretores não assumem

este posicionamento: no gráfico 08, 64% deles não responderam ao quesito acerca das “experiências positivas”.

Se tudo estivesse tão bem aceito, compreendido e preparado (infra-estrutura institucional), por que apenas 36% dos diretores consideram e declara que não houve resistência no processo?

3.1.4 Respostas dos Especialistas de Escolas Municipais

Em relação à pergunta “Como avaliar as propostas para a Educação Artística apresentadas nos PCN?” (Apêndice A, p.107), a avaliação dos especialistas é bastante positiva. Cinco destacaram acreditar na ampliação da aprendizagem do aluno e sugerem ser um conteúdo capaz de promover a socialização, que promove o respeito e a formação dos alunos, possibilitando aos mesmos mostrarem suas habilidades artísticas de maneira prazerosa. Um sexto especialista diz que a proposta garante ao aluno a liberdade de imaginar e edificar atividades com base em suas intenções próprias. Dois especialistas dizem, ainda, que a proposta é bem elaborada, sua fundamentação teórica sugere o ensino por meio de valorização de situações que privilegiam o modo de expressão do aluno, sua criatividade, sua sensibilidade e habilidades, promovendo o gosto pelas artes plásticas, cênicas e musicais. Dezesesseis especialistas dizem ser muito boa, justificada por auxiliar o professor em seu trabalho, através da teoria, reflexão e posteriormente a prática e, também, levar o homem a buscar o equilíbrio entre a razão e a emoção; outros consideram a proposta aberta e inovadora, podendo o professor adequar seu planejamento à realidade

escolar; dessa forma, dá oportunidade de aproveitamento desse conteúdo, proporcionando riquíssima sugestão de atividades para serem trabalhadas na escola, vindas ao encontro da realidade e da necessidade dos alunos. Outros especialistas classificam a proposta como positiva, por trabalhar em parceria com os professores de outras áreas, dentro da interdisciplinaridade; um entende que a proposta é avaliada conforme sua aplicação, dentro de cada atividade em desenvolvimento ou a ser desenvolvida e dois outros consideram a proposta ideal, abrangendo tudo que é preciso e necessário, pois capacita os professores, motivando-os a procurar e conhecer os PCN, pois têm linguagem de fácil acesso aos professores, os conteúdos são bem organizados e a avaliação é trabalhada numa perspectiva inovadora. Dois especialistas consideram que as propostas dos PCN promovem e valorizam a arte, pois esta tem uma função tão importante quanto a dos outros conhecimentos no processo ensino aprendizagem; um outro diz que as atividades estão tratadas como conteúdos curriculares, e não apenas como fazeres artísticos. Um especialista não respondeu à questão.

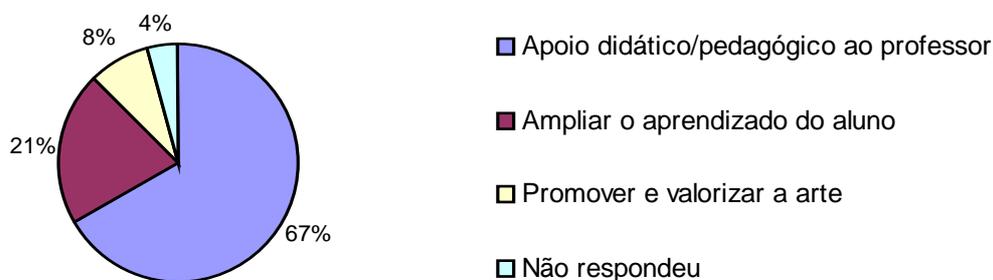


GRÁFICO 10 – Avaliação dos especialistas quanto às propostas para a Educação Artística apresentadas nos PCN-arte.

Pelas respostas resumidas no gráfico 10, nota-se que todos avaliaram positivamente as propostas dos PCN-arte, contribuindo para promover a capacitação dos professores no conteúdo didático/pedagógico, para ampliar o modo de expressão do aluno, sua criatividade, sua sensibilidade e habilidades, promovendo o gosto pelas artes plásticas, cênicas e musicais, sendo também um conteúdo socializador. Em menor expressão um grupo destacou, como benefício maior, a valorização da arte como conteúdo curricular e não como atividade.

Em relação ao modo como se organizou a escola para se adequar a essa proposta e quais as providências administrativas e pedagógicas adotadas para viabilizá-las, treze especialistas disseram que inicialmente partiram de estudos pedagógicos, em reuniões específicas com grupos de estudo, dinamizando-se as atividades propostas pelos PCN, integrando as outras áreas, discutindo, apresentando sugestões, reflexões, questionamento entre professores e a equipe pedagógica, estabelecendo metas a serem cumpridas durante o ano letivo; quatro destacaram que foram feitas reuniões para estudo das propostas dos PCN-arte, verificando sua adequação à situação do educando, da escola, ao plano pedagógico e à filosofia da escola. Dois disseram que a escola procura contribuir, apoiando os professores, dando o suporte pedagógico e recursos materiais e no caso da educação infantil, os professores são capacitados para trabalhar, baseando-se no Referencial Curricular Nacional. Dois disseram que a escola está procurando adequar o espaço físico para os professores terem maior desenvoltura e os alunos poderem criar seus trabalhos com mais liberdade de se locomover, de conversar e fazer os trabalhos. Porém, alguns projetos elaborados pelos professores estão sendo executados dentro da própria sala de aula. Cinco relataram que, pedagogicamente, esse conteúdo envolve e é desenvolvido integrando-se com as demais áreas (interdisciplinarmente), oportunizando a todos atividades artísticas;

um disse que “[...] a escola sempre valorizou a arte no dia-a-dia do educando, sendo a arte na nossa escola uma constante, e os PCN vieram, ainda mais, dar-nos suporte e contribuir para a melhoria da prática na escola”; um especialista disse estar trabalhando para promover a educação artística, não só nos módulos de estudo dos professores, mas, também, permeando os componentes curriculares, aliando-o aos temas transversais. Três especialistas não responderam à pergunta.

O gráfico 11 consolida respostas que demonstram que a maioria dos especialistas já está se organizando para adequar o docente à nova proposta em estudo. As atitudes mais relevantes dizem respeito ao desenvolvimento de atividades próprias do especialista, promovendo reuniões, discutindo, questionando e refletindo os PCN com os professores, recomendando integrar a arte com as demais áreas (interdisciplinaridade), oportunizando a todos os alunos atividades artísticas. Alguns estão adequando o espaço físico, objetivando maior desenvoltura do professor e para os alunos poderem criar seus trabalhos com mais liberdade de expressão.

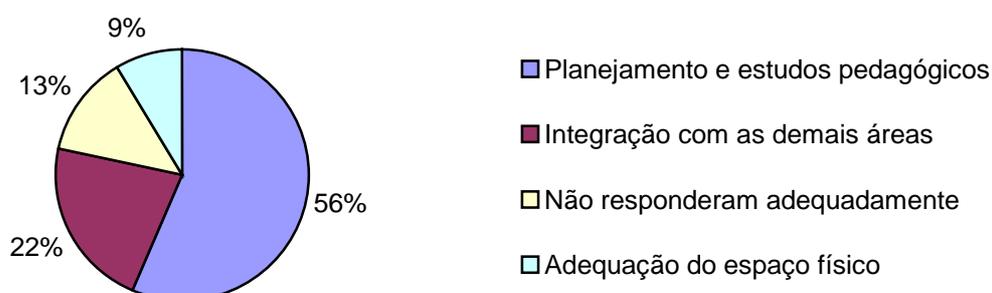


GRÁFICO 11 – Avaliação dos especialistas quanto às providências administrativas e pedagógicas adotadas em função da nova proposta.

Com relação à formação contínua dos professores de 1º e 2º ciclo e professores de Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na escola, quinze especialistas destacam que o CEFOR promove vários cursos ligados à arte, na preparação específica ao professor de educação artística, como: musicalização, contos de história, arte e educação. Dois especialistas dizem que a formação se dá através dos cursos oferecidos no CEFOR e de cursos extras e doze relatam que é através dos estudos dos PCN, realizados nas reuniões pedagógicas da escola e módulo II, com discussões, debates, planejamento coletivo, procurando superar estereótipos; dois especialistas esclarecem que a formação se dá “através de oficinas, com participações em jogos de sensibilizações, artes dramáticas e manuais, sonoras, expressões corporais, exposição de murais e na biblioteca, com confecções de trabalhos e um especialista diz que os “professores se envolvem dentro do seu interesse, tendo como suporte um pedagogo, que auxilia em suas aulas de educação artística ou em outras disciplinas”.

O gráfico 12 confirma a alegação de que um maior número de professores vem apoiando e aperfeiçoando-se nos cursos promovidos pelo CEFOR. Outros complementam sua formação e trocam experiências, nos dias escolares, reuniões oficinas e outros, na própria escola.

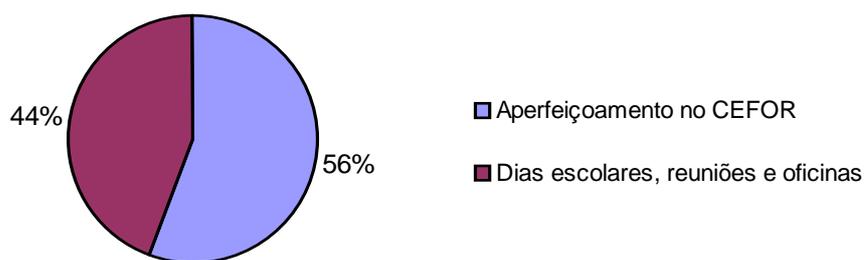


GRÁFICO 12 – Avaliação dos especialistas quanto à forma de promover a formação dos professores.

Sobre as mudanças ocorridas em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação a partir dos PCN, elaborou-se o quadro abaixo, para melhor assimilação das respostas:

QUADRO 05

Síntese das respostas à pergunta n. 03 dada pelos especialistas de escola:

E	Planejamento	Currículo	Avaliação
E1	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Não respondeu
E2	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Visão crítica e atuante do aluno
E3	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Senso crítico dos grupos
E4	Mais coerente	Consideração à manifestação cultural	Contínua
E5	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
E6	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Não respondeu
E7	Interdisciplinaridade	Adequado à necessidade da escola	Contínua
E8	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Não respondeu
E9	Não respondeu	Apresentação do conteúdo geral da arte	Não respondeu
E10	Não respondeu	Participação de todos profissionais	Não respondeu
E11	Baseado nos PCN	Não respondeu	Não respondeu
E12	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
E13	Mais coerente	Atender às necessidades da escola	Contínua
E14	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
E15	Baseado nos PCN	Não respondeu	Não respondeu
E16	Baseado nos PCN	Inclusão de projetos no PGI	Não respondeu
E17	Baseado nos PCN	Não respondeu	Contínua
E18	Baseado nos PCN	Não respondeu	Não respondeu
E19	Baseado nos PCN	Nova visão pedagógica	Indicador da práxis
E20	Mais coerente	Respeito diferenças culturais	Não respondeu
E21	Interdisciplinaridade	Não respondeu	Contínua
E22	Não respondeu	Não respondeu	Contínua

Quanto ao planejamento, sete especialistas entenderam que a mudança se dá através da interdisciplinaridade com a “integração com outros conteúdos”; visando as formas mais criativas para a execução de projetos, de arte com outros conteúdos; três entenderam que o planejamento tornou-se “mais coerente, respeitando a identidade, o contexto e as produções artísticas como parte de um processo histórico cultural”. Seis disseram que “[...] a mudança foi de se utilizar os PCN como base para o planejamento”, tornando-se mais flexível e prazeroso de ser elaborado. E outros seis especialistas não responderam à questão.

Quanto às mudanças no currículo, um dos especialistas diz que os conteúdos “[...] passaram a ser articulados dentro dos eixos de ensino, considerando as manifestações artísticas e culturais”; dois dizem que “[...] o currículo passou a ser adequado à realidade e necessidade da escola”. Um especialista diz que a mudança está na maneira de apresentação dos conteúdos gerais de artes visuais, música, teatro e na dança”. Outro diz que as mudanças estão ocorrendo face à participação de todos os profissionais envolvidos em cursos de capacitação (valorização profissional), e os reflexos dessas mudanças são visíveis no desempenho da construção de conhecimento dos alunos”. E outro especialista diz que “[...] foi a liberdade do professor trabalhar os conteúdos através inclusão de projetos dentro do PGI”. Para um especialista o “[...] currículo mudou totalmente, pois se tem uma nova visão pedagógica, quanto ao seu entendimento”. Para outro “[...] o currículo passou a respeitar as diferenças culturais, regionais e locais”. Catorze especialistas não responderam à questão.

Quanto à avaliação, um especialista disse que “[...] houve uma mudança de comportamento do aluno com uma visão mais crítica e atuante”; outro colocou que a avaliação “está no senso crítico dos grupos”; seis disseram que “[...] a avaliação é contínua, considerando a capacidade de cada um”; e outro escreveu que “[...] a avaliação passou ser um parâmetro para que todo educador se situe, dentro do processo educacional, é um indicador da práxis e um meio de podermos saber o que não foi assimilado pelo educando”. Treze especialistas não responderam à questão. O conjunto de três gráficos a seguir conduz a duas grandes observações, que considero instigantes:

a) Quando a questão é o “planejamento”, o índice de abstenção de respostas dos especialistas é menor (27%) e as considerações de caráter positivo somam 73% das opiniões;

b) Quando se fala de currículo e de avaliação, os especialistas de educação se calam! São 63% de abstenções, no caso de currículo e 58% quando se trata de avaliação. Como, no caso do gráfico 10 (análise dos benefícios), apenas 4% se abstiveram e 96% apontaram benefícios para o aprendizado do aluno, apoio didático-pedagógico ao professor e valorização da arte na escola? Como esta opinião se fundamenta se o especialista não discute, agora, o currículo e a avaliação?

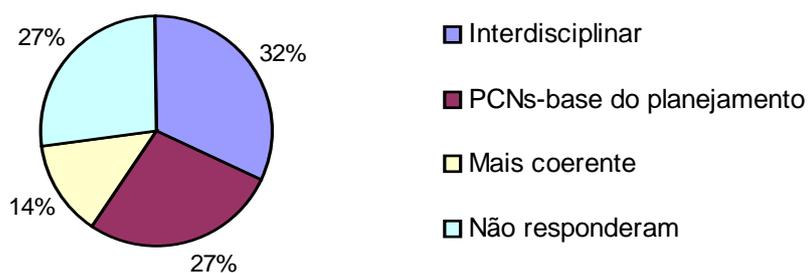


GRÁFICO 13 – Avaliação dos especialistas quanto às mudanças no planejamento a partir dos PCN.

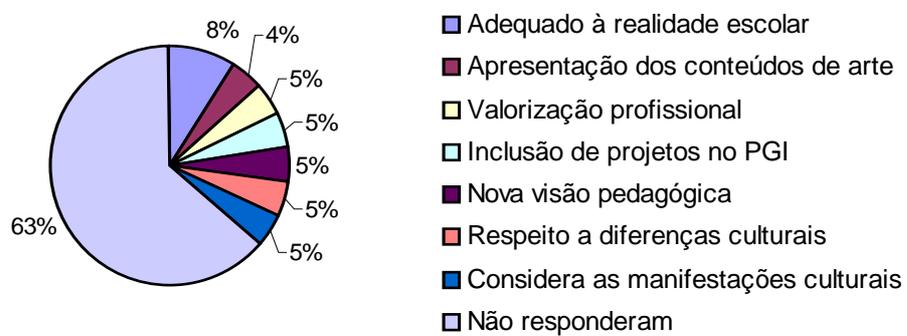


GRÁFICO 14 – Avaliação dos especialistas quanto às mudanças no currículo a partir dos PCN.

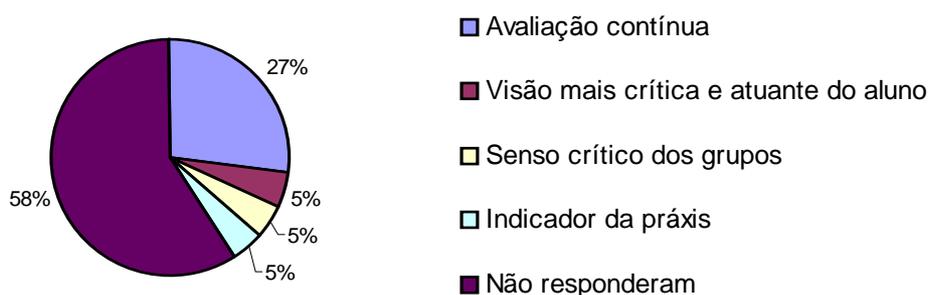


GRÁFICO 15 – Avaliação dos especialistas quanto às mudanças ocorridas na avaliação dos alunos a partir dos PCN.

Em relação às “dificuldades encontradas pelas especialistas para a implantação dos PCN, quanto às experiências positivas alcançadas e se houve resistência à implantação dos PCN” o quadro abaixo permite melhor assimilação das respostas:

QUADRO 06

Síntese das respostas à pergunta n. 04 dada pelos especialistas de escola:

Espec	Dificuldades	Experiências positivas	Resistência
E1	Falta de espaço físico	Feiras culturais	Não respondeu
E2	Falta de espaço físico e qualificação do professor	Aulas mais criativas	Não houve resistência
E3	Medo do novo	Liberdade de expressar do aluno	Não houve resistência
E4	Medo do novo	Não respondeu	Não respondeu
E5	Não respondeu	Não respondeu	Não respondeu
E6	Desinteresse de alguns	Não respondeu	Houve resistência
E7	Medo do novo	Aceitação dos professores	Não respondeu
E8	Não houve dificuldades	Descoberta dos famosos talentos da arte	Não respondeu
E9	Não respondeu	Não respondeu	Não houve resistência
E10	Medo do novo	Respeito ao saber prévio do aluno	Não respondeu
E11	Não houve dificuldades	Aceitação dos profissionais	Não houve resistência
E12	Difícil encontro com as pessoas especializadas	Não respondeu	Não respondeu
E13	Desinteresse de alguns	Não respondeu	Não respondeu
E14	Não houve dificuldade	Pluralidade das ações	Não houve resistência
E15	Medo do novo	Culminância dos projetos de arte	Houve resistência
E16	Falta de tempo para reunir	Boa receptividade do aluno	Não houve resistência
E17	Qualificação do professor	Não respondeu	Não respondeu
E18	Não houve dificuldade	Feiras culturais	Não houve resistência
E19	Desinteresse de alguns	Não respondeu	Houve resistência
E20	Medo do novo	Não respondeu	Houve resistência
E21	Falta de compreensão de alguns pais	Não respondeu	Houve resistência
E22	Desinteresse de alguns	Culminância dos projetos de arte	Não houve resistência

Quanto às dificuldades, dois especialistas disseram que enfrentam “a falta de espaço físico”; dois relatam “[...] a falta de recurso humano especializado, e a necessidade

de conscientizar os profissionais para estudos com o objetivo de qualificar o docente”. Para seis, a dificuldade está em “fazer a mudança de idéias padronizadas, com a superação da prática tradicional” ou o “medo do novo”, demonstrado pela ansiedade e insegurança de alguns professores; outros quatro falaram da resistência por parte de alguns professores com “desinteresse de um pequeno grupo”, enquanto quatro disseram que “não houve dificuldades” face à constante promoção de reuniões diárias para divulgação dos PCN. Um especialista disse “ser difícil o encontro com pessoas especialistas da área”; outro reclamou da “falta de tempo para reunião, devido à dupla jornada de trabalho dos professores”, e o outro ressaltou “a falta de compreensão de alguns pais”. Dois especialistas não responderam à questão.

Quanto às experiências positivas, dois especialistas realçaram “as feiras culturais, mostra dos trabalhos e apresentações artísticas”; um lembrou dos “bons resultados com aulas mais criativas”; outro disse do “direito à liberdade de expressar do aluno”. Dois disseram sobre a “flexibilidade, abertura e aceitação por parte dos professores”; um ressaltou a “descoberta dos famosos talentos da arte”; um respondente disse que “os PCN destacam o saber prévio do aluno” e outro falou que o positivo “está na pluralidade das ações”; dois escreveram que “as melhores experiências foram na culminância dos projetos (de arte) com a apresentação de dança, teatro, música, paródia, murais e outros”. Para um especialista o positivo foi que “o aluno passou a ser mais alegre, dinâmico, capaz de reflexões e de se posicionar frente a decisões, com crítica e criatividade” isto é, ressaltou a boa receptividade pelo aluno. Nove especialistas não responderam adequadamente à questão.

Quanto à resistência, oito especialistas disseram que “não há resistência”; cinco falaram que “houve resistência de alguns professores, provocada pela falta de estudo”. E

uma disse que “houve resistência também dos pais”. Nove especialistas não responderam à questão.

Os especialistas apontaram diversas dificuldades, como a falta de qualificação do docente, o medo do novo, a forma de conciliar o tempo para estudos e o desinteresse de alguns. Outras apontaram dificuldades como a falta do espaço físico apropriado, a necessidade do encontro com especialista e a falta de compreensão dos pais. Os que implantaram os PCN-arte relacionaram uma grande diversidade de experiências positivas, comprovando que a ação agrada de diversas formas, oferta melhor qualidade de ensino e já estão sentindo o prazer da mudança. Resistência houve, retratada, às vezes, pela falta de conhecimento.

Porém, novamente os gráficos 17 e 18 demonstram que os especialistas, ao deixarem de responder tais questões, se auto-denunciam em relação ao papel que deveriam desempenhar.

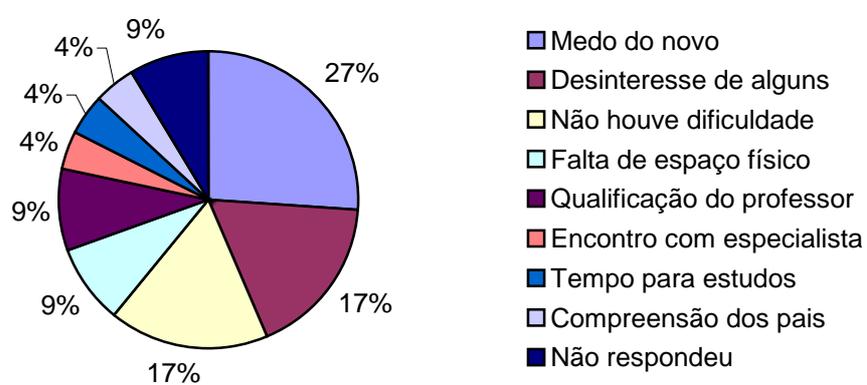


GRÁFICO 16 – Avaliação dos especialistas quanto às dificuldades para implantação dos PCN.

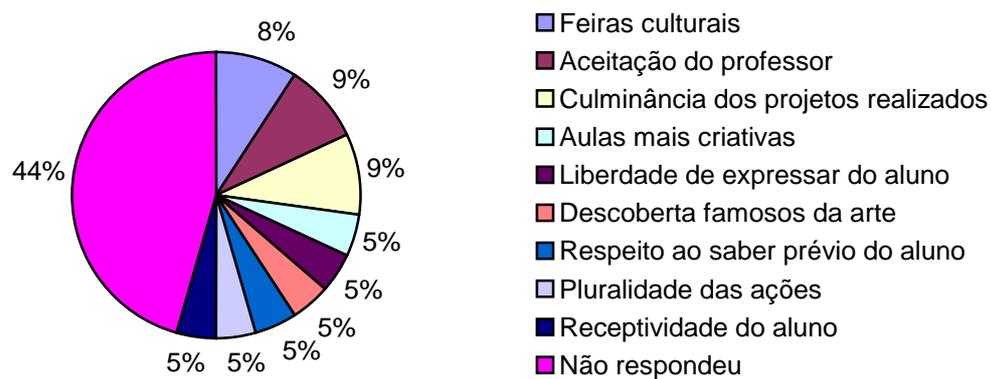


GRÁFICO 17 – Avaliação dos especialistas quanto às experiências positivas alcançadas a partir da implantação dos PCN.

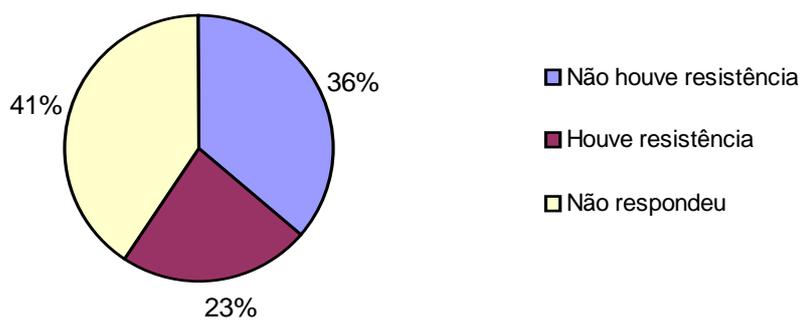


GRÁFICO 18 – Avaliação dos especialistas quanto às resistências para implantação dos PCN.

3.1.5 Respostas dos Professores PII

Professores de Educação Artística, para alunos de 11 a 14 anos, regentes de classe de 2º e 3º ciclos classificados como Professores PII, ao responderem à pergunta “Como estão sendo desenvolvidas na escola, as atividades de educação artística?” (Apêndice A, p.108), a maioria (doze, dos treze questionados), relataram que essas atividades estão contempladas no projeto Político Pedagógico da Escola (PGI). Dez professores afirmaram que as atividades estão sendo desenvolvidas de acordo com a pedagogia do ciclo, uma proposta interdisciplinar, com projetos trans-disciplinares, feitos coletivamente, desde a elaboração até a avaliação, com momentos de leitura, expressão plástica, auditiva, visual, dramatização e confecção de objetos decorativos. Dois professores relataram que, durante todo o ano, são realizados projetos específicos de acordo com o interesse do grupo, objetivando aos alunos apreciarem e a produzirem. Outro professor disse que o PGI da sua escola ainda está sendo elaborado, nada consta sobre as atividades artísticas, não especificando, entretanto, a forma como as atividades artísticas são desenvolvidas.

Pelas respostas dos professores PII, pode-se confirmar que as atividades artísticas estão contempladas no PGI da maioria das escolas e estão sendo aplicadas, permeando os outros conteúdos de maneira interdisciplinar e, em alguns casos, em planos mais elaborados, a arte é realmente vivenciada pelos alunos através dos projetos específicos.

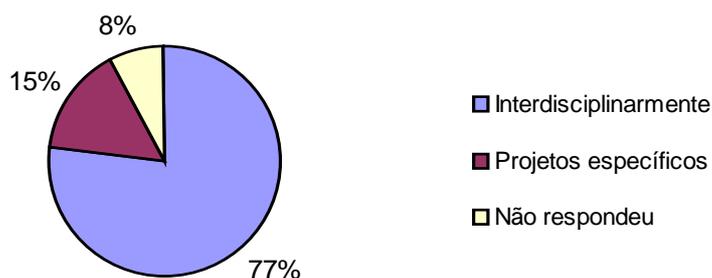


GRÁFICO 19 – Avaliação dos professores II quanto ao desenvolvimento das atividades de Educação Artística.

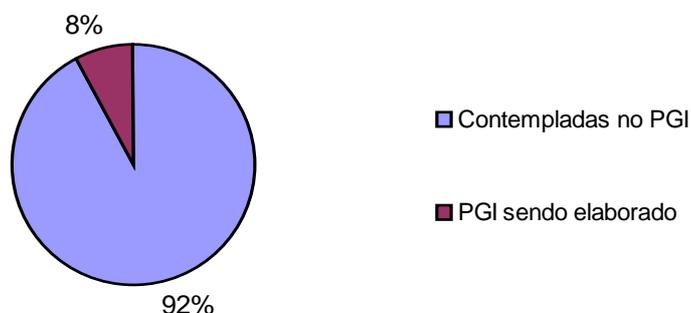


GRÁFICO 20 – Avaliação dos professores II quanto à contemplação da Educação Artística no PGI da escola.

Em relação às perguntas “Você vem trabalhando com os PCN-arte?”, “Tem encontrado dificuldades para implementar a proposta?” e “Quais dificuldades?”, dez professores relataram que têm trabalho, salientando alguns que as propostas dos PCN-arte são riquíssimas, vieram embasar o profissional e propiciar ao aluno ampliar a sensibilidade, percepção, observação, reflexão e apreciação. Um dos professores disse que, às vezes, trabalha com os PCN-arte, apontando certas dificuldades, e outros dois professores não responderam à questão.

Quanto às dificuldades, seis professores alegaram não ter dificuldades para implementar as propostas dos PCN-arte; dois não responderam a essa questão e cinco professores apontaram dificuldades.

As dificuldades apontadas são diversas como: “aspecto social, a burocracia, carência de materiais e espaço físico, são alguns fatores que dificultam os trabalhos, mas não o impedem”, “falta de interesse do aluno e de recursos econômicos para melhoria das atividades”, “falta de recursos econômicos e de espaço apropriado” é o que alegou outro professor, “pouca carga horária, falta de material adequado e o espaço físico” e “a dificuldade decorre da mudança, porque o professor enfrenta situações que ainda vagam no desdobramento do ensino”.

Entre os pesquisados (diretores de departamento, diretores de escolas, especialistas), pela primeira vez aparece como “dificuldade” a questão da burocracia, o que é compreensível, na medida em que a “vítima” mais imediata nesta situação é o professor, que se vê cerceado no desempenho das atividades-fim, quando lhe são exigidas diferentes e numerosas atividades burocráticas pelo sistema.

Apesar disto, nos gráficos seguintes (n. 21, 22 e 23) pode-se observar que o índice de professores que não responderam três das questões do instrumento de pesquisa que lhes foi entregue é pequeno se comparado com as análises feitas em grupos anteriores.

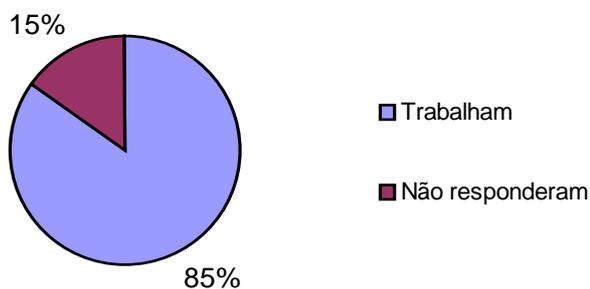


GRÁFICO 21 – Avaliação dos professores II quanto aos que trabalham com os PCN-arte.

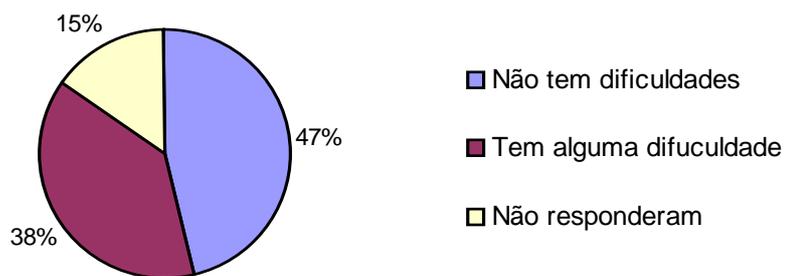


GRÁFICO 22 – Avaliação dos professores II quanto às dificuldades para implementar as propostas dos PCN-arte.

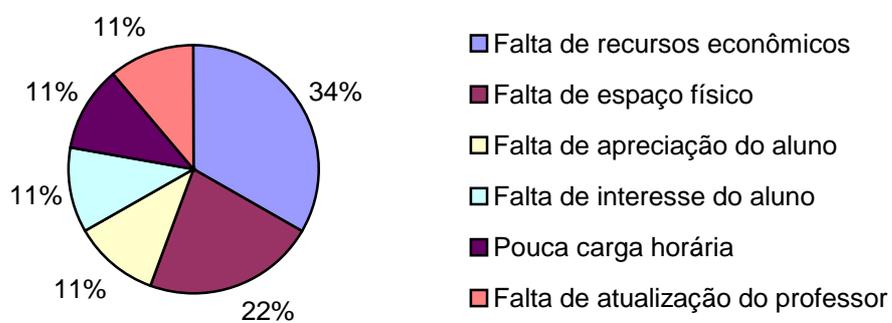


GRÁFICO 23 – Avaliação dos professores II quanto às dificuldades apontadas para implementar as propostas.

Pelas respostas dessas questões, constata-se que a maioria dos professores PII já trabalha baseando-se nos PCN-arte, fazendo implementações que sirvam de estratégias metodológicas, observando as mesmas dificuldades apresentadas pelo professor PI, sendo próprias da condição econômica e da estrutura física da rede municipal de ensino, quando citam a necessidade de material e espaço físico adequado, e também o aspecto sócio econômico dos professores, os quais têm de se empenhar em dois ou mais turnos de trabalho, sacrificando a oportunidade de sua própria aprendizagem. Acrescentou o PII, em relação ao PI, a falta de apreciação e interesse do aluno, situações estas talvez decorrentes da faixa etária dos alunos (adolescentes) com os quais eles trabalham.

Sobre o “desenvolvimento de projetos artísticos”, doze professores afirmaram que desenvolvem projetos artísticos variados; um alegou que desenvolve trabalhos artísticos esporadicamente, com atividades isoladas, colocando em amostra os trabalhos dos alunos, o que demonstra um trabalho que se desenvolve na contra-mão do que propõe os PCN-arte.

Dos doze professores que afirmaram desenvolver projetos artísticos, dois não citaram os projetos. Apenas seis professores descreveram os projetos, ou fizeram comentários sobre ele, como o projeto “Brasil – 500 Anos”, envolvendo os alunos em diversas apresentações, tais como: dramatizações, músicas, poesias e feiras e o projeto “Hora de Preservar”, Neste último trabalha-se com a reciclagem de materiais. Outro projeto, “Brasil – 500 Anos, O Índio Redescoberto”, procura valorizar a cultura indígena, através de textos literários e jornalísticos, artesanato, documentário televisionado sobre as tribos, exposição de raízes utilizadas como alimento e remédios. No projeto “Semana Cultural”, trabalha-se com oficinas, apresentações e exposições de murais confeccionados

pelos alunos. “Gincana Arte Cultural” evidencia o resgate dos valores que perdemos ao longo do tempo, fortalecendo as raízes culturais. O projeto “Folclore” mostra apresentações de lendas, trava-línguas, painéis, produções de textos e brincadeiras infantis. “Eventos Comemorativos” é um projeto em que os alunos apresentam trabalhos vinculados à música, dança e dramatizações. Abaixo, quadro resumo dos projetos.

QUADRO 07

Projetos culturais citados pelos Professores II:

Prof.	Nome do projeto desenvolvido nas escolas
PII-1	Escola em Destaque, Biblioteca-A Arte de Ler e Escrever a Vida, Coral de Funcionários, FID – Festival Interno de Declamação.
PII-2	Musica, Capoeira, Teatro.
PII-3	Brasil – 500 Anos, Hora de Preservar.
PII-4	Brasil – 500 Anos.
PII-5	Semana Cultural.
PII-6	Gincana Arte Cultural.
PII-7	Folclore.
PII-8	Eventos Comemorativos.
PII-10	Feira de Ciências, Folclore, 500 – Anos Brasil.
PII-11	Concurso de Declamadores de Poesia, Desenho e Dança.
PII-13	Coral Stella Chaves.

Perguntados sobre “Quais seriam, na sua opinião, os principais avanços das propostas dos PCN para o ensino de arte?”, dois professores responderam que o avanço foi a arte poder “estar presente em todos os conteúdos, aplicados em um contexto interdisciplinar”; outro disse que a interdisciplinaridade valorizou o ensino da arte. Dois destacaram a valorização da arte como conteúdo, da “flexibilidade em relação às várias visões sobre arte”; da “concepção da idéia que arte vai além do desenhar e colorir”. Cinco professores falaram do auxílio ao professor no didático pedagógico, da “flexibilidade do planejamento, adequando-o de acordo com cada região”; da “autonomia em selecionar seus conteúdos, transformando-se em constante pesquisador”, e na “liberdade do professor trabalhar os conteúdos através de temas transversais, dando oportunidade aos alunos de

serem artistas e criadores”; de “garantir, dentro do conteúdo de educação infantil, o fazer artístico intitulado como artes visuais previstos no Referencial Curricular Nacional (RCN)”; de facilitar ao professor o ensino dela”. Sete professores enfatizaram que a mudança foi o de explorar e desenvolver o potencial do aluno, da “oportunidade mais ampliada de explorar o potencial do aluno e fazê-lo se encantar com sua capacidade de ser criativo”; de poder “trabalhar com o aluno em todas as suas potencialidades, desenvolvendo-lhe aptidões em todos aspectos artísticos”; outro falou da melhoria “da prática dos dons artísticos do aluno, revelando-os como poetas e artistas”; da “descoberta de talentos”; os PCN-arte trouxeram a “experiência do novo, onde o aluno tem a chance de expressar sua necessidade pelo que gosta de fazer e sentir”; de poder “atender às dificuldades do aluno na compreensão da arte” e outro respondente falou que o principal avanço está no “envolvimento da equipe escolar e dos alunos”.

Em resumo, as respostas sugerem que o maior avanço dos PCN foi poder explorar e desenvolver o potencial do aluno como um todo, trabalhando todas as possibilidades para a melhoria da prática dos dons artísticos. Outros educadores ressaltaram que o documento é um valioso auxílio didático pedagógico do professor, permitindo flexibilidade no planejamento, aplicabilidade dos conteúdos em um contexto interdisciplinar, trazendo uma maior valorização da arte como currículo. Vide o tratamento gráfico das respostas.

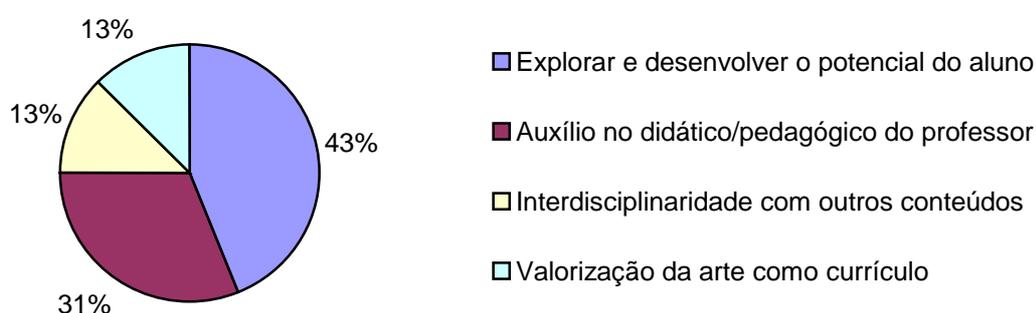


GRÁFICO 24 – Avaliação dos professores II quanto aos avanços para o ensino da arte.

Em relação ao pedido de sugestões para a “melhoria do ensino de arte nas escolas”, três professores propuseram “melhores condições para os educandos vivenciarem um contato direto com as artes através de oficinas, atividades artísticas e culturais da cidade, visitas em galerias de exposição de arte, conservatório, ateliê” outro pediu “a realização dos projetos”; enquanto outros três disseram que “a disciplina deve ser aplicada por professores realmente qualificados ou se puder aperfeiçoar mais nesse estudo”, ou seja, especializar-se. Dois respondentes sugeriram que os professores sejam coerentes com a proposta de ensino e incentivem os alunos a serem mais criativos; um professor pediu “melhoria no acervo de livros de artistas regionais nacionais e internacionais”. Três

professores fizeram referência à melhoria do espaço físico, com a criação de “biblioteca artística informatizada”, criação de “salas ambiente com som, vídeo e TV” e também a “criação do espaço físico adequado”. Dois sugeriram a valorização da disciplina, “trabalhando com a equipe escolar, conscientizando que a arte se faz necessária à formação cultural de um indivíduo”; e “inserir a arte no plano curricular, como conteúdo primordial a partir de seis anos de idade”; três professores disseram da necessidade de obtenção de materiais para trabalhos específicos para pintura e materiais em geral; outros dois pediram o aumento da carga horária de uma aula semanal, para o mínimo de duas aulas semanais.

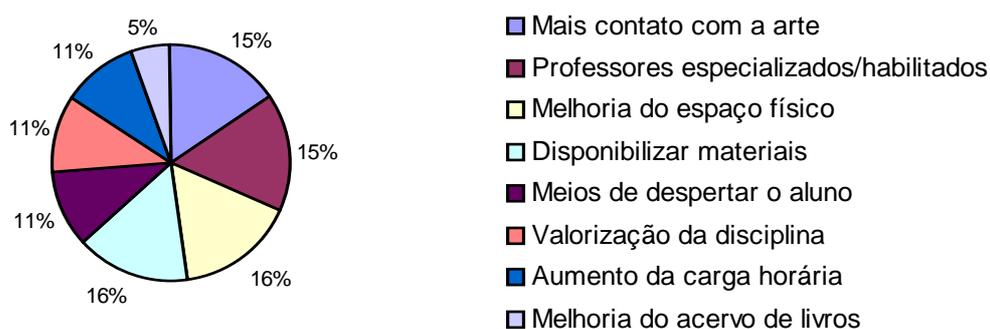


GRÁFICO 25 – Avaliação dos professores II referente às sugestões para melhoria do ensino da arte.

3.1.6 Respostas dos Professores PI

Professores do Ensino Fundamental, para alunos de 06 a 10 anos, regentes de classe de 1º e 2º ciclos classificados como Professores PI, ao responderem à pergunta “Como estão sendo desenvolvidas na escola, as atividades de educação artística?” (Apêndice A, p.109), escreveu que essas atividades estão contempladas no projeto político pedagógico da escola (PGI); dezessete professores afirmaram que elas estão inseridas de forma interdisciplinar e, pelo menos uma vez por mês, realizam atividades sócio-educativas e culturais, na área de educação artística. Quatro professores relataram que estão desencadeando projetos específicos, com temas abordando diferentes conteúdos, procurando desenvolver as habilidades cênicas, plásticas e musicais dos estudantes, dando oportunidade ao aluno para vivenciar vários tipos de arte. Um dos professores não respondeu diretamente à pergunta, porém sua resposta sugere que as atividades artísticas estão engajadas no PGI da escola, pois ressaltou o fato de que “as atividades da educação artística constituem um grande apoio para outras disciplinas; através delas, pode-se chegar ao êxito da aprendizagem dos conteúdos sistematizados”. Um dos professores disse que o PGI está sendo feito na escola, mas que ele ainda não contempla projetos relacionados às artes. Dentre os respondentes, apenas um falou que “o PGI da escola não está estruturado, porém a disciplina destaca-se no currículo”, não especificando, entretanto, a forma de como as atividades artísticas serão desenvolvidas.

Pelas respostas dos professores PI, que se assemelham com as respostas dos professores PII, pode-se perceber que as atividades artísticas estão contempladas no PGI da maioria das escolas (gráfico 27) e estão sendo aplicadas, permeando os outros conteúdos

como interdisciplina e, em alguns casos, em planos mais elaborados, a arte é realmente vivenciada pelos alunos através dos projetos específicos (gráfico 26).

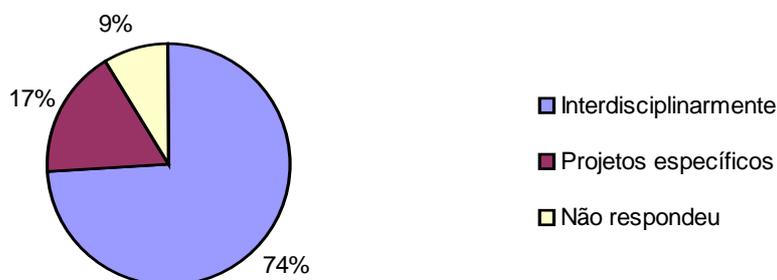


GRÁFICO 26 – Avaliação dos Professores I quanto ao desenvolvimento das atividades de Educação Artística.

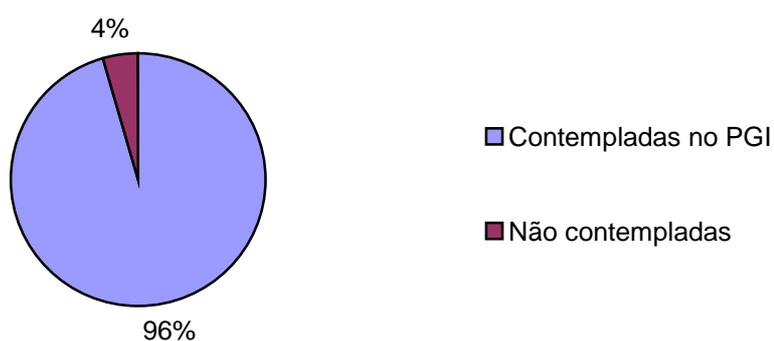


GRÁFICO 27 – Avaliação dos professores I quanto à contemplação da Educação Artística no PGI da escola.

Em relação às perguntas “Você vem trabalhando com os PCN-arte?”, “Tem encontrado dificuldades para implementar a proposta?”, “Quais dificuldades?”, sete

professores relataram que têm trabalhado com os princípios, idéias e sugestões dos PCN-arte, seis afirmaram que “o planejamento elaborado é baseado nos PCN”, usando-os como referência na prática docente; outros três professores acreditam que o PCN-arte “veio ao encontro dos anseios e filosofia da escola, sendo a arte necessária à formação do cidadão”; três disseram também que têm trabalhado e que os PCN-arte apresenta “uma proposta fácil de ser executada por qualquer professor, mesmo não tendo esta habilitação específica”; cinco professores não responderam.

Quanto às “dificuldades para implementar a proposta”, doze professores alegaram não ter dificuldades; seis não responderam a essa questão e seis apontaram dificuldades.

As dificuldades apontadas foram: “falta de tempo para estudo”, “falta de material, ambiente e recursos didáticos”. Um dos professores destacou: “não temos oportunidade de estar em lugares onde pudéssemos conviver e apreciar as diversas modalidades de expressão da arte”; outro acredita que as dificuldades decorrem “da falta de formação adequada do professor, o que impede de criar situações de aprendizagem significativas”.

O tratamento gráfico a seguir resume as três respostas do grupo, podendo ser avaliado de forma sucinta as maiores fatias de opiniões.

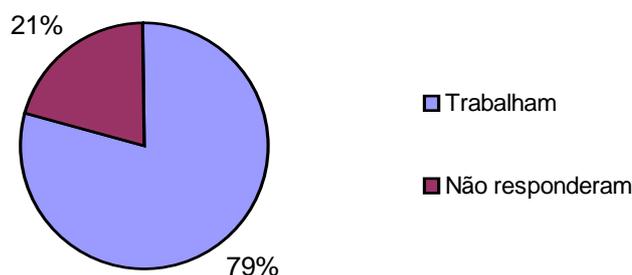


GRÁFICO 28 – Avaliação dos professores I quanto aos que trabalham com os PCN-arte.

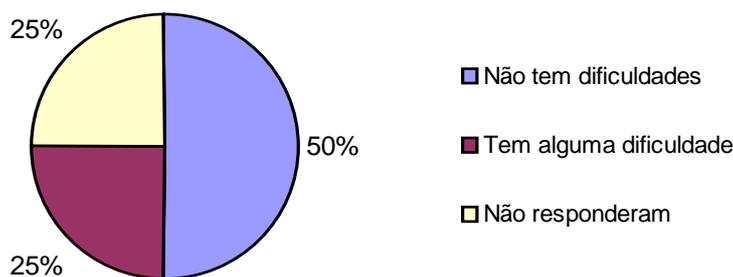


GRÁFICO 29 – Avaliação dos professores I quanto às dificuldades para implementar a proposta dos PCN-arte.

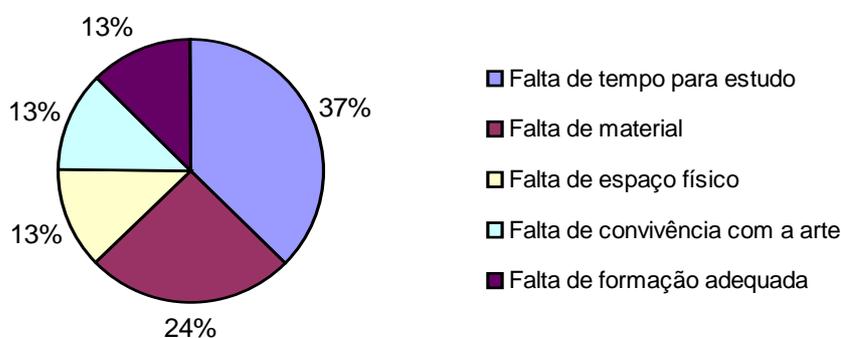


GRÁFICO 30 – Avaliação dos professores I quanto às dificuldades apontadas para implementar as propostas dos PCN-arte.

Pelo gráfico em análise, constata-se que a maioria dos professores PI já trabalha baseando-se nos PCN-arte, fazendo implementações que sirvam de estratégias metodológicas, observando que as dificuldades apresentadas são próprias da condição econômica e da estrutura física da rede municipal de ensino, quando citam a necessidade de material e espaço físico adequado, e também o aspecto sócio econômico dos professores, que têm de se empenhar em dois ou mais turnos de trabalho, sacrificando a oportunidade de aprendizagem.

Sobre o “desenvolvimento de projetos artísticos”, vinte professores afirmaram que desenvolvem projetos artísticos variados; três alegaram não ter projetos específicos de arte, mas sim, atividades isoladas, e apenas um não respondeu à questão.

Dos vinte professores que afirmaram desenvolver projetos artísticos, quatro não citaram os projetos, porém disseram que “são desenvolvidos e integrados a outros projetos do cotidiano”; “desenvolvem projetos artísticos que viabilizam a integração de todos os conteúdos disciplinares”; “a arte é um trabalho contínuo, que ensina o aluno a caminhar através dos seus encantos artísticos. A arte é de amar a todos”; “além das atividades que acontecem dentro de sala de aula, os alunos participam também de atividades artísticas extra-classe”.

Apenas dois descreveram os projetos, como: projeto Ciranda da Expressão, “que acontece semanalmente, trabalhando as diversas áreas de expressão cênica, musical e plástica. É um trabalho prazeroso, que proporciona maior interdisciplinaridade, fazendo fluir no aluno seu verdadeiro potencial”, ou fizeram comentários sobre ele: “considero oportuno destacar o projeto Teatro na Escola, no qual os educandos progressivamente desenvolvem habilidades de expressar oralmente suas emoções”. Vide a seguir quadro dos projetos culturais citados.

QUADRO 08

Projetos culturais citados pelos Professores I:

Profº.	Nome do projeto desenvolvido nas escolas
PI-1	Pluralidade Cultural, Vinte Anos de Morte de Vinícius de Moraes.
PI-2	Carnaval, Folclore, Leitura de Poesia e Contos, Musica e Dança.
PI-7	Ciranda da Expressão.
PI-8	Feira do Conhecimento e Coral.
PI-10	Projetos Culturais.
PI-11	Festival de Poesia, Coral por Profissionais da Escola, Grupo de Teatro.
PI-12	Folclore.
PI-13	Teatro, Apresentações Musicais, Poesia e Dança.
PI-14	Canto Coral, Dança e Hora do Conto.
PI-16	Teatro na Escola.
PI-19	Carnaval, Leitura de Texto, Confecção de Máscaras.
PI-20	Datas Comemorativas, Hora da História, Carnaval.
PI-21	Semana Literária “Monteiro Lobato”, Hora da Leitura e do Conto, Biblioteca Viva.
PI-22	Brasil de Todos Nós.
PI-23	Fundo do Baú e Inteligência Musical.
PI-24	Literarte, Teatro Mensal, Literatura Semanal e Mural da Escola.

Perguntados sobre quais seriam, na opinião dos professores, os “principais avanços das propostas dos PCN para o ensino da arte”, dez professores responderam que o avanço foi a valorização da arte como currículo, ressaltando a “seriedade pela forma consciente que o ensino de arte está sendo encarado”, ou que, antes, “o ensino da arte era voltado para o ensino de técnicas, o professor era um mero transmissor, hoje os alunos buscam interagir com materiais variados, experimentando-os e conhecendo-os de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais”. Outro professor salientou que os PCN-arte “norteiam o trabalho do professor, evidenciando formas de desenvolvimento através das artes, subsídio necessário para o planejamento escolar”; para outros professores os PCN possibilitaram um maior entendimento sobre a arte, maior abertura de espaço para discussões, estudo sobre a arte e valorização do ensino da arte e dois professores reforçaram a obrigatoriedade deles no ensino fundamental e que passaram a ser abordados com mais respeito. Para sete professores o avanço está no poder de explorar e desenvolver o potencial do aluno: um disse que “a criança tem a oportunidade de explorar seu potencial”; outro disse que “há o desenvolvimento do aluno como um todo e inter-relacionamento com os variados conteúdos a serem aprendidos”; outro destacou que o avanço dessa proposta está no criar, na “descoberta do aluno criador ao invés de mero copiador”; que promove “a expressão como descoberta de talentos, como os pintores, cantores e outros”; na maior “abertura à criação”; que a arte é um trabalho contínuo, ensina o aluno a caminhar através dos seus encantos artísticos e outro acredita que o maior avanço é o aproveitamento da espontaneidade da criança. Outros cinco falaram que possibilitam “integração das demais áreas”, “a interdisciplinaridade, com outros conteúdos”, e “o inter-relacionamento com os variados conteúdos”. Dois professores disseram que os PCN “não trouxeram nenhum avanço significativo para o ensino da arte e sim uma reformulação”. Vide o tratamento gráfico das respostas.

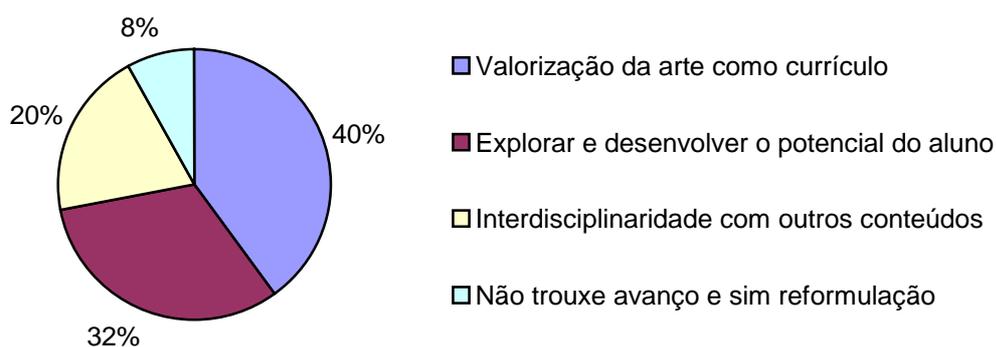


GRÁFICO 31 – Avaliação dos professores I no que se refere aos avanços para o ensino da arte.

Em relação ao pedido de sugestões para “melhoria do ensino da arte nas escolas”, quatro professores disseram que deveria haver “maior engajamento da arte, com outras disciplinas”, “pareceria conteúdo-arte”, maior união entre os educadores de arte com outros profissionais da educação. Seis professores sugeriram maior preparo dos profissionais envolvidos, através de cursos de aperfeiçoamento, contato com as atividades culturais, para a devida atualização pedagógica. Quatro sugeriram montagem de projetos pedagógicos envolvendo a arte, valorizando ainda mais o conteúdo; dois pediram maior disponibilidade de tempo dedicado à arte e cinco professores reforçam a necessidade de mais recursos financeiros para aquisição de material de arte. Três professores pediram que os profissionais tenham força de vontade e valorizem a disciplina como parte do contexto escolar, enquanto outro solicitou incluir no currículo um conteúdo na parte diversificada,

que seja paralela à educação artística, desde que não fira a lei de diretrizes e base – LDB; outro opinou para que o aluno seja valorizado de forma holística, isto é, no todo, para que obtenha maior confiança em si mesmo; enquanto outros dois acham que as aulas de arte deveriam ser aplicadas por profissional especializado e habilitado e não como complemento de cargo. Um professor acha que se devem procurar meios para despertar no professor e no aluno o talento adormecido; um professor reforça o pedido de melhor espaço físico para trabalhar com a arte e mais estudos sobre a arte e suas implicações pedagógicas. Três professores não apresentaram sugestões.

O gráfico a seguir, resume as sugestões dos Professores I.

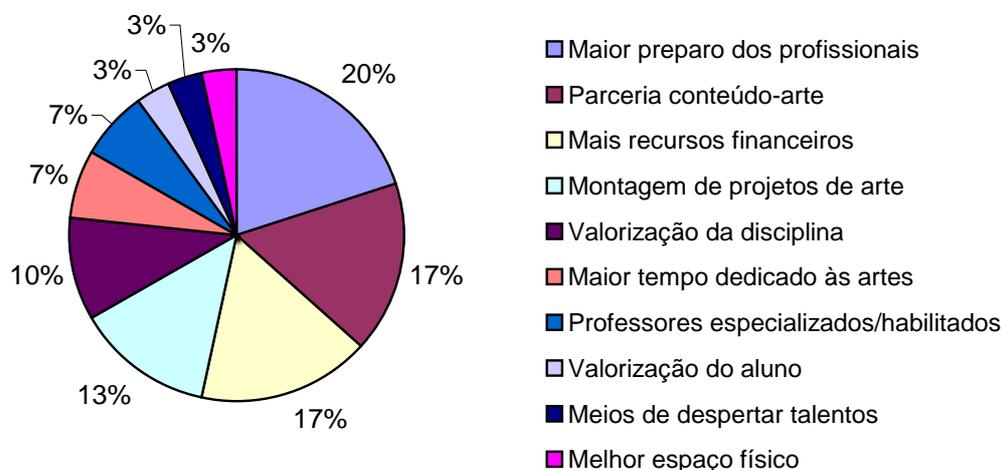


GRÁFICO 32 – Avaliação dos professores I referente às sugestões para melhoria do ensino da arte.

Também, no caso deste segmento, as sugestões para melhoria significam a inversão das dificuldades apontadas para a implantação dos PCN-arte, destacando-se:

- a) A qualificação do profissional através das respostas “maior preparo dos profissionais” e “professores especializados/habilitados”.
- b) Parceria conteúdo-arte.
- c) Mais recursos financeiros.

As interpretações dadas ao que se obteve na pesquisa realizada junto aos diferentes segmentos da Rede Municipal de Ensino estão apresentadas a seguir.

3.2 Interpretando o pensamento dos educadores de Uberaba sobre os PCN-arte

A síntese dos dados coletados durante a pesquisa realizada foi traduzida percentualmente, visualizada através de gráficos e complementada com alternativas que os respondentes dos questionários apresentaram para esclarecer e/ou justificar seus posicionamentos.

Com base no referencial teórico construído e nos objetivos da pesquisa, busco, agora, responder ao problema central que norteou todo o estudo: o ensino de arte, na escola fundamental da rede pública municipal de Uberaba, apresenta mudanças significativas em decorrência da implantação\implementação dos PCN-arte?

Isto me exige que, a esta altura dos estudos feitos, os desdobramentos deste problema, inicialmente postos, sejam levados em consideração, sem perder de vista as categorias de análise presentes nos elementos referenciais teóricos do primeiro capítulo.

Dessa forma, o pensamento dos educadores de Uberaba sobre os PCN-arte será aqui submetido a uma avaliação crítica, na medida em que procuro verificar se as dificuldades conjunturais da prática pedagógica escolar têm sido, sistematicamente, objeto da atenção de gestores e educadores, em função do redimensionamento do ensino de arte como decorrência, tanto de seu novo “status” epistemológico no currículo, quanto pela ampla liberdade de atuação, por parte dos professores, proclamada nos documentos legais e nos próprios PCN-arte.

Os diferentes segmentos pesquisados quando, por exemplo, manifestaram-se diante da pergunta “Como avaliar as propostas para o ensino de arte apresentadas nos PCN?” evidenciaram alguns pontos em comum, sendo, no seu conjunto, uma avaliação positiva da proposta. O que se destaca como ponto comum pode ser resumido na fala de um dos diretores que participou do grupo de sujeitos pesquisados: ele dá ênfase ao fato de que “os PCN apontam caminhos que contribuirão para que a escola possa ser uma espaço humanizador do homem”.

Neste sentido, quando os diretores citaram as possíveis causas de dificuldades para se implantar os PCN, eles se referiram, entre outros, ao fato de que é uma questão cultural, na realidade brasileira, considerar a arte como algo distante do homem comum. Em função disso, no interior da escola, onde tal preconceito se repete, existe a dificuldade de se adotar uma outra visão do ensino da arte, sob o ponto de vista da maioria dos diretores ouvidos.

Esse posicionamento corrobora o anterior: já que os PCN norteiam a possibilidade do ensino de arte acontecer sob a inspiração de outro paradigma que o não vigente, é

possível que contribuam para a superação desse preconceito e, em conseqüência, se tornem meio de humanização do espaço escolar.

Uma outra avaliação positiva das propostas dos PCN-arte é expressa em posicionamentos assumidos de várias formas, por diferentes segmentos, em resposta a diferentes questões, que anunciam, a meu ver, a apropriação conceitual de que, enquanto “atividade” curricular (Lei Federal 5.692/74) a então “Educação Artística” tinha um caráter complementar e periférico no currículo, e era, portanto, desvalorizada nos projetos pedagógicos das instituições educacionais. Porém, sob a égide da nova legislação (Lei Federal 9.394/96) e, sob a inspiração dos PCN, a arte passa a ser entendida como área de conhecimento que tem objeto de estudo próprio, compondo a parte diversificada do currículo, mas num contexto em que se dá ênfase à integração e à articulação entre os diferentes componente curriculares.

As respostas que me permitem fazer tal interpretação recorrem, na sua maioria, a afirmativas contidas nos próprios PCN ou em documentos que analisam a legislação em vigor. Isto pode indicar que esteja sendo explicitado um posicionamento por “adesão” a algo que se considere inovador, em contraposição a uma convicção que resulte de conhecimentos (re) construídos, a partir de uma reflexão sobre o documento.

Entretanto, nos últimos anos tem sido desenvolvida no Brasil uma reflexão contínua sobre o ensino da arte, o que pode ter influenciado posicionamentos mais coerentes com o que se espera deste conteúdo curricular, nos dias de hoje.

Houve diretor que chegou a analisar a condição de aprendizagem significativa como resultado do potencial que a arte tem para incorporar todas as áreas do

conhecimento, demonstrando compreender que uma postura inter e/ou transdisciplinar é condição para se dialogar com a complexidade da vida no momento presente.

Quando os respondentes dos instrumentos de pesquisa usados valorizaram a ênfase dos PCN-arte à postura inter e/ou transdisciplinar, interpreto que, independente de dominarem a fundamentação teórica que está na base do valor que lhe atribuem, demonstram sensibilidade para uma questão atual da educação; com isto quero dizer que têm consciência de que o conhecimento fragmentado e distante do contexto do aluno não é suficiente para se responder aos problemas postos por esse contexto.

O mais importante, porém, é que os professores, sujeitos da relação fundamental que se dá no interior da escola, não apenas manifestaram-se positivamente em relação aos PCN-arte, mas demonstraram que isto se dá com a característica de superação do “inovador” que a proposta possa representar. Ou seja, sentem-se mais livres para criar ao se referenciar pelos PCN, e declaram que sua abordagem, de certa forma, já era contemplada no PGI da escola onde atuam. Deram destaque à autonomia e liberdade do professor, apontando para uma situação que todo educador costuma colocar em debate: o constrangimento, a dificuldade que experimentam quando são submetidos a definições prévias, que lhes escapam enquanto sujeitos.

Dessa forma, interpreto que a aceitação das propostas ou adesão às reflexões feitas no documento dos PCN tem mais a ver com suas próprias expectativas que com seu caráter inovador, proclamado quando de sua introdução nas escolas. Os professores não o estão assumindo por modismo, com algo que dê “nova roupagem” ao ensino de arte na escola, segundo suas opiniões manifestadas nas respostas dadas no questionário.

É facilmente observável como os professores se identificam com esta dimensão dos PCN; as propostas parecem responder a seus anseios e expectativas, já que é aberta e flexível. As respostas dos professores, no entanto, em várias situações, denunciam que, na prática, muitos deles ainda têm uma atuação pedagógica “moderna” (vinculada à criatividade, à expressão criadora), ainda um pouco distante, conceitual e metodologicamente, da atuação “pós-moderna”, que incorpora à expressão criadora a compreensão da arte através da apreciação.

Esse índice pequeno de professores que incorpora ao espaço escolar outros espaços sociais (ou, pelo menos, o reivindica) aponta para algumas situações que passo a interpretar.

Na avaliação do segmento “inspetores” foram consideradas como possíveis causas de dificuldades para implantação de uma nova proposta como a dos PCN, tanto a persistência de uma postura tradicional na prática pedagógica dos professores quanto a falta de hábito de leitura, por parte deles, o que lhes permitiria uma atualização permanente.

Como a discussão dos “tempos e espaços escolares” é, hoje, uma discussão presente nos meios acadêmicos, na literatura corrente, nos debates em escolas cujo coletivo docente esteja sintonizado com as pesquisas e a publicação de seus resultados, tenho que admitir que essa crítica procede. Se não se busca alternativas capazes de extrapolar as aulas convencionais de cinquenta minutos, no espaço da escola, com maior frequência que a apontada pela pesquisa realizada, é possível inferir que, ou o discurso dos professores não reflete a prática, ou que tais professores não têm acompanhado o intenso debate que visa abrir caminhos para a escola dar conta dos desafios da complexidade social. Pode ser que a

duas situações estejam presentes nas práticas educativas estudadas, observados, evidentemente, os limites do método utilizado na pesquisa.

Isto se agrava quando confronto o quadro identificado com a maior liberdade que os parâmetros curriculares, enquanto tais, dão aos professores para decidirem e conduzirem o processo de ensino da arte nas escolas.

O professor da rede pública municipal de Uberaba, hoje, além de contar com toda a programação do Centro de Formação de Professor (CEFOR), vive numa cidade que tem tradição, em termos de vida universitária, o que já deveria ter influenciado seu comportamento quanto aos hábitos de leitura, de maneira mais efetiva. Do contrário, ao assimilar os princípios institucionais vigentes (tanto na Constituição Federal quanto na LDBEN, a articulação com a experiência de vida dos alunos é um princípio que permeia todo o “espírito da lei”), voltados para o relacionamento da educação com a prática vivida pelos alunos, o professor corre o risco de apenas dar continuidade, na escola, ao que o aluno já conhece.

Isto porque, para que o professor consiga estabelecer com o aluno uma relação de ajuda, através da qual esse aluno possa ultrapassar sua experiência, é necessário que um processo de formação continuada forneça ao professor os fundamentos indispensáveis à condução desse processo.

A prática pedagógica escolar é mais que vivências, é mais que transmissão de informações ou de valores; ela supõe transformação das condições concretas dos sujeitos sociais nela envolvidos e da sociedade de modo geral. Não tem, pois, condição de avançar com base apenas na intuição. Nesse aspecto é que se funda, talvez, em grande parte, a atitude docente de apontar condicionamentos relacionados à infra-estrutura, ao invés de

entender-se enquanto sujeito e profissional responsável por sua própria formação continuada.

Chego a esta interpretação através de algumas falas, nas quais se dá ênfase ao produto final do trabalho artístico dos alunos e à reivindicação de recursos ou meios de trabalho (materiais, por exemplo) voltados tão somente para “aulas” que tendem mais para o convencional. Isto põe em evidência o fato de que ainda não aconteceu uma transformação ou ruptura em relação à postura que se cristalizou na educação brasileira em relação à arte na escola. Pelas respostas em relação aos projetos artísticos, vê-se que a arte não é vivenciada cotidianamente, alguns pedem a interdisciplinaridade, porém só um fala do “despertar os talentos adormecidos dos professores”. Um índice muito pequeno do segmento docente falou da falta de oportunidade de estarem com os alunos em espaço que não o escolar, em oportunidades que não apenas didático-pedagógicas para se trabalhar a compreensão da arte através da apreciação, demonstrando esses professores, a necessidade da vivência efetiva com a arte.

Com este ponto de vista reforçaram a crítica da imensa maioria dos respondentes dos questionários da pesquisa: a prática pedagógica denuncia as reais condições da instituição “escola pública” no quesito em estudo. Materiais, recursos didáticos e ambiente adequado para o ensino da arte são três grandes carências apontadas pela maioria das escolas estudadas. Quando se apela para a criatividade, em nome da arte, com recurso capaz de resolver tais carências, considero ser este um comportamento que coloca em dúvida a real intenção de se tirar o ensino da arte da condição periférica que sempre ocupou no currículo escolar. Condição esta que, para ser revertida, reclama mecanismos, ambiente e recursos imprescindíveis à sua natureza de área do conhecimento, cujo objeto próprio requer atendimento à sua especificidade.

Outro aspecto a refletir é o que se relaciona à efetividade do “status” epistemológico da arte como componente cultural do currículo escolar, a partir da Lei Federal 9.394/96 e dos PCN. Sem negar a reflexão que vem sendo feita no país em torno da arte na escola – mais por iniciativa dos sujeitos com ela envolvidos que por parte do sistema educacional – é preocupante a ampla liberdade de atuação que se concede ao professor e o entusiasmo deste mesmo professor em função disto. Acontece que, como ficou demonstrado pelas respostas tanto de professores quanto dos especialistas, este é um ponto positivo dos PCN, na ótica dos sujeitos desta pesquisa.

O que os mesmos não enfatizaram, ao lado da quase euforia manifestada em relação à suposta autonomia, é que esta autonomia e à rejeição ao documento como “conjunto de receitas” corresponde muito maior responsabilidade docente no processo de tomada de decisão quanto ao “desenho” que se dá ao ensino da arte no contexto do projeto político-pedagógico de cada escola. Eles declaram, num índice significativo, que “não têm dificuldades” para trabalhar num novo enfoque, mas, contraditoriamente, as propostas de atuação de cada um continuam anunciando e denunciando um trabalho com fortes componentes de caráter isolado, fragmentado, pois, quase todas as propostas que constituíram exemplos do que tem sido feito, são ligadas a datas e eventos escolares.

Se o discurso está distante da prática, uma das possíveis causas, conforme outros estudos já realizados por pesquisadores interessados na questão, pode ser associada à formação do professor. Por mais que os sujeitos da presente pesquisa sejam todos legalmente habilitados na área, para acompanhar as mudanças educacionais, entre elas as propostas pelos PCN-arte, isto não basta.

A liberdade de atuação exige um nível correspondente de segurança para decidir, o que, por sua vez, implica num processo de formação continuada, capaz de dar suporte à reflexão sobre a prática de cada um, sua circunstância e exigências.

Estabelece-se, então, um círculo que, se houver clareza política, pode se constituir “virtuoso”; com um processo permanente de desenvolvimento profissional, o professor se engaja mais conseqüentemente no processo decisório da escola como um todo e, assim, pode intervir na realidade em que atua, de modo a se transformar num cenário que já possui respaldo institucional, mas que ainda reclama mais efetividade, na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No ponto de partida da pesquisa realizada dois aspectos estão presentes de maneira significativa: em primeiro lugar, meu interesse em aprofundar estudos acerca do ensino da arte na educação básica, onde atuo; em segundo lugar, a preocupação em conhecer as variáveis presentes na implantação dos PCN-arte na escola.

Para tanto, preocupei-me em referenciar estes propósitos pela compreensão do novo enfoque da arte na educação escolar brasileira, de modo geral, e na Rede Municipal de Ensino de Uberaba, em particular.

Procedi, então, a um estudo dos Parâmetros Curriculares Nacionais –Arte, enquanto documento produzido no contexto da implantação da Lei Federal n. 9.394, de 20/12/96, responsável por formular novas diretrizes e bases da educação no país.

Isto envolveu retomar conceitos básicos sobre o ensino da arte, que permeiam as propostas dos PCN-arte, adotando-se uma postura crítica, buscando neutralizar seu “tom de verdade absoluta”, como apontam alguns de seus críticos. Precisei, então, recorrer à compreensão da evolução histórica do ensino da arte no Brasil e aos dispositivos legais vigentes que pretendem nortear este conteúdo curricular nas escolas do ensino fundamental.

No campo da prática, realizei uma pesquisa junto à Rede Municipal de Ensino de Uberaba (tanto no órgão central quanto nas escolas), cujas conclusões trato, a seguir.

Em primeiro lugar, pareceu-me que a visão manifestada por diretores e especialistas é que, para eles, os dispositivos legais de fato têm o poder de alterar a educação escolar.

Trata-se de uma postura, até certo ponto, legalista e ingênua, que visualiza conquistas e avanços da reflexão que os PCN constituem, já no interior das escolas. Apesar disto, insistem na necessidade de estudos e formação continuada dos professores. Porém, a ênfase que dão aos projetos realizados e à ação do CEFOR, o uso do verbo no passado e/ou no presente, quando a maioria deles relata tais fatos, aponta para um posicionamento pouco angustiado diante do que ainda se tem por fazer.

Em relação aos inspetores escolares, pude concluir que, conforme responderam, se algum problema existe, corre por conta da “postura tradicional do corpo docente”, decorre de sua “falta de hábito de leitura”, “falta de vontade política das escolas”, “falta de material”, “falta de tempo para estudo”, pois de sua parte, mecanismos institucionais (resoluções, portarias, regimento unificado) já foram providenciados, e cursos ou treinamentos são ou foram oferecidos.

Desta forma, o órgão central e seus inspetores colocam-se numa posição de expectativa em relação à transformação da escola; ela se dará via apropriação de conhecimentos específicos, adesão à legislação e aos PCN, o que, na ótica dos inspetores, é responsabilidades dos professores.

A abordagem dada ao tema pelos diretores de escola repete, em parte, o que se pôde inferir do comportamento do órgão central: pronunciam-se no tempo presente e remetem para os professores a responsabilidade do êxito, mencionando que os mesmos não aceitam a proposta.

Consideram, também, que as providências necessárias à implantação dos PCN para nortearem a prática educativa escolar foram por eles tomadas a tempo e eficazmente. Parto do pressuposto, entretanto, que o papel dos diretores escolares não se esgota no

planejamento técnico; enquanto gestores, precisam assumir um papel permanente de articuladores do processo escolar como um todo.

Deste papel decorre uma atitude pró-ativa de identificar lacunas e dificuldades para intervir – a tempo e a favor – e orientar o processo.

Mais do que isto, os gestores escolares têm a responsabilidade, também, de manter o moral elevado do grupo, de modo a se obter sua adesão íntima, despertar interesse e motivar as mudanças de comportamento necessárias e desejáveis, apoiando-as.

Quando, no entanto, constatei, por aquilo que os gráficos permitiram visualizar, um índice muito grande de abstenção destes diretores no trato de questões centrais (planejamento, currículo, avaliação), ou seja, em relação à atividade-fim da escola, sinto necessidade, neste momento, de me posicionar alertando-os para a necessidade de assumirem não apenas sua liderança institucionalizada, mas também outra forma de liderança, que decorre do domínio de conhecimentos específicos necessários à implantação de uma nova diretriz educativa, como nos propõe os PCN.

Nenhuma avaliação dos diretores de departamento, inspetores, diretores de escolas e/ou especialistas revelou uma posição crítica em relação aos (des)caminhos da arte enquanto tal, e enquanto conhecimento a ser tratado curricularmente pela escola.

Centraram suas atenções na relação normas/diretrizes com condições materiais e (des)preparo dos professores. A resposta dada aos questionários, por parte de nenhum deles permitiu concluir que exista alguma preocupação conceitual que extrapole as recomendações da lei 9.394/96 e/ou dos PCN-arte.

Ou seja, a compreensão mais ampla da questão não está em pauta, mas apenas a aplicação dos dispositivos legais sem perceber que, muitas vezes, nisto reside a dificuldade

de se estabelecer interlocução com os professores, os quais, quando comprometidos com sua formação teórica, sentem-se frustrados e desmotivados.

Daí que uma grande falha do sistema possa residir na simples “interpretação” de novos dispositivos legais, quando se cobra que sejam implantados, sem que as lideranças institucionalizadas, responsáveis pela articulação desta implantação, sejam sensibilizadas e formadas para compreenderem a produção histórica da proposta.

De maneira racional-burocrática sua implantação é sempre antecedida de “treinamentos” que têm por objetivo uma interpretação que instrumentalize alterações regimentais e reorganização de processos ou dos projetos político-pedagógicos, visando “enquadrar” o sistema em questão nas novas normas, “modernizando”, assim, a opção político-educacional do município.

Para superar este cenário, gestores escolares precisam desenvolver a competência de articularem as rotinas do cotidiano com a interlocução pedagógica indispensável à relação com os professores da unidade escolar que administram, via conhecimento, não se restringindo à dimensão legal.

Acredito que isto cria um clima de confiança e de segurança que, experimentado pelos professores, contribui em muito para que, juntos – direção e professores – encontrem saídas para as dificuldades de se implementar os avanços conceituais, metodológicos e de avaliação da arte no espaço escolar de nossos dias.

Para complementar este comportamento institucional desejado, os especialistas de educação que, por seus posicionamentos, sentiram-se ajudados com os PCN, sob o ponto de vista técnico-pedagógico precisariam, também, (re)elaborar a própria formação para, conceitualmente darem maior respaldo à prática educativa escolar, no que diz respeito ao ensino escolar de arte.

Esta necessidade, evidenciada pelo elevado índice de abstenção nas questões relativas a currículo e avaliação, denuncia uma outra questão no campo da educação: concluo, aqui, que esta lacuna decorre da própria formação dos especialistas, quando de sua graduação.

Repetindo a trajetória da educação brasileira, a formação destes especialistas também relegou a um segundo plano o conhecimento da arte, supervalorizando os conteúdos considerados “nobres” e, hoje, em consequência, na prática, ainda relacionam arte a “atividades artísticas”, aquelas convocadas para os eventos escolares e para ocupar a criança quando necessário. Seu caráter educativo e o papel deste conteúdo curricular enquanto conhecimento vinculado ao saber, saber-fazer, saber ser e conviver ainda não tem o significado devido para os especialistas.

No que diz respeito aos professores, porém, a interpretação dada aos que responderam à pesquisa abre espaço para um conjunto de proposições que contemplem a necessidade de se revisar o significado e estratégias de intervenção do componente curricular “Arte” no ensino fundamental, quais sejam:

- a) Necessidade dos professores da área qualificarem-se, permanentemente, para superar a experiência e a formação profissional que, historicamente, foi produzida trilhando (des)caminhos que os avanços da pesquisa em arte, hoje, apontam;
- b) Necessidade destes professores, de maneira pró-ativa, participarem do órgão colegiado da escola e, se possível, do sistema municipal, de modo a influenciarem nos processos decisórios mais amplos que acabam por intervir no espaço da sala de aula;

- c) Necessidade destes mesmos professores assumirem a iniciativa do estudo em conjunto (por parte daqueles que atuam no mesmo nível de ensino), bem como a troca de experiências, ao invés de caminharem, individual e competitivamente;
- d) Necessidade dos professores de Arte que atuam no ensino fundamental de Uberaba, pesquisarem a cultura local, suas possibilidades de articulação e de captação de recursos para, num diálogo com a escola, superarem deficiências de ordem prática e desenvolverem o conhecimento de seus alunos, articuladamente com as práticas sociais do contexto para melhor “tecerem significados” para eles e com eles.

Enfim, é importante que os professores tornem-se sujeitos conscientes de suas práticas, que exercitem sua autonomia para decidir se vale ou não a pena aceitar e implementar os PCN-arte. Como qualquer produção intelectual posta em circulação, este documento não pode ser julgado por ele mesmo, pois está sujeito a múltiplas interpretações e usos.

REFERÊNCIAS

ALVES, Erinaldo; PEREGRINO, Yara Rosas; CARVALHO, Livia Marques; MARINHO, Vanildo. Parâmetros curriculares nacionais: uma “medida” para a prática pedagógica? **Caderno de Textos**. João Pessoa: CCHLA/UFPB, n.15, novembro, 1997. p.13-29.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/Ensino de 1ª a 4ª séries**. Brasília. 1997. 130p.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais: Arte/Ensino de 5ª a 8ª séries**. Brasília, 1998. 116p.

BARBOSA, Ana Mae. **A imagem no ensino de Arte**. São Paulo: Perspectiva, 1991.

BOGDAN, Robert; BIKLEN, Sari. **Investigação qualitativa em educação**. Porto – Portugal: Porto Editora, 1994. 336p.

BOSI, Alfredo. **Reflexões sobre a arte**. São Paulo: Ática. 1986, 80p.

DELORS, Jacques. **Educação: um tesouro a descobrir**. São Paulo: Cortez, 1999. 288p.

FERREIRA, Sueli. **Arte e escola; interação de espaços plurais**. Campinas: UNICAMP, novembro, 1999. p.20-29.

FONSECA, Fábio do Nascimento. Parâmetros Curriculares Nacionais: possibilidades, limites e implicações. In: PENNA, Maura. **É este o ensino de arte que queremos?** João Pessoa: CCHLA/UFPA, 2001.

FREIRE, Paulo. In: A Escola Cidadã e a construção do projeto político-pedagógico. **Cadernos da escola cidadã**, 1. Uberaba: SEDUC, 2000.

FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo. **Arte na educação escolar**. São Paulo: Cortez, 1993. 151p.

FUSARI, Maria F. de Rezende; FERRAZ, Maria Heloísa C. de Toledo. **Metodologia do ensino de arte**. São Paulo: Cortez, 1995. 135p.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. **Imagens do espaço da arte na escola: um olhar feminino.** Dissertação de Mestrado. Faculdade de Educação. Campinas: UNICAMP, novembro, 1999. p.37-49.

LOPONTE, Luciana Gruppelli. Uniarte escola: formação continuada de professoras da educação básica em ensino da arte. **Reflexão e Ação.** Santa Cruz do Sul: UNISC, jan/jun. 2000. p.07-25.

MASON, Rachel. **Por uma arte-educação multicultural.** Campinas: Mercado de Letras, 2001.

MORIN, Edgar. **Os sete saberes necessários à educação do futuro.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

NEVES, Joana. Os bastidores dos PCN: o que eles nos dizem sobre a política educacional. **Caderno de Textos.** João Pessoa: CCHLA/UFPB, n. 15, novembro, 1997. p.31-49.

OSINSKI, Dulce Regina Baggio. **Arte, história e ensino – uma trajetória.** São Paulo: Cortez, 2001.

PENNA, Maura. Contribuições para uma revisão das noções de arte como linguagem e como comunicação. **Caderno de Textos.** João Pessoa: CCHLA/UFPB, n. 15, novembro, 1997. p.75-89.

PENNA, Maura. **Ensino de arte: um momento de transição.** Campinas: UNICAMP, novembro, 1999. p.57-65.

PENNA, Maura; Alves, Erinaldo. Emoção/expressão *versus* linguagem/conhecimento: os impasses da fundamentação dos PCN-arte. **Caderno de Textos.** João Pessoa: CCHLA/UFPB, n.15, novembro, 1997. p.51-74.

APÊNDICE A – INSTRUMENTOS DE COLETA DE DADOS

Questionário dirigido aos Diretores de Departamento da SEDUC

Pergunta 01: Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?

Pergunta 02: Como a SEDUC se organiza para adequar-se às novas propostas? Quais as providências administrativas adotadas para viabiliza-las?

Pergunta 03: Há uma preparação do pessoal envolvido, professores de 1º e 2º ciclo e professores da Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na SEDUC? E como a SEDUC promove a formação desses profissionais?

Pergunta 04: Houve mudanças em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação, ocorridas a partir dos PCN? Quais?

Pergunta 05: Quais as maiores dificuldades encontradas pelo diretor para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação dos PCN?

Questionário dirigido aos Inspectores da SEDUC

Pergunta 01: Como o serviço de inspeção recebeu as a propostas apresentadas nos PCN?

Pergunta 02: Como a inspeção se preparou, se organizou para a adequação das escolas a essas medidas? Quais as providências administrativas e pedagógicas adotadas?

Pergunta 03: Há preparação do pessoal envolvido, professores de alunos com 6 a 10 anos (1º e 2º ciclos) e professores de Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na escola?

Pergunta 04: Como as inspetoras municipais se posicionam diante dos PCN?

Pergunta 05: Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo serviço de inspeção para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação das propostas apresentadas nos PCN? Por parte de quem?

Questionário dirigido aos Diretores das Escolas Municipais

Pergunta 01: Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?

Pergunta 02: Como se organiza para adequar a escola a esta proposta?

Quais as providências administrativas adotadas?

Pergunta 03: Há preparação do pessoal envolvido, professores de 1º e 2º ciclo e professores da Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na Escola? E como a escola promove a formação dos professores?

Pergunta 04: Houve mudanças em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação a partir dos PCN?

Pergunta 05: Houve dificuldades para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação dos PCN?

Questionário dirigido aos Especialistas das Escolas Municipais de Uberaba

Pergunta 01: Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?

Pergunta 02: Como se organizou para adequar a escola a esta proposta? Quais as providências administrativas e pedagógicas adotadas?

Pergunta 03: Há preparação do pessoal envolvido, professores de 1º e 2º ciclo de professores da Educação Artística, para trabalhar na Escola? Como a escola promove a formação dos professores?

Pergunta 04: Houve mudanças ocorridas em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação a partir dos PCN?

Pergunta 05: Houve dificuldades para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação dos PCN?

Questionário dirigido aos Professores PII das Escolas Municipais de Uberaba

Pergunta 01: Como estão sendo desenvolvidas na escola as atividades de educação artística? Elas estão contempladas no projeto político pedagógico da escola (PGI)?

Pergunta 02: Você vem trabalhando com os PCN-arte? Tem encontrado dificuldades para implementar a proposta? Quais dificuldades?

Pergunta 03: A equipe escolar desenvolve projetos artísticos? Quais? Faça uma breve descrição deles.

Pergunta 04: Quais seriam, na sua opinião, os principais avanços das proposta dos PCN para o ensino de arte?

Pergunta 05: Apresente sugestões para a melhoria do ensino de arte nas escolas.

Questionário dirigido aos Professores PI das Escolas Municipais de Uberaba

Pergunta 01: Como estão sendo desenvolvidas na escola as atividades de educação artística? Elas estão contempladas no projeto político pedagógico da escola (PGI)?

Pergunta 02: Você vem trabalhando com os PCN-arte? Tem encontrado dificuldades para implementar a proposta? Quais dificuldades?

Pergunta 03: A equipe escolar desenvolve projetos artísticos? Quais? Faça uma breve descrição deles.

Pergunta 04: Quais seriam, na sua opinião, os principais avanços das proposta dos PCN para o ensino de arte?

Pergunta 05: Apresente sugestões para a melhoria do ensino de arte nas escolas.

APÊNDICE B – SÍNTESES DOS DADOS

Síntese das respostas dos Diretores de Departamento da Secretaria Municipal de SEDUC

Pergunta 01: Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?

DD1 – “A proposta dos PCN por ser mais abrangente e contemplar todas as áreas de expressão (teatro, artes visuais, artes musicais e dança), pode alcançar excelentes resultados, pois promove um real conhecimento artístico e cultural do ser humano”.

DD2 – “A proposta para educação artística apresentada nos PCN arte aponta, através dos seus princípios norteadores, caminhos que contribuirão para que a escola possa, de fato, ser um espaço *humanizador do homem*”. A arte como tem sido tratada nas nossas escolas, funciona muito mais como *atividade* que propriamente como *conteúdo curricular*. Os PCN arte sugerem a busca de resposta a questões fundamentais, tais como: que tipo de conhecimento caracteriza a arte? Qual a sua função na sociedade? Que contribuições específicas a arte traz para o ser humano? Como a arte pode contribuir de maneira significativa para atuação da escola? Como se aprende a criar, experimentar e entender a arte? Qual a função do professor nesse processo? Compreendida nesse viés e nessa amplitude, a arte possibilitará ao educando interagir com os objetos de conhecimento da arte e com os aspectos sociais envolvidos nessa interação o que altera os modos de **ensinar e aprender** arte na escola”.

DD3 – “A proposta de arte nos Parâmetros Curriculares Nacionais propicia o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética. O aluno desenvolve sua sensibilidade, percepção e a imaginação”.

Pergunta 02: Como a SEDUC se organiza para adequar-se às novas propostas? Quais as providências administrativas adotadas para viabilizá-las?

DD1 – “Criação do grupo de estudo dos PCN-arte, que debateu os temas em questão e elaborou as Diretrizes Curriculares de Arte e Educação, com a finalidade de nortear projetos desenvolvidos pelas escolas. No Departamento Cultural da SEDUC, na Seção de Arte e Cultura, vários projetos são implementados, com base nos PCN, como exemplo: Inteligência Musical na Escola e Teatro na Escola”.

DD2 – Um primeiro ponto fundamental é que a escola acredite no valor da arte para a educação escolar. Mobilizar os professores (e não só o professor de educação artística) para conhecer, refletir e perceber que a arte pode e deve permear a ação educativa, é o ponto de partida. De início, seria sensibilizar todos os envolvidos no processo educativo; sem esse crédito inicial, dificilmente se poderá pensar numa modificação de postura da

escola, frente à questão da arte. Não se ama o que não se conhece. A partir daí, criar espaços necessários para que a arte possa estar presente na vida da escola: organizar os projetos interdisciplinares, garantir a carga horária específica para a arte, promover reuniões de reflexão, promover visitas a artistas e de artistas à escola, criar um clima favorável às experiências artísticas na escola. Isso implica em medidas administrativas (questões relacionadas ao funcionamento de aulas, reuniões, utilização do espaço físico da escola, etc.) e medidas de caráter pedagógico (organização das aulas, construção de projetos, montagem de exposições, programação de visitas, etc).

DD3 – “A organização da educação em arte na rede municipal de ensino, procura adequar as várias linguagens artísticas: arte visual, dança, música e teatro, com as outras disciplinas do currículo. A SEDUC oferece, através dos projetos culturais: TREMEU, Musicalização, Arte Educação – artes visuais, Leitura e Expressão Criativa e Biblioteca em Ação, oportunidade de convívio com a arte, assegurando aos alunos, experiências artísticas que consistem em contribuições para educação da criança e do adolescente no campo da arte”.

Pergunta 03: Há uma preparação do pessoal envolvido, professores de 1º e 2º ciclo e professores da Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na SEDUC? E como a SEDUC promove a formação desses profissionais?

DD1 – “Os profissionais são orientados a partir de cursos promovidos pelo Centro de Formação dos Professores – CEFOR, que contempla vários cursos à escolha do participante. A formação desses profissionais, especificamente na área musical, é realizada através do curso de musicalização, que promove; Alfabetização Musical (noções básicas de teoria musical); Apreciação Musical (audição de diversas obras musicais da cultura universal); Canto em Coro; Bandinha Rítmica; Prática de Instrumento; Flauta Doce”.

DD-2 – “O CEFOR tem procurado, como preocupação inicial, oportunizar aos professores que atuam no ensino fundamental e educação infantil contato efetivo com a arte através de cursos de aperfeiçoamento em arte/educação. Desde 1997, tem oferecido cursos de aperfeiçoamento na área (180:00 horas de duração), tendo já atendido um número significativo de professores. No ano 2000, estão funcionando três turmas (matutino, vespertino e noturno) e a experiência nos vem mostrando que os professores estão mais conscientes do significado da arte, não só como conteúdo específico com professores especializados, mas como elemento essencial que precisa estar presente nos outros conteúdos curriculares. Estão compreendendo a transversalidade da arte na escola. O CEFOR, dessa forma, tem procurado suprir a grande deficiência dessa área na nossa cidade, uma vez que não contamos com uma escola superior de formação de professores de arte”.

DD3 – “O Departamento de cultura, programas e projetos especiais, sempre procura envolver toda a rede municipal de ensino em projetos culturais, valorizando potencialidades e promovendo o exercício da cidadania, buscando a participação efetiva de professores, alunos e comunidade escolar nos eventos realizados pela SEDUC e vice-versa, a SEDUC vem apoiando as iniciativas culturais das escolas. A SEDUC ainda oferece cursos no CEFOR, de capacitação, que propiciam a formação de profissionais em arte”.

Pergunta 04: Houve mudanças em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação, a partir dos PCN? Quais?

DD1 – “O planejamento passou a ser específico, de acordo com cada área de expressão (artes visuais, musicais, teatro e dança), enriquecendo o currículo, tornando o ensino mais interessante e prático e a avaliação integrada em todo o processo”.

DD2 – “O que se pretende é, sobretudo, uma mudança de **postura**. A partir daí, o planejamento, o currículo, e a forma de avaliação serão vistos a partir de novos horizontes. Os conteúdos gerais da arte passam a não ser só **conceituais e procedimentais**, mas, sobretudo, a ênfase recai sobre os **atitudinais**: uma nova atitude, frente à questão da arte. Dessa forma, existe a preocupação com os conteúdos formais da arte: os produtores de arte (vidas, épocas e produtos); os elementos básicos das formas artísticas, as técnicas, materiais e procedimentos de criação em arte; a arte e as diferentes concepções estéticas da cultura local, regional, nacional e internacional; a arte na sociedade: produtos em arte, produções e suas formas, documentação, preservação e divulgação em diferentes culturas, espaços, e tempos. Mas existe também a preocupação com os conteúdos relacionados a **valores, normas e atitudes**: valorização e respeito em relação às obras, e monumentos do patrimônio cultural; da arte local e nacional (percepção da importância do contato com as instituições culturais); da sua própria produção artística”.

“Desenvolvimento de atitudes, de autoconfiança e autonomia na criação de uma forma pessoal de expressão; respeito às produções de diferentes culturas; gosto pelo **compartilhar** das experiências; envolvimento nas propostas da escola”.

DD3 – “As mudanças ocorridas no ensino de arte, segundo os PCN, eliminam os exercícios repetitivos, de imitação, mecanização de modelos prontos, estereotipados; e as propostas dão ênfase às atividades auto-estimulantes, que propiciam compreender melhor os processos de criação, desenvolvendo o fazer e o pensar sobre a arte, exercitando a expressão e a comunicação. O professor é um descobridor de proposta de trabalho de arte, juntamente com o aluno, respeitando o ritmo de cada um e avaliando o processo de integração durante o momento de realização dos trabalhos”.

Pergunta 05: Quais as maiores dificuldades encontradas pelo diretor para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação dos PCN?

DD1 – “A falta de profissionais qualificados se constitui em dificuldade para implantação dos PCN, mas, com a criação e implementação de cursos (específicos a cada área), no CEFOR, poderemos superá-las”.

Como exemplo de experiência positiva, pode-se citar a satisfação e o entusiasmo que cursistas (curso artes visuais e curso de musicalização) têm demonstrado, emitindo opiniões favoráveis de continuidade dos cursos, como aprofundamento no próximo ano, deixando professores (CEFOR) motivados a desempenhar, cada vez mais, um trabalho dinâmico e produtivo”.

DD2 – “Acredito que a maior dificuldade fica por conta de questões mais amplas que afetam a vida do educador (e dos trabalhadores de modo geral) hoje; falta de perspectiva de melhoria de condições de trabalho; falta de tempo para se dedicar aos estudos (uma vez que a maioria tem jornada dupla e até tripla no trabalho); raízes culturais, que separando a

arte como algo distante do **homem comum** tem-se prejudicado a visão da arte, como parte das preocupações da escola. À medida que a conscientização do educador acontece, amplia-se também a visão sobre o que significa educar o ser humano hoje”.

Penso que, se a escola se posicionar como **agência de construção coletiva da educação**, as resistências às mudanças, às inovações, às buscas, à criatividade, serão dissipadas. Porque, sendo **co-participante** da construção de um projeto educativo escolar e não mero **executor desse projeto**, o educador construirá **um novo olhar sobre o espaço da escola**”.

DD3 – “A maior dificuldade enfrentada pelo Departamento, às vezes, se dá-se pela resistência de algumas escolas em não aderirem a alguns projetos. De modo geral, contamos com a maioria e sabemos que, atingirmos a totalidade, é impossível. Mas temos experiências significativas como o **Projeto de Leitura/2000 “O Menino Maluquinho – Vinte anos em festa”**, que atingiu quase toda a rede de ensino municipal, estadual e particular de Uberaba e cidades vizinhas, num evento de caráter interdisciplinar, privilegiando as artes visuais, dança, música, leitura, teatro, etc”.

Síntese das respostas dos Inspetores Municipais da SEDUC

Este questionário foi respondido pelo grupo de Inspetores da SEDUC, composto por nove elementos, obtendo assim respostas já sintetizadas pelo próprio grupo.

Pergunta 01: Como o serviço de inspeção recebeu as a propostas apresentadas nos PCN?

“A Lei de Diretrizes e Bases, nº 9394, de 20 de Dezembro de 1996, introduz várias inovações no que se refere à educação básica. A análise da lei permite interferir que a autonomia, a flexibilidade e a liberdade são condições necessárias ao resgate aos compromissos da escola e dos educadores, com uma aprendizagem de qualidade, especialmente que essa aprendizagem seja ministrada de maneira alegre e prazerosa e que o aluno se sinta feliz no ambiente escolar. O serviço de inspeção escolar vem estudando e analisando toda a legislação que regulamenta a LDB, e orientando as unidades escolares em todas as mudanças”.

Pergunta 02: Como a inspeção se preparou, se organizou para a adequação das escolas a essas medidas? Quais as providências administrativas e pedagógicas adotadas?

“A legislação municipal, em todas a suas publicações, no que se refere à base nacional comum, valoriza o ensino da arte e a coloca como conteúdo obrigatório, no plano curricular”.

“Na parte diversificada, várias escolas municipais introduziram, no currículo, conteúdos tais como: canto coral, teatro e expressão corporal”.

“Temos como exemplo a seguinte legislação”.

- Portaria Interna SEDUC, nº 13 de 17/09/99, que propõe uma escola competente, alegre e prazerosa.

- Portaria Interna SEDUC, nº 15 de 08/10/99, que, no parágrafo único do Art. 2º, diz: “A educação artística e suas manifestações, tanto no projeto Acertando o Passo I, como no projeto Acertando o Passo II, serão desenvolvidas de forma integrada aos demais componentes das áreas do conhecimento”.

- Instrução Interna SEDUC, nº 03 de 19/11/99, cita que o ensino da educação artística constituirá componente curricular obrigatório, em todos os ciclos do ensino fundamental de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos.

- O regimento comum das escolas municipais de Uberaba, “Escola Cidadã”, além de ter a educação artística entre os conteúdos obrigatórios do currículo, ainda traz, no seu bojo, citações como: estética, expressar emoções, sentimentos, pensamentos, produções culturais, etc...

- No Plano Global Integrado (PGI), que se refere ao perfil da instituição, encontramos escolas que inseriram, em seu plano, projetos pedagógicos, valorizando o ensino da arte na educação básica: coral na escola, semana da poesia; outras escolas ainda

resistem aos projetos voltados para a arte, muitas vezes, por desconhecer o seu valor pedagógico.

- A lei complementar nº 133 de 25/42/98, que dispõe sobre o plano de carreira e remuneração do magistério municipal de Uberaba, foi elaborada tendo em vista a previsão de professores específicos de educação artística, para todas as classes de 11 a 14 anos e outros para projetos específicos nas classes de 06 a 10 anos, relacionados com a educação artística – professores nível II.

“Não temos na rede, professor nível I específico, para conteúdo de educação artística, que, apesar de obrigatório, está sendo ministrado pelo professor regente”.

Pergunta 03: Há preparação do pessoal envolvido, professores de alunos com 6 a 10 anos (1º e 2º ciclos) e professores de Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na escola?

“A rede municipal de ensino mantém o Centro de Formação de Professores (CEFOR), com cursos que oferecem oportunidades de formação continuada, visando ao crescimento profissional, ao aperfeiçoamento, capacitação e atualização dos professores em todos os conteúdos curriculares, inclusive na educação artística”.

Pergunta 04: Como as inspetoras municipais se posicionam diante dos PCN?

“Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) funcionam como elemento catalisador de ações, na busca de uma melhoria da qualidade de ensino e da educação”.

“No que tange aos serviços de inspeção, os PCN, foram estudados e utilizados para elaboração dos seguintes documentos”:

a) – Regimento Comum das Escolas Municipais de Uberaba.

1.1 – Artigo 6º; os objetivos do ensino fundamental e da educação de jovens e adultos, projetos Acertando o Passo I e II, previstos no regimento escolar, foram retirados dos PCN.

1.2 – Artigos 46 e 47, referentes à proposta pedagógica, propõem o envolvimento de todos os profissionais numa construção coletiva, em busca da excelência da educação, a partir de valores, concepções, princípios e crenças que dizem respeito ao futuro do homem e da sociedade, um dos princípios dos PCN.

1.3 – Artigos 51 a 57, capítulo III, referentes à organização curricular do ensino, garantem a igualdade de acesso dos alunos a uma base nacional comum, de maneira a legitimar a unidade e a qualidade da ação pedagógica na diversidade nacional a uma parte diversificada, conteúdos complementares, escolhidos por cada estabelecimento de ensino, levando em consideração as características da clientela, refletindo no PGI de cada escola.

Ambas, base nacional comum e parte diversificada, deverão integrar-se em torno do paradigma curricular, que visa estabelecer relações entre a educação fundamental com a vida cidadã, cujos aspectos estão previstos nos temas transversais dos PCN, e com as áreas do conhecimento em que um livro foi dedicado para conteúdo da referida área nos PCN.

A educação artística, conteúdo obrigatório previsto em toda legislação da Câmara de Educação Básica e do Conselho Estadual de Educação, estando, portanto, presente como conteúdo específico nos planos curriculares do ensino fundamental em todas as escolas municipais de Uberaba, sendo trabalhadas atividades como: artes visuais, dança, música, teatro, etc...

As escolas que mantêm os projetos Acertando o Passo I e II, obedecem à Resolução nº 435 de 13/05/99, que dispõe sobre a educação de jovens e adultos, e desenvolvem a educação artística e suas manifestações de forma integrada aos demais componentes curriculares das áreas do conhecimento.

1.4 – O artigo 97 do Regimento Escolar deixa claro que, para elaboração dos planos curriculares, as escolas terão como referência as diretrizes curriculares da SEDUC e os PCN, fazendo as adaptações necessárias, levando-se em conta as características de sua clientela, os recursos humanos e os recursos didáticos/pedagógicos existentes.

b) – Planos Curriculares.

“Os planos curriculares organizados conforme Parecer nº 4, de 29/01/98 e Resolução nº 02, publicada em 15/04/98, instituem as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental”.

“Os referidos planos foram elaborados, tendo em vista orientações contidas nos PCN, no que se refere às áreas do conhecimento e dos aspectos da vida cidadã. Assim para elaborar os Planos Curriculares, a Seção de Inspeção Escolar transmitiu as orientações necessárias ao pessoal envolvido”.

“O Regimento Escolar foi estudado por toda a comunidade escolar e foram esclarecidas as dúvidas pelas inspetoras, nos cursos do CEFOR”.

“As medidas pedagógicas foram: elaboração das propostas curriculares; orientação e preparação do pessoal envolvido para lidar com os PCN, os quais foram trabalhados sob a coordenação da equipe Pedagógica do Departamento do Ensino da SEDUC, juntamente com a equipe Pedagógica da Escola”.

Pergunta 05: Quais as maiores dificuldades enfrentadas pelo serviço de inspeção para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação das propostas apresentadas nos PCN? Por parte de quem?

“As escolas municipais trabalham com as diretrizes curriculares da escola cidadã, elaboradas por uma equipe de profissionais do magistério, tendo em vista os PCN. As diretrizes curriculares são mais estudadas pelos professores, porque o acompanhamento e apoio pedagógico são feitos de acordo com as referidas diretrizes”.

“Quanto aos PCN, a escola ainda não recebeu número suficiente para todos os professores”.

Encontramos outras dificuldades como: a postura tradicional por parte do corpo docente; falta de momentos oportunos para leitura, estudo e análise do material; falta de hábito de leitura por parte dos professores”.

“É preciso existir, na escola, vontade política e todos trabalharem em torno de objetivos comuns que visem a inserir o aluno num meio social mais justo e humano”.

Síntese das respostas dos Diretores das Escolas Municipais

Pergunta 01: Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?

D1 – Admiti ser boa, mas falta aceitação dos professores.

D2 – Não responde diretamente a pergunta, porém, na resposta, sugere uma avaliação positiva, pois ressalta o fato de que os PCN-arte, “privilegiem os modos de expressão do aluno, sua sensibilidade, e criatividade”.

D3 – Considera os PCN-arte “uma grande conquista”, porque o documento reconhece a importância da arte para a formação do aluno. Considera também importante, o fato de que os PCN-arte oferecem subsídios ao trabalho dos professores, são capazes de levá-los ao desenvolvimento de “ações que contribuam para melhoria da aprendizagem e do ensino da arte”.

D4 – Entende que o documento busca promover o desenvolvimento cultural dos alunos e está “em consonância com o projeto maior que é a LDB”.

D5 – Diz que os PCN-arte propõem mudanças na educação artística ao valorizar “o potencial, a sensibilidade e a imaginação dos alunos”.

D6 – A avaliação de D6 também é positiva. Entende que a proposta possibilita o “desenvolvimento de competências estéticas e artísticas, e a expressão de sentimentos, anseios, conflitos e visões do mundo”.

D7 – O mesmo vê o documento “de maneira bastante positiva, pois oportuniza a escola abrir seus horizontes, no sentido de desenvolver no aluno a sensibilidade, a percepção e a imaginação (...)”.

D8 – Acredita que muito “deve ser feito ainda para que a arte seja vivenciada nas escolas de forma prazerosa e significativa”.

D9 – Diz serem um novo marco os PCN-arte, que reivindicam identificar a educação artística por área de “arte” (com conteúdos próprios ligados à cultura artística e não se apresentam apenas como atividade). E também está em consonância com a LDB.

D10 – Admite que houve um crescimento significativo, com relação à programação anterior, tendo em vista a ênfase nas artes visuais, trabalhando de forma prazerosa e dinâmica.

D11 – Diz que a proposta enfatiza todas as expectativas que tínhamos de um referencial sobre a arte.

D12 – Pensa que, com a Lei de Diretrizes e Base, a proposta ganhou novo enfoque, estabelecendo não só o conhecimento, mas também os modos de aplicação desses conhecimentos.

D13 – Pensa como D9, pois diz que os PCN-arte envolvem a arte e outros conteúdos.

D14 – Entende que a proposta de arte dos PCN traz um avanço histórico na medida que esse conteúdo se articula à vida, respeitando a estética da humanidade, da cultura e ainda acredita que a inclusão da arte no currículo é o maior avanço.

D15 – Considera os PCN um incentivo à criatividade, pois neles há idéia de que não precisa ser artista para gostar de arte. De acordo com os PCN, a aula de arte é divertida,

mas não é recreio. Quando o aluno é trabalhado no seu lado artístico, desenvolve sua percepção e imaginação.

D16 – Afirma que, na educação infantil, usamos o Referencial Curricular Nacional (RCN), que também é um documento muito bem elaborado, servindo de guia de reflexões para o professor, com objetivos, conteúdos e orientações didáticas. Um apoio técnico para que os profissionais enriqueçam suas aulas.

D17 – Diz que estão em consonância com as diretrizes curriculares das escolas municipais, dando ênfase a arte, como forma de expressão e linguagem antes menos contempladas.

D18 – Lembra que a proposta vem corrigir uma grande injustiça ao conteúdo que hoje tem a função tão importante quanto a qualquer outro conteúdo.

D19 – Também a sua avaliação é excelente, pois dá aos alunos oportunidades para desenvolverem suas competências estéticas e artísticas nas diversas modalidades.

D20 – Na sua opinião, os PCN trouxeram grande abertura para desenvolver arte, propiciando assim o desenvolvimento do pensamento artístico e da percepção estética.

D21 – Pensa que, na forma apresentada, com eles, a arte além do desenvolvimento artístico e estético, o aluno aprende com mais sentido para si, ao estabelecer relações na apresentação de sua produção. A arte assim representa um espaço constante para incorporação de todas as áreas.

D22 – Acredita que, a partir do momento em que foram criados os PCN, a proposta escolar amplia estrutura dentro de um novo espaço teórico e metodológico, facilitando a atividade nesse conteúdo curricular.

D23 – Avalia a proposta positivamente porque traz esta, uma perspectiva inovadora.

D24 – Concorda com D23, que diz vir contribuir significativamente com os projetos.

D25 – Defende a proposta, pois com a mesma os professores estão trabalhando a educação artística dentro da interdisciplinaridade.

Tabela 01 – Geradora do gráfico 01 (opinião/quantidade)

Propostas para Educação Artística apresentadas nos PCN	
Ampliar o aprendizado do aluno	09
Promover e valorizar a arte	07
Apoio didático/pedagógico ao professor	06
Não responderam	03

Pergunta 02: Como se organiza para adequar a escola a esta proposta? Quais as providências administrativas adotadas?

D1 – Admite que foi a adaptação do PGI.

D2 – Diz sobre a valorização dos projetos em desenvolvimento, especialmente no 2º e 3º ciclo. Adequação da realidade escolar.

D3 – Concorda que houve a valorização da arte de forma específica, oportunizando um trabalho sistematizado, desencadeando ações coerentes com os PCN. Assim a escola busca

um professor com perfil adequado, com gosto, experiência e criatividade.tendo disponibilidade para o aperfeiçoamento na área pedagógica.

D4 – Acredita que com a priorização da confecção do horário, deve-se observar a seqüência de conteúdos, para que, durante a aula de arte, o aluno, no dia, não esteja muito cansado das aulas anteriores. Lembra que um dado importante é a falta de autonomia na contratação do professor de arte. É sempre para complementar carga horária do efetivo.

D5 – Afirma que a atividade da dança na escola faz com que a criança compreenda a sua capacidade de movimento mediante maior entendimento de como seu corpo funciona, podendo assim usá-lo com maior autonomia e responsabilidade. Sendo assim, é realizado na escola o projeto “Ciranda da Expressão”, com o objetivo de se trabalharem as diversas áreas de expressão.

D6 – Aponta que, por ser uma escola específica de educação infantil, a arte não pode estar desvinculada do aprendizado.

D7 – Organiza sua escola na área artística através de vídeo, leituras e questionamentos. A escola viabiliza seus projetos de forma prazerosa e interdisciplinar.

D8 – Considera que o trabalho pedagógico realizado na escola, sempre enfatizou a arte, tanto na educação infantil quanto nos ciclos. Por isso, os PCN vieram para garantir que esse trabalho fosse enfatizado, melhorando e inovando o que a escola já realizava.

D9 – Prioriza, no PGI de sua escola, projetos que diversificam conteúdos a serem estudados, transmitindo conhecimento de diferentes culturas. A escola viabiliza várias modalidades artísticas com a Fundação Cultural.

D10 – Diz que a organização foi feita levando em conta a maturidade dos educandos, interesse e vivência, havendo adaptação dos conteúdos e integração com as demais áreas, em consonância com a SEDUC.

D11 – Lembra que a providencia tomada por essa escola é oportunizar aos educadores incluírem a arte em seu conteúdo, incentivando o acontecimento de reuniões e cursos voltados para a área.

D12 – Evidencia que inicialmente a equipe dirigente se reuniu para planejar estudos pedagógicos, quando foi feita uma abordagem sobre a nova proposta e posteriormente um estudo junto aos professores. Cada professor recebeu sua proposta, que foi estudada, analisada, socializada com a equipe dirigente.

D13 – Declara que seus professores aproveitam os módulos para se reunirem e discutirem, acontecendo, então, debates, questionamentos, trabalhos em grupo e montagem de projetos.

D14 – Criou um projeto no PGI da escola, juntamente com a comunidade. Assim, a arte, em suas diversas dimensões, é desenvolvida em forma de atividades extra curriculares, tendo a professa de arte como coordenadora das atividades.

D15 – Mostra que há adequação na própria escola, para que o espaço das artes seja preservado tanto no aspecto administrativo quanto no pedagógico. A maior providência é a garantia das manifestações artísticas no cotidiano da vida da escola.

D16 – Diz que a arte é trabalhada de uma forma interdisciplinar, havendo um envolvimento de toda comunidade escolar.

D17 – Também trabalha arte, através da interdisciplinaridade, como forma de aprendizado: além disso, há confecção de painéis e apresentações diversas.

D18 – Aponta que quem ministra as aulas são professores regentes e professores de língua portuguesa.

D19 – Diz que são desenvolvidos projetos que enfatizam aprendizado de conteúdos na escola, buscando a igualdade de participação e compreensão sobre produção de arte.

D20 – Lembra que integra a arte com todas as outras disciplinas e ainda dá liberdade de ação ao professor de arte. Organiza bons planejamentos com atividades extras como: organiza a proposta curricular, fornece materiais e cede espaço físico.

D21 – Diz ainda não ter organizado a escola para a nova proposta.

D22 – Busca, em todos os momentos, a prática educativa, usando arte como ponto de referência.

D23 – Aposta na dinamização das atividades artísticas, procurando superar estereótipo. A escola possibilita também a capacitação docente.

D24 – Contribui, apoiando seus professores, dando suporte pedagógico.

D25 – Dá todo apoio necessário, em se tratando de material e espaço.

Tabela 02 – Geradora do gráfico 02 (opinião/quantidade)

Providências administrativas adotadas face a esta proposta	
Integração com as demais áreas	08
Valorização dos projetos de arte	06
Planejamento e estudos pedagógicos	04
Aperfeiçoamento/capacitação do docente	04
Não organizou/não respondeu adequadamente	03

Pergunta 03: Há preparação do pessoal envolvido, professores de 1º e 2º ciclo e professores da Educação Artística do 3º ciclo, para trabalhar arte na Escola? E como a escola promove a formação dos professores?

D1 e D2 citam apenas a frequência dos professores ao Centro de Formação Docente (CEFOR) da Secretaria Municipal de Educação.

D3 – Além da ajuda do CEFOR, promove estudos e reuniões para questionamentos.

D4 – Adquire bibliografia para subsidiar o referencial teórico dos professores, além da frequência do CEFOR, pelos mesmos.

D5, D6 e D7 – Colocam, à disposição dos professores, bibliografia para leitura, além do CEFOR.

D8 – Diz que todos os diretores propiciam cursos aos professores, no CEFOR; na escola procura-se sensibilizar os professores para o maior envolvimento. Mostra-se a necessidade da arte para todos.

D9 – Viabiliza estudos dos PCN em dias escolares. Todos os PII têm habilitação para tal.

D10 – Não promove a formação específica dos profissionais para trabalharem com arte. Cada um procura se formar freqüentando os cursos do CEFOR e ainda trocando experiências entre eles.

D11 – Tem profissionais capacitados.

D12 – Prepara o pessoal com reuniões pedagógicas, oportunizando momentos de estudo, questionamentos, discussões e troca de experiências. A escola procura sempre viabilizar ou dar condições aos professores, de freqüentar cursos oferecidos.

D13 – Prepara de acordo com a realidade de seus alunos, orientando-se nos PCN.

D14 – Providencia reuniões por área e encontros mensais onde são discutidos as experiências e projetos a serem trabalhados.

D15 – Procura incentivar a formação contínua do professor em arte, para se trabalhar na área.

D16 – Admite que quando se percebe necessidade de enriquecimento, adquirem-se materiais que subsidiam a prática.

D17 – Adquire materiais para a aplicabilidade e condição de trabalho.

D18 – Não opinou.

D19 – Acredita que é necessário variar as formas artísticas propostas ao longo da escolaridade, através das diversidades de recursos humanos e materiais existentes na comunidade.

D20 – Incentiva freqüência a cursos.

D21 – Estimula o pensar sobre a prática, pois tem-se ainda muitos discursos empíricos com interesses individuais.

D22 – Os professores recebem formação no CEFOR.

D23 – Oferece possibilidade para que os professores se capacitem constantemente.

D24 – Diz que estudos, nos dias escolares, ainda é a melhor opção.

D25 – Diz que não há preparação, embora o pedagogo oriente o docente.

Tabela 03 – Geradora do gráfico 03 (opinião/quantidade)

Formação dos professores para trabalhar com arte na escola	
Aperfeiçoamento no CEFOR	14
Estudos nos dias escolares e reuniões	10
Não responderam adequadamente	02

Pergunta 04: Houve mudanças em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação a partir dos PCN?

D1 – Aponta que a reformulação do PGI e respeito ao ritmo da aprendizagem do aluno foram pontos positivos.

D2 – Prefere citar que os PCN se constituíram na base do nosso planejamento, sem dificuldades para a implantação, fazendo com que os planejamentos sejam integrados e a avaliação contínua.

D3 – Diz que as mudanças foram bem significativas levando em consideração a formação do profissional da educação, uma vez que cabe a ele o discernimento e coerência com a filosofia e proposta de trabalho no qual está inserido. Os PCN trazem, em seu bojo, uma flexibilidade dinâmica como a nova educação básica propõe, possibilitando um planejamento dosado, obedecendo ao nível do conhecimento do aluno, propiciando uma avaliação diagnóstica, informativa, que sinaliza ao professor o caminho a seguir.

D4 – Prefere dizer que ainda há muito que avançar, porém, hoje, percebe-se um maior envolvimento dos alunos nas atividades artísticas. Nota-se também maior liberdade de expressão.

D5 – Aponta que a melhor mudança foi a interdisciplinaridade da arte com os demais conteúdos.

D6 – Declara que não houve mudanças com relação ao planejamento e a avaliação, pois sempre houve o envolvimento com a disciplina em comum.

D7 – A mudança já estava acontecendo antes dos PCN, mas, mesmo assim, esses vieram para subsidiar essa transição, aprofundando e fundamentando aspectos de grande importância.

D8 – Não respondeu à questão.

D9 – Mostra que há uma flexibilidade no planejar dos professores que são habilitados no conteúdo arte e buscam trabalhar com o percurso criador do aluno, pelo qual ele expressa estilo, criatividade, imaginação, conhecimento e pesquisa sobre a arte e a vida. O currículo vem de encontro com a realidade dos educandos.

D10 – Diz que, através dos PCN, a avaliação é continuada e que, em sua escola, a arte sempre fez parte do currículo, com muito respeito e consideração e que as mudanças foram mínimas, apenas nas terminologias.

D11 – Relata que houve mudança substancial na proposta pedagógica da escola, citando, como exemplo, a implantação da avaliação sistêmica, a elaboração do planejamento participativo e principalmente a vivência do currículo diferenciado em que se privilegiam termos sociais oriundos da realidade vivida pelos alunos.

D12 – Evidencia que os PCN permitem que as diversas áreas do conhecimento se incorporem umas às outras, tendo o aluno como enfoque central, o principal agente das relações entre elas. Arte também envolve e desenvolve o fortalecimento do conceito de grupo, de atitudes cooperativas, de respeito às diferentes identidades artísticas culturais.

D13 – Observou a flexibilidade do planejamento.

D14 – Diz que as mudanças são muitas. Os conteúdos são contextualizados, a avaliação é diagnóstica e erro do aluno é o ponto de partida do professor para retomar suas ações na continuidade da aprendizagem, o planejamento é aberto.

D15 – Fala da principal mudança em sua opinião: o enfoque de que “é importante que os alunos compreendam o sentido do fazer artístico”. Esses valores contribuem tanto para a sua maior consciência como compreensão de conteúdos.

D16 – Não respondeu de acordo a pergunta em questão.

D17 – Diz que o planejamento não decorre apenas dos conteúdos de arte, passou a ser interdisciplinar, repassando por todos conteúdos e não estanque às duas aulas do quadro curricular. A avaliação passou a levar em conta as competências do aluno.

D18 – Aponta que há um planejamento integrado e a avaliação é uma ação pedagógica.

D19 – Não respondeu.

D20 – Cita a liberdade de ação e incentivo à integração com outros conteúdos. No planejamento, inclui-se espaço para datas comemorativas, festas populares, murais, apresentações, entre outros.

D21 – Lembra que a maior mudança foi a abertura para discussão sobre a aprendizagem do aluno. É uma proposta de forma conjunta e que vem ao encontro do momento histórico, busca maior equilíbrio emocional e racional.

D22 – Diz que o aluno passou a perceber-se como produtor e apreciador das diferentes linguagens artísticas, em diferentes lugares e tempos, valorizando a herança cultural.

D23 – Mostra que faz planejamentos diferenciados, currículo que respeita as diferenças culturais, regionais e locais, e avaliação pautada na aquisição de competências de sensibilidades e cognição.

D24 – Também concorda que o planejamento ficou mais flexível e interdisciplinar, os currículos foram readequados e a avaliação contínua e progressiva.

D25 – Diz que o planejamento foi concluído recentemente, a arte tem o seu papel diferenciado e a avaliação é contínua

Tabela 04 – Geradora do gráfico 04 (opinião/quantidade)

Mudanças ocorridas no planejamento a partir dos PCN	
Flexibilidade dinâmica	08
Interdisciplinaridade da arte	05
Não houve mudanças	02
Reformulação do PGI	01
PCN-base do planejamento	01
Passou a ser participativo	01
Não responderam	07

Tabela 05 – Geradora do gráfico 05 (opinião/quantidade)

Mudanças ocorridas no currículo a partir dos PCN	
Valorização do profissional	03
Diferenciado	02
Contextualizado	01
Promove herança cultural	01
Respeita diferenças culturais	01
Não responderam	17

Tabela 06 – Geradora do gráfico 06 (opinião/quantidade)

Mudanças ocorridas na avaliação do aluno a partir dos PCN	
Avaliação contínua	05
Avaliação diagnóstica	03
Pautada na competência do aluno	02
Avaliação sistêmica	01
Não houve mudanças	01
Não responderam	13

Pergunta 05: Houve dificuldades para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação dos PCN?

D1 – Diz que toda mudança requer ajustamentos e a qualidade de ensino chegará a um índice melhor.

D2 – Mostra que a maior dificuldade está na qualificação do corpo docente.

D3 – Aponta que a maior dificuldade é a escassez de material para estudo. Mesmo com os PCN como apoio. Não houve resistência.

D4 – Lembra que a maior dificuldade é a falta de espaço para as aulas. Quanto às experiências positivas, ressalta o teatro, a literatura e a música. Não houve resistência.

D5 – Percebe que as atividades artísticas relacionadas à educação artística na educação infantil são bem sucedidas.

D6 – Diz que não há dificuldades.

D7 – Diz que não tiveram dificuldades, pois já estavam trabalhando e vivenciando as mudanças. Poucas resistências às mudanças.

D8 – Não respondeu.

D9 – Evidencia que falta espaço adequado, não houve resistência. O ponto positivo é a receptividade dos projetos pelos alunos.

D10 – Diz que a dificuldade foi apenas nas leituras dos PCN, por isso essa já foi sanada com experiências positivas.

D11 – Aponta que a resistência esteve ligada diretamente ao medo do novo. O ponto positivo é a oferta de ensino de qualidade.

D12 – Diz que a maior dificuldade foi conciliar encontros para estudos diante dela. Cada educador ficou com um módulo por semana, estudando os PCN com a supervisora, para que o mesmo seja familiarizado. Quanto à resistência, foi mínima.

D13 – Promove a conscientização com o pessoal docente; com estudos e aplicação.

D14 – Diz que a maior dificuldade é o tempo para refletir a prática. Não houve resistência.

D15 – Lembra que os PCN se transformaram em importantes ferramentas de trabalho. A maior dificuldade é a conscientização de que os PCN ajudarão de verdade a construção do conhecimento.

D16 – Também acha que o espaço físico é restrito; no mais, sem dificuldades.

D17 – Diz que não houve dificuldades, nem resistência, porque o CEFOR já faz esse trabalho há tempo. A experiência é valiosa, pois semanalmente há hora cívica nos três turnos e mensalmente auditórios comemorativos com números artísticos.

D18 – Não respondeu.

D19 – Lembra que a maior dificuldade está na nossa formação.

D20 – Diz que não houve dificuldades, nem resistência.

D21 – Evidencia que a maior dificuldade é convencer que, para se fazer educação, temos que estar atualizados. Nem todos trabalham de acordo com a proposta. A resistência se dá através de educadores que pensam ser donos da educação.

D22 – Diz que não houve dificuldades, pois a nova proposta possibilita a cada aluno o crescimento de um ser humano mais sensível, mais capaz de uma observação crítica.

D23 – Diz que a maior dificuldade foi a superação da prática tradicional e maior resistência a falta de estudo.

D24 – Aponta que a dificuldade foi a falta de compreensão de alguns pais. Com toda mudança, houve resistência por parte de pais e educadores.

D25 – Diz que houve dificuldades, mas poucas, porque o grupo de educadores é pequeno e tem interesse na implantação dos PCN. As experiências positivas foram na culminância de projetos, através de murais, colagens, mosaicos, trabalho com massa e danças. Não há resistência na implantação dos PCN, mas sim insegurança, porque precisamos de mais leituras para termos maiores sucessos.

Tabela 07 – Geradora do gráfico 07 (opinião/quantidade)

Dificuldades para implantação dos PCN	
Qualificação do docente	06
Não há dificuldades	06
Falta do espaço físico	03
Medo do novo	03
Tempo para estudos	02
Escassez de material	01
Compreensão dos pais	01
Não responderam	03

Tabela 08 – Geradora do gráfico 08 (opinião/quantidade)

Experiências positivas alcançadas	
Boa receptividade	04
Inclusão do conteúdo arte	03
Melhor qualidade de ensino	02
Não responderam	16

Tabela 09 – Geradora do gráfico 09 (opinião/quantidade)

Resistências à implantação dos PCN	
Não houve resistência	09
Houve resistência	06
Não responderam	10

Síntese das respostas das Especialistas das Escolas Municipais de Uberaba

Pergunta 01: Como avaliar a proposta para a Educação Artística apresentada nos PCN?

E1 – “É um subsídio para auxiliar o professor no campo das artes”.

E2 – “A proposta dos PCN-arte é ótima, bem objetiva, ressalta a arte, levando o homem a buscar o equilíbrio entre a razão e emoção”.

E3 – Considera boa a proposta, pois a oferta é de formação de critérios para seleções de apreciações e gostos pessoais.

E4 – Sugere ser um conteúdo socializador que promove o respeito e a formação do aluno, portanto imprescindível à formação do educando.

E5 – Não respondeu.

E6 – “A proposta é positiva, trabalha-se em parceria com os professores de outras áreas nos projetos da escola. Nota-se, também, maior liberdade de expressão dos alunos”.

E7 – Considera ser uma proposta aberta, dá oportunidade do professor poder adequar seu planejamento à realidade escolar.

E8 – “A proposta é válida e de grande valor nos aspectos social, afetivo e cognitivo dos alunos, possibilitando aos mesmos, mostrar suas habilidades artísticas de maneira prazerosa e interdisciplinar. Já os professores trabalham com estratégia diversificada”.

E9 – “É uma proposta que garante ao aluno a liberdade de imaginar e edificar atividades com base nas próprias intenções”.

E10 – “É de grande avanço, pois dá oportunidade de aproveitamento desse conteúdo nas escolas”.

E11 – “É de grande valia, a arte tem uma função tão importante quanto a dos outros conhecimentos no processo ensino – aprendizagem”.

E12 – “As atividades estão sendo dadas como conteúdo curricular e não apenas como “fazeres artísticos”. A arte que se desenvolve na escola está de acordo com o PGI”.

E13 – “A proposta é avaliada conforme sua aplicação dentro de cada atividade em desenvolvimento ou a ser desenvolvida”.

E14 – “Há uma interdisciplinaridade; os alunos trabalham as datas comemorativas, e elas estão incluídas no PGI”.

E15 – “Bem elaborada, propõe a valorização da criatividade e do desenvolvimento das habilidades, promovendo o gosto pelas artes plásticas, cênicas, musicais..., viabilizando a formação do ser humano em todos seus aspectos”.

E16 – Considera muito boa, servindo de apoio aos professores, podendo ser trabalhada em todos os conteúdos. Subsidiaria os professores em seu trabalho através da teoria, reflexão e posteriormente a prática.

E17 – “Sua fundamentação teórica sugere o ensino por meio da valorização de situações que privilegiem o modo de expressão do aluno, sua sensibilidade e criatividade”.

E18 – “A proposta foi muito bem elaborada, proporcionando-nos riquíssimas sugestões de atividades para serem trabalhadas de acordo com a realidade de nossa escola”.

E19 – “É uma proposta ideal, abrangendo tudo que é preciso e necessário, porém a realidade, na prática, é muito diferente, pois temos que capacitar nossos professores e motivá-los, cada vez mais, a procurar e conhecer os PCN, pois sabemos que nem todos os professores conhecem a proposta”.

E20 – “Avaliamos a proposta como sendo muito boa. Linguagem de fácil acesso aos professores, conteúdos organizados, e a avaliação é trabalhada numa perspectiva inovadora”.

E21 – “É uma proposta inovadora, que vem ao encontro da realidade e da necessidade de nossos alunos. Veio contribuir significativamente com os nossos projetos”.

E22 – “A proposta é boa, e os professores estão tentando trabalhar a educação artística dentro da interdisciplinaridade, mas encontrando certas dificuldades para executá-la, no campo da dança, música, teatro, etc...”

Tabela 10 – Geradora do gráfico 10 (opinião/quantidade)

Proposta para a Educação Artística apresentadas nos PCN	
Apoio didático/pedagógico ao professor	16
Ampliar o aprendizado do aluno	05
Promover de valorizar a arte	02
Não respondeu	01

Pergunta 02: Como se organizou para adequar a escola a esta proposta? Quais as providências administrativas e pedagógicas adotadas?

E1 – “Em reuniões, discutindo, apresentando sugestões, integrando às outras áreas em datas comemorativas, dentro e até fora da escola”.

E2 – “A escola está procurando adequar o espaço físico, para que se possa desenvolver um bom trabalho no que se pode trabalhar em sala de aula. São montados projetos, feitos pelos professores, para serem desenvolvidos na escola. Alguns professores participam de curso no CEFOR”.

E3 – “Fazendo reuniões específicas, incentivando os professores e mostrando o caminho certo”.

E4 – “Pedagogicamente, esse conteúdo se envolve e é desenvolvido interdisciplinarmente, interagindo nos projetos que a escola propõe. E permite o equilíbrio, a reflexão e a aprendizagem de forma global e organizada”.

E5 – Não respondeu.

E6 – “Inicialmente foi passada a proposta para cada professor conhecer. Foram proporcionados, também, momentos de discussões e questionamentos em reuniões pedagógicas e em outros encontros”.

E7 – “A aula de arte faz parte da grade curricular, sendo desenvolvida através de projetos interdisciplinares”.

E8 – “Integrando-a aos conteúdos curriculares. Interdisciplinarmente, oportunizando a todos conteúdos, objetivos e atividades artísticas”.

E9 – “A escola organizou-se através de encontros, estabelecendo metas a serem cumpridas durante o ano letivo. Pedagogicamente, foram discutidos os itens apresentados nos PCN, esclarecendo dúvidas e coletando sugestões”.

E10 – “A adequação dessa proposta, na escola, foi organizada através de estudos, reflexões e planejamentos realizados em reuniões pedagógicas”.

E11 – “Nossa escola sempre valorizou a arte no dia-a-dia do educando, portanto tanto na educação infantil quanto nos ciclos, a arte na nossa escola é uma constante, e os PCN vieram, ainda mais, dar-nos suporte e contribuir para melhoria da prática na escola”.

E12 – “Algumas dificuldades sempre teremos por parte do corpo discente, que não se compromete, às vezes, a realizar as atividades, mas temos que lutar para que seja cumprido o real papel da arte – humanização do aluno individual e social”.

E13 – “Em primeiro plano, foi estudar a proposta, verificar sua adequação à situação escola / aluno; logo a seguir, adequá-la ao plano pedagógico, e vem sendo desenvolvida através de projetos”.

E14 – “Sim, não houve dificuldade, pois a nossa proposta de trabalho está incluída nos PCN”.

E15 – “A proposta de arte no CBA da rede municipal não se distancia dos PCN; então, estamos encaminhando para essa organização há algum tempo, promovendo a educação artística não só num módulo, e sim a permeando nos componentes curriculares e aliando-a aos temas transversais”.

E16 – “O espaço utilizado na escola é ínfimo, com relação ao desejado para as atividades artísticas, mas toda a equipe procura se adaptar de maneira participativa e criativa, para que as manifestações artísticas aconteçam. Já foi comprovado que, quando o aluno é visto primeiramente pelo lado afetivo, todo o resto caminha bem. Como providências tomadas, formamos grupos de estudos nas reuniões pedagógicas, para que os professores e equipe pedagógica tomem conhecimento dos PCN-arte a fundo”.

E17 – “Os PCN foram estudados à luz de sua adequação à realidade escolar. Os projetos em desenvolvimento, especialmente no 2º e 3º ciclos, valorizam, além do trabalho integrado com as outras áreas, a iniciação musical”.

E18 – “Primeiramente nos reunimos com os professores da área para apresentarmos essa nova proposta, articulando a mesma também aos demais conteúdos, procurando adequá-la ao projeto pedagógico de nossa escola”.

E19 – “Todas as providências possíveis foram tomadas, para que as propostas de educação artística apresentadas nos PCN-arte estejam adequadas à realidade da escola e, conseqüentemente, à realidade do educando. Preocupamo-nos com o aluno real e não com o aluno que gostaríamos de ter. Foram feitas reuniões a fim de estudar a proposta e adequá-la à filosofia da escola. Estamos providenciando um projeto específico de arte, objetivando-se a concretização de toda a proposta em todos os seus ângulos. O projeto fará parte do PGI da escola”.

E20 – “Entrega e estudos dos PCN-arte, dinamização das atividades propostas pelos PCN, procurando superar estereótipos: “musiquinhas” e teatro com gestos e falas pré-determinadas. A escola oferece possibilidades dos profissionais se capacitarem constantemente”.

E21 – “A escola procura contribuir, apoiando os professores e dando o suporte pedagógico quanto a recursos materiais. Os professores são capacitados para trabalhar dentro do nosso Referencial Curricular Nacional (RCN) para educação infantil”.

E22 – “Oferecer espaço físico maior (galpão) para os professores terem maior desenvoltura para o aluno criar seus trabalhos com mais liberdade de locomover, conversar, cantar, deitar, etc... As providências são adquirir materiais solicitados pelos professores, dentro de um tempo estipulado, para que as oficinas tenham êxito”.

Tabela 11 – Geradora do gráfico 11 (opinião/quantidade)

Providências administrativas/pedagógicas face a esta proposta	
Planejamento e estudos pedagógicos	13
Integração com as demais áreas	05
Adequação do espaço físico	02
Não responderam adequadamente	03

Pergunta 03: Há preparação do pessoal envolvido, professores de 1º e 2º ciclo de professores da Educação Artística, para trabalhar na Escola? Como a escola promove a formação dos professores?

E1 – “Usamos a interdisciplinaridade para que o professor fique motivado na realização das atividades. Quanto à formação, são através de cursos oferecidos pela rede e outros”.

E2 – “Estudos realizados nas reuniões pedagógicas e módulo II”.

E3 – “Com participações em jogos de sensibilizações, artes dramáticas e manuais, sonoras, expressões corporais, etc...”

E4 – “É importante estudos dos PCN, discussões, debates, planejamentos coletivos. É importante que os projetos sejam articulados pelo grupo”.

E5 – “Existem, no CEFOR, vários cursos ligados à arte, entre eles: musicalização, contos de historias, arte e educação. Este último prepara especificamente o professor de educação artística, para ministrar uma aula com excelente qualidade. Trabalha com teoria e prática concomitantemente. Grande quantidade de professores de arte do município, estado e da rede particular se beneficiam dessas aulas”.

E6 – “Os professores participam ativamente do CEFOR e a escola promove reuniões pedagógicas e de estudos”.

E7 – “Os professores participam dos cursos oferecidos pelo CEFOR. A escola promove reuniões, onde os professores têm oportunidades de planejar juntos e também trocar experiências”.

E8 – “Através de estudos dos PCN, revistas seminários e CEFOR. A escola promove a formação destes profissionais, divulgando trabalhos, projetos na escola, na rede municipal, na comunidade e até em outras cidades através de rádio”.

E9 – “Os professores são enriquecidos através de cursos extras e cursos oferecidos pelo CEFOR”.

E10 – “O preparo dos professores para trabalhar com arte na escola tem sido feito através de estímulos a estudo dos PCN e a participação em cursos de capacitação no CEFOR. A escola tem contribuído com a formação de profissionais, através do acompanhamento da bibliotecária, nas aulas, com o professor de teatro. Esta tem se tornado multiplicadora dessa experiência junto aos demais professores”.

E11 – “Procuramos, nas reuniões que fazemos e nos módulos que o professor cumpre na escola, sensibilizá-los e mostrar aos mesmos a importância da arte no dia-a-dia, tanto para expressarmos quanto para comunicarmos”.

E12 – “Sim, estes são essenciais em nossa escola, há cooperação de quase todos. Desenvolvemos várias atividades como: arte visual, dança, música, teatro, exposição em murais, coral da escola, hora do conto e dia da arte com sucata”.

E13 – “No 1º e 2º ciclo, os professores trabalham desenvolvendo a interdisciplinaridade, pois o regime em ciclo favorece esse trabalho. No 3º ciclo, o professor pode trabalhar atividades mais específicas, mas nunca esquecendo de que não se deve trabalhar os conteúdos isolados. Os profissionais estão sendo preparados através dos cursos de formação permanente no CEFOR”.

E14 – “Desenvolve através de exposições de murais e na biblioteca, com confecções de trabalhos feitos pelos alunos, apresentações, oficinas, etc.”

E15 – “Temos o CEFOR, aproveitamos os horários de projetos pedagógicos para estarmos discutindo o que, como e onde fazer. A cada projeto proposto, procura-se a transdisciplinaridade e, com isso, garante-se o espaço da arte”.

E16 – “Os professores de arte participam de cursos de aperfeiçoamento oferecidos pelo CEFOR e outros similares. Nesse contexto, a escola tem, na medida do possível, criado condições e espaço para que essas manifestações aconteçam e se desenvolvam de maneira coerente e lúdica. São elaborados projetos com toda a equipe pedagógica da escola, com a integração aos demais conteúdos. A educação artística, por estar relacionada às diversas manifestações com artes visuais, dança, música, desenho, etc. contribui de forma harmoniosa para que as atividades aconteçam com sucesso e prazer”.

E17 – “Em parceria com o CEFOR, alguns dos nossos professores fazem aprimoramento na área de arte. Internamente temos repassado a todos os professores as publicações referentes”.

E18 – “Os professores fazem cursos oferecidos pelo CEFOR e também de outras instituições. A escola procura sempre oferecer material atualizado como revistas, livros que sirvam de suporte para o trabalho do professor”.

E19 – “A escola desenvolveu um projeto anual para os três ciclos. Por ser tratar de idades diferenciadas, nos dois primeiros ciclos, a capacitação dos professores acontece também através de cursos promovidos pelo CEFOR, onde o professor aprende, na prática, a motivar seus alunos para as diferentes atividades artísticas”.

E20 – “Entrega e estudos dos PCN-arte, dinamização das atividades propostas pelos PCN, procurando superar estereótipos: “musiquinhas” e teatro com gestos e falas pré-determinadas. A escola oferece possibilidades dos profissionais se capacitarem constantemente”.

E21 – “Através dos cursos do CEFOR e também com estudos nos dias escolares”.

E22 – “A nossa escola está crescendo com a extensão de classes e, até 2002, teremos apenas o 2º ciclo, e os professores se envolvem dentro do seu interesse, tendo como suporte o pedagogo, que sempre está atento para auxiliá-lo em suas aulas, quer em educação artística ou outras disciplinas”.

Tabela 12 – Geradora do gráfico 12 (opinião/quantidade)

Forma de promover a formação dos professores	
Aperfeiçoamento no CEFOR	15
Dias escolares, reuniões e oficinas	12

Pergunta 04: Houve mudanças em relação ao planejamento, ao currículo e a avaliação a partir dos PCN?

E1 – “Como o planejamento é integrado, juntos, projetos e PGI, no caminhar, há sempre uma inovação nas artes, em decorrência da avaliação”.

E2 – “Mudanças ocorridas: pesquisas sobre temas a serem trabalhados, formas mais criativas para execução de projetos, visando à interdisciplinaridade entre os conteúdos, segurança do profissional na execução do seu trabalho em sala de aula, mudança de comportamento do aluno com uma visão mais crítica e atuante. É um trabalho lento”.

E3 – “Interesse pela arte, valorizando e apreciando a integração e o senso crítico dos grupos”.

E4 – “O planejamento tornou-se mais coerente, respeitando a identidade, o contexto, e as produções artísticas, como parte de um processo histórico e cultural. No currículo, os conteúdos passam a ser articulados dentro dos eixos de ensino, considerando as manifestações artísticas e culturais, garantindo o desenvolvimento de interesses, imaginação, criação, expressão e comunicação. A avaliação é diagnóstica e contínua, momentos de articulação dos conteúdos, análise do que se ensinou e do que realmente se aprendeu, podendo ser realizada por meio de imagens, dramatizações, composições musicais, ou seja, instrumentos diferentes que articulem o saber da criança”.

E5 – Não respondeu.

E6 – “A integração dessa disciplina com os outros conteúdos e o reconhecimento da importância para o desenvolvimento do aluno”.

E7 – “A integração das disciplinas ficou maior, a avaliação contínua é mais eficiente, pois avalia o trabalho do professor e o aprendizado do aluno diariamente. O currículo passou a ser adequado à realidade e necessidade da comunidade escolar”.

E8 – “As mudanças ocorridas foram: integração da arte em todos os conteúdos ministrados pela escola, a interdisciplinaridade, o envolvimento e o comprometimento dos profissionais da escola”.

E9 – “Ocorrem mudanças quanto à maneira de apresentação dos conteúdos gerais de artes visuais, música, teatro e dança; foi priorizada a possibilidade de aprendizagem do corpo docente, em acordo com as especificidades das artes em geral”.

E10 – “As mudanças estão ocorrendo com a participação de todos os profissionais envolvidos em cursos de capacitação. Os reflexos dessas mudanças são visíveis no desempenho da construção de conhecimento de alunos”.

E11 – “A mudança é que, a partir dos PCN, eles passaram a ser nossos aliados no dia-a-dia, auxiliando-nos na execução do nosso trabalho, para que possamos fazer com que nossos alunos possam crescer cidadãos conscientes de seu papel na sociedade”.

E12 – “O primeiro avanço que podemos notar: a arte sendo tratada para ser “arte” e não somente um acúmulo de “fazeres”. Há um embasamento teórico para qualquer atividade a ser desenvolvida e uma didática a ser cumprida”.

E13 – “Quanto ao planejamento, esse foi bem mais maleável, interessante e de acordo com a situação vivenciada pelo aluno. Quanto ao currículo, pode ser modificado e atender às necessidades do aluno ou de cada realidade. Quanto à avaliação, deve ser contínua, considerando a capacidade de cada um”.

E14 – Não respondeu.

E15 – “Como já havia dito, estávamos estruturando novas propostas com os PCN, efetivamos os trabalhos com projetos”.

E16 – “A liberdade de o professor trabalhar os conteúdos, através de temas transversais e inclusão de projetos, dentro do PGI, dando oportunidade aos alunos de serem artistas criadores; com isso os alunos se tornam mais sensíveis, mais calmos, envolvidos que estão em processo de criação e prazer, que a educação artística proporciona. Os próprios professores ficam deslumbrados com as respostas que os alunos nos dão frente à execução de atividades artísticas”.

E17 – “Os PCN, depois de conhecidos, constituíram-se na base do nosso planejamento. Não houve dificuldades na sua implantação. O corpo docente é sensível na certeza de que os mesmos foram elaborados pelos especialistas mais qualificados. Os planejamentos são integrados e a avaliação é contínua”.

E18 – “Com os PCN, o planejamento se tornou mais flexível e prazeroso de ser elaborado, as aulas com isso se tornam mais dinâmicas e criativas, estimulando o aluno ao crescimento de sua potencialidade, valorizando-o na sua totalidade”.

E19 – “O currículo mudou totalmente, pois se tem nova visão quanto ao entendimento – o que é currículo? Tudo que está na vida da escola. A partir daí, temos uma nova visão pedagógica de ver o currículo e, como consequência, a mudança da avaliação e do planejamento. Avaliar passa a ser um parâmetro para que todo educador se situe dentro do processo educacional, especificamente dentro da escola. É um indicador da práxis e um meio de podermos saber o que não foi assimilado pelo educando; do que o educando precisa, que tipo de saber irá ao encontro de sua real necessidade. Enfim os PCN trazem uma proposta avançada que exige e exigirá, cada vez mais, nova postura dos educadores”.

E20 – “Planejamentos diferenciados, ricos em criação musical, plástica e cênica. O currículo respeita as diferenças culturais, regionais e locais. A avaliação pautada na aquisição de competências de sensibilidade e cognição, exercitando sua cidadania cultural”.

E21 – “O planejamento ficou mais flexível e interdisciplinar. Os currículos foram readequados e a avaliação passou a ser mais contínua e progressiva”.

E22 – “O planejamento da nossa escola foi concluído agora, no final do semestre, e a arte tem seu papel diferenciado que é para ser trabalhado desde a educação infantil e nas classes de 6 a 10 anos. É ministrada dentro do plano curricular e tanto a arte quanto as outras disciplinas são avaliadas continuamente”.

Tabela 13 – Geradora do gráfico 13 (opinião/quantidade)

Mudanças ocorridas no planejamento a partir dos PCN	
Interdisciplinar	07
PCN-base do planejamento	06
Mais coerente	03
Não responderam	06

Tabela 14 – Geradora do gráfico 14 (opinião/quantidade)

Mudanças ocorridas no currículo a partir dos PCN	
Adequado a realidade escolar	02
Apresentação dos conteúdos de arte	01
Valorização profissional	01
Inclusão de projetos no PGI	01
Nova visão pedagógica	01
Respeito a diferenças culturais	01
Considera as manifestações culturais	01
Não responderam	14

Tabela 15 – Geradora do gráfico 15 (opinião/quantidade)

Mudanças ocorridas na avaliação a partir dos PCN	
Avaliação contínua	06
Visão mais crítica e atuante do aluno	01
Senso crítico dos grupos	01
Indicador da práxis	01
Não responderam	13

Pergunta 05: Houve dificuldades para a implantação dos PCN? Quais as experiências positivas alcançadas? Há resistência à implantação dos PCN?

E1 – “Às vezes, enfrentamos a falta de espaço para comportar turmas grandes e também falta de material. Nossas experiências têm sido positivas, em feiras culturais, construindo maquetes, apresentações de teatro, danças, poesias, histórias, literatura folclore e muitas outras”.

E2 – “Dificuldades: espaço físico adequado – a escola possui espaço pequeno para criação de ambientes; falta de recursos humanos especializados; zona rural – distante da cidade, dependendo de transporte para trabalhos extra escola. Quanto às experiências positivas: aulas mais criativas, têm-se conseguido bons resultados. Não há resistência, somente não há espaço físico adequado”.

E3 – “Mudar idéias padronizadas de aspectos diferentes: produção artística com experiências compartilhadas e com direito à liberdade de expressão. Não há resistência quanto à implantação dos PCN”.

E4 – “A dificuldade para enfrentar mudanças está no novo, no desconhecido. Podemos estudar os PCN, individualmente, coletivamente, discutindo as possibilidades e ampliação de conceitos, que antes estávamos arraigados a nossa prática pedagógica. Quando conhecemos, passamos a acreditar nas novas possibilidades”.

E5 – Não respondeu.

E6 – “O maior desafio que encontramos quanto à implantação dos PCN foi a resistência por parte de alguns professores. Com resultados positivos e depoimentos de alguns, essas dificuldades vêm sendo superadas”.

E7 – “No início, houve um pouco de ansiedade e insegurança em alguns professores, provocadas pela mudança; o que considero normal, pois qualquer mudança (o novo) traz esse sentimento na maioria das pessoas. A experiência positiva e importante é a abertura e a flexibilidade que nós profissionais da educação temos para elaborarmos um planejamento real e contextualizado; o que é garantido pelos PCN”.

E8 – “Não tivemos grandes dificuldades para implantação, pois trabalhamos com uma equipe comprometida com a educação. As experiências positivas foram que, ao trabalharmos a vida de pintores famosos, como Picasso e outros, descobrimos talentos de grande valor, que pintaram quadros verdadeiramente artísticos – obras de arte”.

E9 – “Não há resistência quanto à implantação dos PCN, pois são ricos em sugestões e atividades que só objetivam atingir o êxito do educando, onde o seu ritmo e sua condição de aprendizagem é respeitado”.

E10 – “A maior dificuldade na implantação dos PCN está ligada à resistência de profissionais que ainda teimam em repetir a experiência com práticas educativas antigas e o pouco tempo para estudo profundo desse referencial. A experiência mais positiva, entre muitas, é o respeito ao ponto de partida da construção de conhecimentos, que está sendo o saber prévio do aluno sobre objetos do conhecimento do que se deseja apropriar”.

E11 – “Não encontramos dificuldades, nem resistência para implantá-los, pois contamos com um grupo muito envolvido e disposto a oferecer o melhor para nossos alunos. O ponto positivo foi a aceitação por parte do grupo, mesmo porque, sabem a importância de se ter em mãos, um material tão “valeroso” e de poderem usá-lo à medida que necessitarem”.

E12 – “Mais encontros com pessoas especializadas da área”.

E13 – “A maior dificuldade, é conscientizar os próprios profissionais no uso dos PCN. Foi conseguir que todos estudassem e começassem a usar os PCN, como guia no seu dia-a-dia”.

E14 – “Nenhuma dificuldade foi apresentada quanto à implantação dos PCN. A escola promoveu reuniões diárias para divulgação dos PCN e que fossem trabalhados. As experiências alcançadas foram positivas, na pluralidade das ações. Não houve nenhuma resistência por parte da direção, bem como das especialistas, sabendo que o espaço de tempo é muito limitado nas realizações das atividades nas disciplinas”.

E15 – “A maior dificuldade encontrada é o medo do novo, pois, junto com os PCN, veio o ciclo, mas a vontade de buscar novos caminhos é grande. Essa contradição gera insegurança e, onde existe insegurança, percebe-se resistência, mas nada que não seja contornado, pois toda mudança é difícil. Nossas melhores experiências têm sido com projetos, pois, em todos, existe uma abertura ou culminância, onde a arte é fundamental (teatro, música, paródia, confecção de cenários, materiais a serem usados no projeto)”.

E16 – “A dificuldade foi a disponibilidade dos professores em reunirem, devido à dupla jornada de trabalho, mesmo depois, repassando o que visto para ele, a unidade do grupo fica quebrada. Já foram realizadas várias experiências positivas, conseguidas após a implantação dos PCN. O aluno passou de mero ouvinte a ser uma pessoa mais alegre, mais dinâmica, capaz de reflexões e assim se posicionou frente a decisões com crítica e criatividade. O professor passou a ser o orientador, aquele que auxilia e o aluno o pesquisador, além de criador. É aquele que busca. Não acredito que exista resistência à implantação dos PCN, visto que eles vieram para ajudar os professores, rejeitá-los seria regredir no espaço”.

E17 – “Nossa maior dificuldade está na qualificação do corpo docente”.

E18 – “Não encontrei muita dificuldade, os PCN me orientam bem em meu trabalho. Foi realizada uma mostra com alguns trabalhos feitos pelos alunos; o que nos deixou muito encantados e sensibilizados pela beleza e entusiasmo que os alunos demonstraram ao apresentarem com orgulho o fruto de sua própria criação, sempre incentivados pelo professor. Não encontramos nenhuma resistência”.

E19 – “A proposta implantada caminha concomitantemente com a prática. Isso traz, gera angústia, que até certo ponto é positiva. Isso gera resistência de alguns especialistas e professores, a proposta traz um avanço necessário para o milênio, mas, em contrapartida, nossas faculdades formadoras de educadores, continuam com um currículo retrógrado, desarticulado com os avanços que estão ocorrendo; positivo no sentido de que toda teoria deve estar à frente de qualquer prática”.

E20 – Diz que a maior dificuldade foi a superação da prática tradicional e maior resistência quanto ao que pode sanar a falta de estudo.

E21 – “A dificuldade foi a falta de compreensão de alguns pais. Com toda mudança, houve resistência por parte de pais e educadores”.

E22 – Por fim, diz que houve dificuldades, mas poucas, porque o grupo de educadores é pequeno e tem interesse na implantação dos PCN. As experiências positivas foram na culminância de projetos, através de murais, colagens, mosaicos, massa e danças. Não há resistência na implantação dos PCN e sim insegurança, porque precisam de mais leituras para ter maiores sucessos.

Tabela 16 – Geradora do gráfico 16 (opinião/quantidade)

Dificuldades par implantação dos PCN	
Medo do novo	06
Desinteresse de alguns	04
Não houve dificuldade	04
Falta de espaço físico	02
Qualificação do professor	02
Encontro com especialista	01
Tempo para estudos	01
Compreensão dos pais	01
Não responderam	02

Tabela 17 – Geradora do gráfico 17 (opinião/quantidade)

Experiências positivas alcançadas a partir dos PCN	
Feiras culturais	02
Aceitação do professor	02
Culminância dos projetos realizados	02
Aulas mais criativas	01
Liberdade de expressar do aluno	01
Descoberta dos famosos da arte	01
Respeito ao saber prévio do aluno	01
Pluralidade das ações	01
Receptividade do aluno	01
Não responderam	10

Tabela 18 – Geradora do gráfico 18 (opinião/quantidade)

Resistências à implantação dos PCN	
Não houve resistência	08
Houve resistência	05
Não responderam	09

Síntese das respostas dos Professores PII das Escolas Municipais de Uberaba

Pergunta 01: Como estão sendo desenvolvidas na escola as atividades de educação artística? Elas estão contempladas no projeto político pedagógico da escola (PGI)?

PII-1 – “Estão sendo desenvolvidas de acordo com a pedagogia dos ciclos, ou seja, numa proposta interdisciplinar orientada pelos projetos do PGI”.

PII-2 – “Apesar da diversidade de opiniões, nossos projetos são elaborados coletivamente, desde a elaboração até a avaliação, subsidiados pelo PCN”.

PII-3 – “São de acordo com o PGI e de acordo com o nível dos alunos, cada ciclo desenvolve suas atividades”.

PII-4 – “Estão sendo desenvolvidas através da elaboração e execução de projetos transdisciplinares, inseridos no contexto”.

PII-5 – “Os alunos trabalham não só as principais datas comemorativas, mas também através da interdisciplinaridade. Estão incluídos no PGI”.

PII-6 – “As atividades desenvolvidas na escola estão garantidas dentro do PGI, durante todo ano, são realizados projetos de acordo com o interesse do grupo”.

PII-7 – “A escola desenvolve as atividades de educação artística de acordo com o conteúdo curricular e trabalhando de forma adequada a criação artística de seus alunos, desenvolvendo expressões auditivas e visuais dentro do PGI”.

PII-8 – “Todas as atividades são contempladas no PGI. Há momentos para leituras, expressão plástica, dramatização e confecção de objetos decorativos numa proposta interdisciplinar”.

PII-9 – “Na escola ainda está sendo elaborado o PGI, nada consta sobre as atividades artísticas”.

PII-10 – “A escola cria oportunidade de se trabalhar arte de uma maneira criteriosa, pois à medida que se realiza o projeto, os alunos correspondem com entusiasmo. Por esse motivo, estão contemplados no PGI como prioridade no campo da criatividade e da transformação”.

PII-11 – “Trabalhamos artes em várias modalidades, teatro, artes plásticas e musicalidade, enriquecidas com as datas comemorativas e murais, sendo todas projeto do PGI”.

PII-12 – “Desenvolvemos atividades artísticas de maneira viva, objetivando os alunos a apreciar e a produzir, possibilitando o prazer de conviver com a arte. Projetos são contemplados no PGI”.

PII-13 – “Contemplados no PGI. As atividades de arte são desenvolvidas através de propostas interdisciplinares, onde se pode contar com o envolvimento de toda a equipe. São trabalhados: teatro, música, pintores famosos, colagem e dobradura”.

Tabela 19 – Geradora do gráfico 19 (opinião/quantidade)

Desenvolvimento das atividades de Educação Artística	
Interdisciplinarmente	10
Projetos específicos	02
Não respondeu	01

Tabela 20 – Geradora do gráfico 20 (opinião/quantidade)

Contemplação da Educação Artística no PGI da escola	
Contempladas no PGI	12
PGI sendo elaborado	01

Pergunta 02: Você vem trabalhando com os PCN-arte? Tem encontrado dificuldades para implementar a proposta? Quais dificuldades?

PII-1 – “Às vezes. Dificilmente temos oportunidade de mostrar aos alunos, no aspecto visual, a arte. Oportunizar-lhes uma apreciação de fato. O aspecto social, a burocracia, carência de materiais e espaço físico são alguns fatores de dificultam o nosso trabalho, mas não o impedem”.

PII-2 – “Os PCN vieram embasar o profissional, dando apoio nas atividades de acordo com a individualidade do ser”.

PII-3 – Diz que não tem encontrado nenhuma dificuldade.

PII-4 – “A proposta é riquíssima e não existe argumento para não colocá-la em prática, pois é, através da arte, que o aluno amplia a sensibilidade, percepção, observação, reflexão e apreciação”.

PII-5 – Afirma que trabalha os PCN e não encontrou dificuldades.

PII-6 – “Sim”. “Não”.

PII-7 – “A maior dificuldade para implementação desta proposta decorre da falta de interesse dos alunos, que, às vezes, ficam com vergonha ao apresentarem os trabalhos, somados à falta de recursos econômicos para melhoria das atividades”.

PII-8 – “Os PCN-arte têm uma proposta valiosa. É perfeitamente possível desenvolver um trabalho que contenha as boas intenções e resulte em melhores realizações”.

PII-9 – “Não tenho encontrado nenhuma dificuldade”.

PII-10 – “A escola tem procurado criar condições e espaço para que as manifestações de arte aconteçam de maneira coerente e lúdica. A dificuldade está na falta de recursos e espaço apropriado”.

PII-11 – Diz que trabalha os PCN, porém a dificuldade é a pouca carga horária (uma aula semanal), material adequado e falta de espaço físico.

PII-12 – Declara que trabalha os PCN, a dificuldade decorre da mudança, porque o professor enfrenta diferentes situações que ainda vagam no desdobramento do ensino.

PII-13 – Afirma que todas as atividades estão de acordo com os PCN. Não encontra dificuldade.

Tabela 21 – Geradora do gráfico 21 (opinião/quantidade)

Quanto aos que trabalham com os PNC-arte	
Trabalham	11
Não responderam	02

Tabela 22 – Geradora do gráfico 22 (opinião/quantidade)

Dificuldades para implementar as propostas dos PCN-arte	
Não tem dificuldades	06
Tem alguma dificuldade	05
Não responderam	02

Tabela 23 – Geradora do gráfico 23 (opinião/quantidade)

Dificuldades apontadas para implementar as propostas	
Falta de recursos econômicos	03
Falta de espaço físico	02
Falta de apreciação do aluno	01
Falta de interesse do aluno	01
Pouca carga horária	01
Falta de atualização do professor	01

Pergunta 03: A equipe escolar desenvolve projetos artísticos? Quais? Faça uma breve descrição deles.

PII-1 – “Alguns não são específicos, mas com sub-projetos específicos entre eles *Escola em Destaque, Biblioteca – A Arte de Ler e Escrever a Vida, Coral de Funcionários, FID – Festival Interno de Declamação*”.

PII-2 – “Resume-se em música, dança, capoeira, teatro...”

PII-3 – “Destaca-se o projeto *Brasil – 500 Anos*, com apresentações, pelos alunos, de dramatizações, músicas, poesias, feira *Está na Hora de Preservar* com reciclagem de material”.

PII-4 – “Destaca-se o projeto *Brasil – 500 Anos – O Índio Redescoberto*. Criaram-se momentos para valorizar a cultura indígena através de textos literários, textos informativos e jornalísticos, artesanato, documentários televisionados sobre as tribos, exposição de raízes usados como alimento e remédios”.

PII-5 – Diz que realiza projetos artísticos, destacando-se a *Semana Cultural*, com oficinas, apresentações e exposições de murais, confeccionados pelos alunos.

PII-6 – “Realizamos projetos artísticos como *Gincana Arte Cultural* onde resgatamos valores que se perderam ao longo do tempo, fortalecendo nossas raízes culturais (folclore)”.

PII-7 – “Realizamos projetos artísticos nas datas comemorativas com destaque o folclore, com apresentações de lendas trava-línguas, painéis com personagens folclóricos, produções de textos e brincadeiras infantis”.

PII-8 – “Os projetos artísticos são ligados a eventos comemorativos, onde os alunos apresentam seus trabalhos vinculados à música, dança, dramatização e à plástica”.

PII-9 – “Os trabalhos artísticos são desenvolvidos esporadicamente, com atividades isoladas, colocando em amostra os trabalhos dos alunos”.

PII-10 – “Os projetos artísticos são ligados a datas comemorativas, como *Feira de Ciências, Folclores, Projeto – 500 Anos Brasil*, e outros específicos de música e dança”.

PII-11 – Diz que realiza projetos artísticos com concurso de declamadores de poesia, desenho, dança, teatro e música.

PII-12 – Afirma que desenvolve projetos artísticos, sem citar quais.

PII-13 – Evidencia que também desenvolve projetos artísticos, como exemplo, o *Coral Estela Chaves*.

Pergunta 04: Quais seriam na sua opinião, os principais avanços da proposta dos PCN para o ensino de arte?

PII-1 – “O maior avanço é a arte estar presente em todos os conteúdos, aplicados em um contexto interdisciplinar”.

PII-2 – “O avanço está na flexibilidade do planejamento, adequando-o de acordo com cada região”.

PII-3 – “O avanço é a prática dos dons artísticos do aluno, revelando-os com poetas e artistas”.

PII-4 – “O avanço está na autonomia do professor em selecionar os seus conteúdos, transformando-o em um constante pesquisador”.

PII-5 – “Uma melhor valorização do ensino arte, através da interdisciplinaridade”.

PII-6 – “Garantir dentro do conteúdo de educação infantil o fazer artístico, intitulado como artes visuais (RCN)”.

PII-7 – “Experiência do novo, onde o aluno tem a chance de expressar sua necessidade pelo que gosta de fazer e sentir”.

PII-8 – “A flexibilidade em relação às várias visões que podemos ter sobre arte, e a oportunidade mais ampliada de explorar o potencial do aluno e fazê-lo se encantar com sua capacidade de ser criativo”.

PII-9 – “A concepção da idéia de que arte vai além do desenhar e colorir”.

PII-10 – “A liberdade de o professor trabalhar os conteúdos através de temas transversais, dando oportunidade aos alunos de serem artistas e criadores”.

PII-11 – “O avanço é trabalhar com o aluno em todas as suas potencialidades, desenvolvendo-lhes aptidões em todos aspectos artísticos”.

PII-12 – “Atender às dificuldades do aluno, encontradas na compreensão da arte; bem como facilitar ao professor o ensino dela”.

PII-13 – “As descobertas de talento e o envolvimento da equipe escolar e dos alunos”.

Tabela 24 – Geradora do gráfico 24 (opinião/quantidade)

Principais avanços da proposta dos PCN p/ ensino de arte	
Explorar e desenvolver o potencial do aluno	07
Auxílio no didático/pedagógico do professor	05
Interdisciplinaridade com outros conteúdos	02
Valorização da arte como currículo	02

Pergunta 05: Apresente sugestões para melhoria do ensino de arte nas escolas.

PII-1 – “Maiores condições para os educandos vivenciarem um contato direto com as atividades artísticas e culturais da cidade. Oficinas de artes para os professores da rede (cursos práticos)”.

PII-2 – “Dar a disciplina para professores realmente qualificados”.

PII-3 – “Levar o aluno sempre a criar...”

PII-4 – “Melhoria no acervo de livros de artistas regionais, nacionais e internacionais; biblioteca artística informatizada; materiais para pinturas; uma sala e/ou ambiente para realizar as atividades de arte”.

PII-5 – “Que os professores sejam coerentes com a proposta de ensino e incentivem aos alunos, serem mais criativos”.

PII-6 – “Apenas será melhorado na medida em que o professor puder se aperfeiçoar mais neste estudo (especializar-se)”.

PII-7 – “Criação de salas ambientes (som/vídeo/TV); materiais como de pintura, papéis em geral; na música, os alunos terem seus próprios instrumentos musicais”.

PII-8 – “No caso da zona rural, seria necessário mais recursos para locomover os alunos até locais de manifestações artísticas, tais como galerias de exposição de artes, conservatório, ateliê além de promoções de oficinas de variadas manifestações artísticas”.

PII-9 – “Trabalhar com a equipe escolar para que se conscientizem de que a arte se faz necessária para a formação cultural de um indivíduo”.

PII-10 – “Aumento da carga horária de uma aula semanal para o mínimo de duas aulas semanais. Criação de espaço físico adequado e obtenção de materiais para trabalhos específicos”.

PII-11 – “Professor ser específico e aumento da carga horária”.

PII-12 – “Inserir, no plano curricular, como conteúdo primordial, a partir de seis anos de idade”.

PII-13 – “A parceria constante, comprometimento na realização dos projetos e o grupo trabalhar com prazer”.

Tabela 25 – Geradora do gráfico 25 (opinião/quantidade)

Sugestões para melhoria do ensino de arte	
Mais contato com a arte	03
Professores especializados/habilitados	03
Melhoria do espaço físico	03
Disponibilizar materiais	03
Meios de despertar o aluno	02
Valorização da disciplina	02
Aumento da carga horária	02
Melhoria do acervo de livros	01

Síntese das respostas dos Professores PI (de 6 a 10 anos) das Escolas Municipais de Uberaba:

Pergunta 01: Como estão sendo desenvolvidas na escola, as atividades de educação artística? Elas estão contempladas no projeto político pedagógico da escola (PGI)?

PI-1 – “As atividades de Educação artísticas estão engajadas no PGI, inseridas de forma interdisciplinar”.

PI-2 – “No PGI, estão previstas atividades artísticas: feira cultural, momentos para comemorar datas festivas. As atividades são desenvolvidas com técnicas variadas: releitura, desenho, colagem, pintura, vitrais... São práticas objetivas e simples”.

PI-3 – “O PGI está sendo refeito e ainda não foi colocado projeto relacionado a artes”.

PI-4 – “As atividades de educação artística, são desenvolvidas de maneira integrada aos conteúdos trabalhados na sala de aula. Por sua vez estão contempladas no PGI”.

PI-5 – “Tentamos integrar com todas as disciplinas principalmente com Literatura”.

PI-6 – “São aulas desenvolvidas diariamente, buscando no aluno o prazer à criatividade e sua liberdade de expressão e estão contempladas com todos os projetos desenvolvidos na escola, trabalhando sempre a interdisciplinaridade”.

PI-7 – “As atividades de educação artística são desenvolvidas com base no PGI da escola. São realizadas diariamente, uma vez que meu trabalho é voltado para a educação infantil”.

PI-8 – “As atividades de educação artística estão sempre integradas em todas as disciplinas, bem como na grade curricular da escola, também contempladas no PGI”.

PI-9 – “As atividades de educação artística estão procurando desenvolver nos alunos habilidades cênicas, plásticas e artísticas, que os auxiliem em suas vidas cotidianas, despertando a criatividade, a desenvoltura e o senso crítico. São integradas no PGI da escola, viabilizando a realização de vários sub projetos, integrados às outras áreas”.

PI-10 – “As atividades de educação artística estão sendo trabalhadas, buscando maior integração com as demais áreas”.

PI-11 – “Estão sendo desencadeadas de acordo com os projetos e temas abordados nos diversos conteúdos, principalmente no que se refere às artes plásticas e cênicas de acordo com o PGI da escola”.

PI-12 – “As atividades estão contempladas no PGI, e nossa equipe está sempre desenvolvendo atividade artística, pelo menos uma vez por mês, sobre as datas comemorativas, sem contar com os resultados dos projetos que sempre vêm acrescentando mais em relação às artes”.

PI-13 – “Dentro da interdisciplinaridade sim, mas um projeto especialmente artístico no meu turno não”.

PI-14 – “Na escola as atividades de educação artística são trabalhadas, dando oportunidade de vivenciar vários tipos de arte. O PGI contempla a arte com aulas de dança, canto coral, teatro e artes visuais, que são desenvolvidas semanalmente”.

PI-15 – “De acordo com o PGI da escola, é que realizamos as atividades sócio-educativas e culturais da área de educação artística. É interdisciplinar juntamente com os projetos do cotidiano escolar. Não trabalhamos a educação artística separada dos conteúdos”.

PI-16 – “As atividades de educação artística estão sendo desenvolvidas na escola, permeando todas as disciplinas do currículo e também através de projetos que estão inclusos no PGI”.

PI-17 – “Propomos atividades artísticas em todas as áreas da aprendizagem, inseridas nos conteúdos de forma lúdica, criativa e prazerosa. Os alunos se expressam através de produções artísticas (pintura, desenho, modelagem, música, dança, teatro...)”.

PI-18 – “São desenvolvidos dentro dos projetos elaborados, que fazem parte do PGI da escola”.

PI-19 – “São desenvolvidas em sala de aula em forma individual e em grupo. São realizados desenhos, recortes, pinturas, colagem, dobraduras, teatro e música. Estão contempladas no PGI da escola”.

PI-20 – “São desenvolvidas dentro do nosso planejamento diário, de forma muito prazerosa. Estão contempladas no PGI da escola”.

PI-21 – “As atividades da educação artística constituem um grande apoio para as outras disciplinas; através delas, pode-se chegar ao êxito da aprendizagem dos conteúdos sistematizados. A arte é usada como suporte de apreciação das diferentes linguagens artísticas, em diferentes lugares e tempo; constitui também um espaço de valorização da cultura, seja ela individual ou coletiva. A arte, na sua função social, é explorada na dança, na música, no teatro e nas artes visuais. O PGI traz, na maioria dos projetos, a arte como fonte de sensibilidade, para uma observação humana e crítica da cultura, fazendo do aluno um ser aberto e criativo para as mudanças, capaz de comunicar em todas as linguagens artísticas”.

PI-22 – “As atividades de educação artística são diferenciadas porque a disciplina já está destacada dentro do nosso plano curricular. O PGI da escola ainda não está estruturado”.

PI-23 – “Elas são desenvolvidas dentro da interdisciplinaridade juntamente com os conteúdos propostos: de acordo com cada projeto trabalhado durante um tempo

determinado. Na educação infantil, a arte é a base para o desenvolvimento psico-motor e social de cada criança”.

PI-24 – “De maneira geral, em todas as áreas, já que a escola dedica-se exclusivamente à educação infantil, as artes não poderiam, em hipótese alguma, estar desvinculadas do processo. Estão contempladas no PGI”.

Tabela 26 – Geradora do gráfico 26 (opinião/quantidade)

Desenvolvimento das atividades de Educação Artística	
Interdisciplinarmente	17
Projetos específicos	04
Não respondeu	02

Tabela 27 – Geradora do gráfico 27 (opinião/quantidade)

Contemplação da Educação Artística no PGI da escola	
Contempladas no PGI	22
Não contempladas	01

Pergunta 02: Você vem trabalhando com os PCN-arte? Tem encontrado dificuldades para implementar a proposta? Quais dificuldades?

PI-1 – “Temos trabalhado com os princípios, idéias e sugestões do PCN, que nos têm parecido bastante viáveis”.

PI-2 – “Os PCN foram aproveitados no trabalho que o CEFOR desenvolveu em 1999, nas propostas curriculares, que são norteadoras no meu trabalho”.

PI-3 – Não respondeu.

PI-4 – “No início do trabalho, houve dificuldades, mas as mesmas vêm sendo superadas com estudos e apoio da equipe pedagógica da escola”.

PI-5 – “O planejamento elaborado foi baseado nos PCN”.

PI-6 – “Não encontrei nenhuma dificuldade, pois veio ao encontro com de meus anseios a respeito de arte”.

PI-7 – “Trabalho com crianças de 5 e 6 anos e desenvolvo atividades de acordo com os PCN-arte. Não encontro dificuldades, pois levo em consideração que a arte é tudo que produz emoção; sendo assim, dou ênfase ao desenvolvimento da sensibilidade, da percepção e da imaginação do aluno”.

PI-8 – “A arte faz parte da nossa vida. Apresentamos teatro, música, hora de lazer, trabalhos com exposições e pintura”.

PI-9 – “Os PCN-arte apresentam uma proposta que envolve alunos de 6 a 10 anos, e que é facilmente executada e desenvolvida por qualquer professor, mesmo não tendo habilitação específica para esse conteúdo. Sua proposta não traz grandes inovações”.

PI-10 – “Os PCN-arte são nosso ponto de referência para desenvolvermos tanto atividades artísticas quanto de outras áreas”.

PI-11 – “Várias, principalmente no que se refere a material e ambiente. Não temos oportunidade de estar em lugares onde pudéssemos conviver e apreciar as diversas modalidades de expressão da arte”.

PI-12 – “No planejamento, as atividades estão todas baseadas nos PCN. Não encontro dificuldades para implantar as atividades”.

PI-13 – “Tenho encontrado algumas dificuldades para implementar a proposta, como a falta de recurso didático e material de apoio ao professor”.

PI-14 – “Não encontro dificuldade em implementar a proposta. Por estar dentro da realidade na qual estamos inseridos e também por vir ao encontro da filosofia da escola, que é a valorização da arte, necessária à formação do cidadão”.

PI-15 – “Os PCN-arte vieram reforçar a proposta pedagógica da rede municipal, juntamente com a realidade dos alunos da escola”.

PI-16 – “Temos trabalhado com PCN-arte, que têm servido de referência na elaboração do nosso plano de prática docente. As dificuldades encontradas referem-se à necessidade de mais tempo para dedicarmos ao estudo aprofundado desse conteúdo”.

PI-17 – “Não encontramos dificuldades, pois a maioria dos profissionais possuem uma bagagem de experiência adquirida na educação infantil, onde, a todo o momento, a educação artística está presente”.

PI-18 – “Tenho trabalhado com os PCN e não tenho encontrado dificuldades em implementá-los, pois estão bem adequados às situações vivenciadas na escola”.

PI-19 – “Sempre que possível há utilização dos PCN-arte. A dificuldade é o espaço de tempo destinado a esta disciplina”.

PI-20 – “Nosso trabalho é realizado dentro dos PCN. Não encontrei dificuldades, pois está na nossa proposta de trabalho”.

PI-21 – “A dificuldade está na falta de formação adequada do professor, para que ele possa reconhecer os meios que tem para criar situações de aprendizagem significativas”.

PI-22 – “Estamos trabalhando com os PCN-arte, pois o nosso planejamento foi montado com base neles e nas propostas curriculares da SEDUC”.

PI-23 – “De acordo com as novas propostas dos PCN, houve algumas mudanças na nomenclatura, que agora usamos o nome de “arte”. Depois dos encontros no CEFOR, foram superadas as dificuldades”.

PI-24 – “De acordo com o projeto incluído no PGI-literarte, o trabalho vem sendo desenvolvido sem dificuldades”.

Tabela 28 – Geradora do gráfico 28 (opinião/quantidade)

Quanto aos que trabalham com os PNC-arte	
Trabalham	19
Não responderam	05

Tabela 29 – Geradora do gráfico 29 (opinião/quantidade)

Dificuldades para implementar as propostas dos PCN-arte	
Não tem dificuldades	12
Tem alguma dificuldade	06
Não responderam	06

Tabela 30 – Geradora do gráfico 30 (opinião/quantidade)

Dificuldades apontadas para implementar as propostas	
Falta de tempo para estudo	03
Falta de material	02
Falta de espaço físico	01
Falta de convivência com a arte	01
Falta de formação adequada	01

Pergunta 03: A equipe escolar desenvolve projetos artísticos? Quais? Faça uma breve descrição deles.

PI-1 – “Atualmente finalizamos um projeto em que trabalhamos a pluralidade cultural com enfoque no folclore e estamos iniciando um projeto que destacará os 20 anos de morte de Vinícius de Moraes”.

PI-2 – “Realizamos projetos artísticos com carnaval, folclore, leituras de poesias e contos, músicas e danças”.

PI-3 – “Não necessariamente projetos artísticos, mas atividades como teatro, música, dança, desenho...”

PI-4 – “Não temos projetos específicos de arte, os mesmos são desenvolvidos e integrados a outros projetos no cotidiano”.

PI-5 – “Sim, resume-se em auditórios, desenhos livres, teatro, dança, dramatizações...”

PI-6 – “Sim, busca constantemente desenvolver o gosto pela arte como: confecção de murais, festival de poesia, apresentação de teatro, oficinas, pintura, canto...”

PI-7 – “Destaca-se o projeto “Ciranda da Expressão” que acontece semanalmente, trabalhando as diversas áreas de expressão: cênica, musical e plástica. É um trabalho prazeroso, que proporciona maior interdisciplinaridade, fazendo fluir no aluno seu verdadeiro potencial”.

PI-8 – Diz que realiza uma feira do conhecimento e coral.

PI-9 – “Diz que sua equipe está sempre desenvolvendo projetos artísticos que viabilizam a integração de todos os conteúdos disciplinares”.

PI-10 – Afirma que realiza diversos projetos culturais, envolvendo as expressões: plástica, cênica, musical e corporal.

PI-11 – Diz que, na sua escola, há um grupo de teatro, festival de poesias e um coral formado por profissionais da escola.

PI-12 – Diz que, em sua escola, desenvolve muitos projetos em especial sobre o folclore que é muito amplo.

PI-13 – Declara que há alguns como, teatro, apresentações musicais, poesias, danças entre outros.

PI-14 – Diz que a escola desenvolve os seguintes projetos artísticos: canto coral, dança e hora do conto. Todos os projetos são coordenados por profissionais habilitados.

PI-15 – “A arte é um trabalho contínuo, que ensina o aluno a caminhar através dos seus encantos artístico. A arte é de amar a todos”.

PI-16 – Considera oportuno destacar o projeto “Teatro na Escola” no qual os educandos têm progressivamente, desenvolvidas habilidades de expressar oralmente suas emoções, tristezas e afetividades.

PI-17 – Diz que desenvolve projetos artísticos variados. Além das atividades que acontecem dentro da sala de aula, os alunos participam também de atividades artísticas extra-classe.

PI-18 – “Projetos especificamente artísticos, ainda não, mas, dentro dos vários projetos desenvolvidos na escola, a educação artística está sempre presente. Podemos citar: a criação de paródias”.

PI-19 – Diz que realiza, em datas comemorativas, projetos como: no carnaval, leituras de textos informativos sobre o assunto, confecção de máscaras e outros.

PI-20 – Afirma que tem como projeto as datas comemorativas, mural artístico na escola, hora da história, carnaval, entre outros.

PI-21 – “O PGI traz a *Semana Literária*, que envolve todas as áreas para textos poéticos, coletivos e individuais, que culminam nos trabalhos artesanais: *Semana Monteiro Lobato, Hora da Leitura e do Conto, Hora Literária, Hora Cívica e Biblioteca Viva*”.

PI-22 – “A equipe escolar desenvolveu apenas um projeto integrado, como projeto *Brasil de Todos Nos*”.

PI-23 – Diz que realizam os projetos; *Hora do Conto, Fundo do Baú e Inteligência Musical*.

PI-24 – “Temos os projetos *Literarte* tais como: *Teatro Mensal, Literatura Semanal, Mural na Escola*”.

Pergunta 04: Quais seriam na sua opinião, os principais avanços da proposta dos PCN para o ensino de arte?

PI-1 – “O maior avanço é a seriedade no ensino à arte. O ensino de arte tem sido encarado de forma mais consciente”.

PI-2 – “A versatilidade”.

PI-3 – “Mostra a necessidade da arte na educação. Norteia o trabalho do professor, evidencia formas de desenvolvimento através das artes, subsídio necessário para o planejamento escolar e ainda mostra a obrigatoriedade no ensino fundamental”.

PI-4 – “Maior significação da arte nas escolas”.

PI-5 – “A criança recebe oportunidade de explorar seu potencial”.

PI-6 – “Liberdade para professor e aluno se expressarem com prazer”.

PI-7 – Diz que o maior avanço é a descoberta do aluno criador, ao invés de mero copiador.

PI-8 – “O maior avanço é a integração dos alunos e a maneira de se expressar na descoberta dos talentos, como os pintores, cantores e outros”.

PI-9 – Para ela os PCN não trouxeram nenhum avanço significativo para o ensino da arte.

PI-10 – “A integração com as demais áreas”.

PI-11 – “Houve um avanço de forma geral. Hoje arte faz parte do currículo sendo abordada com mais respeito”.

PI-12 – “Maior abertura à criação”.

PI-13 – “Mostra a importância do educando em expressar e comunicar em artes, mantendo uma atitude de busca pessoal e coletiva, articulando a percepção, a imaginação, a emoção, sensibilidade e a reflexão sobre as produções artísticas”.

PI-14 – “A arte não é mais trabalhada apenas em cinquenta minutos e sim em todo o tempo com a interdisciplinaridade com outros conteúdos; a arte é mais valorizada – a arte propicia a socialização”.

PI-15 – “A arte é um trabalho contínuo, que ensina o aluno a caminhar através de seus encantos artísticos”.

PI-16 – “O principal avanço é o entendimento sobre a arte”.

PI-17 – “Antes o ensino da arte era voltado para o ensino de técnicas, sendo o professor um mero transmissor. Hoje os alunos buscam interagir com materiais e instrumentos variados, experimentando-os e conhecendo-os, de modo a utilizá-los nos trabalhos pessoais”.

PI-18 – Cita apenas o caráter interdisciplinar.

PI-19 – “O desenvolvimento do aluno como um todo, e seu inter-relacionamento com os variados conteúdos a serem adquiridos”.

PI-20 – “Aproveitamento da espontaneidade da criança”.

PI-21 – “Abertura de espaço para estudo e discussões sobre arte. Outro avanço é a valorização do ensino da arte”.

PI-22 – “Os avanços estão apenas na teoria, mas, na prática, os próprios professores não têm habilitação”.

PI-23 – “Um grande avanço é trabalhar a arte integrada às artes visuais”.

PI-24 – “Não houve avanço, mais uma reformulação

Tabela 31 – Geradora do gráfico 31 (opinião/quantidade)

Principais avanços da proposta dos PCN p/ o ensino de arte	
Valorização da arte como currículo	10
Explorar e desenvolver o potencial do aluno	08
Interdisciplinaridade com outros conteúdos	05
Não trouxe avanço e sim reformulação	02

Pergunta 05: Apresente sugestões para melhoria do ensino de arte nas escolas.

PI-1 – “Que haja um maior engajamento da arte com outras disciplinas”.

PI-2 – “Atualização dos professores”.

PI-3 – “Montagem de projetos artísticos e aperfeiçoamento dos professores”.

PI-4 – “Maior preparo dos profissionais envolvidos, maior disponibilidade de tempo dedicado à arte e mais recursos”.

PI-5 – “Cursos de aperfeiçoamento na área com sugestões práticas para serem executadas e aquisição de material ou um professor especializado”.

PI-6 – Solicita mais força de vontade por parte dos profissionais.

PI-7 – Sugere que o aluno seja valorizado de forma holística, isto é, no todo, que obtenha maior confiança em si mesmo.

PI-8 – Não respondeu.

PI-9 – “Mais materiais destinados às aulas de arte”.

PI-10 – “Oportunizar aos educandos contato com atividades culturais”.

PI-11 – “Que as aulas de arte sejam para profissionais habilitados e não como complemento de cargo”.

PI-12 – Crê que, na parceria conteúdo/arte, a aprendizagem se tornará mais significativa.

PI-13 – “Cursos mais práticos, materiais e projetos pedagógicos envolvendo arte e tendo o apoio de toda a escola”.

PI-14 – Não respondeu.

PI-15 – Pede que os profissionais valorizem a disciplina com parte do contexto escolar.

PI-16 – “Despertar no professor e aluno os talentos adormecidos”.

PI-17 – Sugere intercâmbio entre escolas.

PI-18 – “Que se tenha a arte como projeto de ensino-aprendizagem, valorizando ainda mais o conteúdo”.

PI-19 – Não respondeu.

PI-20 – “Procurar trabalhar mais e melhor o ensino de arte na escola, principalmente a arte cênica que leva o aluno a desinibir”.

PI-21 – “Mais projetos artísticos, mais recursos materiais, melhor espaço físico e mais estudo sobre a arte e suas implicações pedagógicas”.

PI-22 – “Incluir, no currículo, um conteúdo, na parte diversificada, que seja paralela à educação artística, desde que não fira a LDB”.

PI-23 – “Pede mais união entre os educadores de arte com outros profissionais da educação”.

PI-24 – “Maior disponibilidade dos profissionais para se dedicarem com mais afinco”.

Tabela 32 – Geradora do gráfico 32 (opinião/quantidade)

Sugestão para a melhoria do ensino de arte na escola	
Maior preparo dos profissionais	06
Parceria conteúdo-arte	05
Mais recursos financeiros	05
Montagem de projetos de arte	04
Valorização da disciplina	03
Maior tempo dedicado às artes	02
Professores especializados/habilitados	02
Valorização do aluno	01
Meios de despertar talentos	01
Melhor espaço físico	01

Catálogo elaborado pelo Setor de Referência da Biblioteca Central da UNIUBE

C48p Ciabotti, Nice Queiroz Silva
Os parâmetros curriculares nacionais e o novo enfoque dado ao ensino de arte na educação escolar de Uberaba (MG) / Nice Queiroz Silva Ciabotti. -- 2003
151 f. : il.

Dissertação (Mestrado em Educação) -- Universidade de Uberaba, Uberaba, MG
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Célia Maria de Castro Almeida

1. Arte - Ensino. 2. Parâmetros curriculares nacionais – Arte. 3. Formação continuada de professores. I. Título.

CDD 707